

Cadernos IHU em formação

Economia Solidária

Uma proposta de organização econômica alternativa para o País

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 3 – Nº 22 – 2007

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta - Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP - Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS - Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

A Economia Solidária na prática.....	5
“Há muito mais de Economia Solidária no Brasil do que possamos observar” <i>Entrevista com Benedito Anselmo Martins de Oliveira</i>	7
“A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política” <i>Entrevista com Roberto Marinho Alves da Silva</i>	12
O caminho de afirmação de uma outra forma de economia <i>Entrevista com Luiz Inácio Gaiger</i>	17
“A vida e o ser humano estão acima do capital” <i>Entrevista com Lourdes Dill</i>	19
“Alcançar a autogestão é um dos maiores desafios dos grupos de reciclagem” <i>Entrevista com Roque Spies</i>	22
“A única esperança para a humanidade passa por incorporar maiores doses de solidariedade” <i>Entrevista com Pablo Guerra</i>	24
Empreendimentos da Economia Solidária ultrapassam faturamento de R\$ 6 bilhões por ano <i>Entrevista com Maria Nezilda Culti</i>	27
Rio Grande do Sul mapeou 450 novos empreendimentos da Economia Solidária <i>Entrevista com Vera Regina Schmitz</i>	31
Banco Ético: um novo modo de pensar a economia <i>Entrevista com Ricardo Milano</i>	34
Banco Palmas: um banco para os mais pobres <i>Entrevista com João Joaquim de Melo Segundo</i>	39
Redes locais de troca <i>Entrevista com Heloisa Primavera</i>	41
O consumo ético e o comércio justo precisam do verdadeiro cooperativismo <i>Entrevista com João Carlos Rodrigues</i>	47

“Tudo Bom?”: uma marca do Brasil para o mundo <i>Entrevista com Ana Larronda Asti</i>	50
Consumo engajado, consumo ético: Fórum Nacional de Economia Solidária <i>Por Lucas Henrique da Luz</i>	53
Economia Solidária: teoria e prática <i>Por Marcos Arruda</i>	56
O Bem Comum para uma sociedade livre <i>Entrevista com Michael Brie</i>	60
Reinventando o Bem Comum <i>Entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida</i>	62
Como fazer surgir hoje o tema do Bem Comum na sociedade civil? <i>Entrevista com Michel Hansenne</i>	65
A economia e o Bem Comum: por uma sociedade economicamente justa <i>Entrevista com Armando de Melo Lisboa</i>	68
A política e o Bem Comum: por uma sociedade politicamente democrática <i>Entrevista com Renato Janine Ribeiro</i>	71

A Economia Solidária na prática

Depoimentos de quem vive os valores da Ecosol no dia-a-dia

A IHU On-Line conversou com algumas pessoas que convivem de perto e sabem, na prática, o que significa Economia Popular Solidária. Confira os depoimentos a seguir:

Grupo Mãos Dadas

“Comecei a me envolver com a Economia Solidária quando as mulheres que trabalhavam com artesanato e alimentação, com as quais eu compartilhava atividades, precisaram ir a uma feira. Nesse evento, só era permitida a inscrição de grupos. Surgiu, assim, o grupo Mãos Dadas, em fevereiro de 2005. Cada uma das pessoas do Mãos Dadas fazia coisas diferentes, como tortas, bombons e artesanato em geral. A organização em grupo, e não mais individualmente, é muito importante para nós, estreita laços, torna tudo mais fácil. Somos dez pessoas no Mãos Dadas: três na alimentação, seis no artesanato e uma na administração.

Desde a primeira reunião, entramos para o Fórum da Economia Solidária. A Prefeitura de São Leopoldo deu todo apoio ao nosso grupo. Isso é muito positivo, pois essa possibilidade abre portas. Acredito que as pessoas em grupo têm muito mais força, se apóiam. Por exemplo, quando acontece uma feira, nos revezamos na banca. Na hora de produzir, trocamos idéias e calculamos preços em conjunto. Não sou necessariamente a líder do Mãos Dadas, mas, por minha característica agregadora, as meninas do grupo me procuram, pedem orientações e dicas. Sobre as trocas, temos o relato da feira popular da qual participamos no ano passado. Aconteceu uma oficina de trocas e marcamos presença. Fomos a encontros do Clube de Novo Hamburgo e feiras estaduais de

trocas. Assim, estabelecemos negociações para o futuro, contatos importantes. Na economia das trocas, leva-se o que se tem e se traz o que precisa. Vejo um futuro extremamente positivo para essa realidade.”

Adriana Cláudia Longo Dias, participante do grupo Mãos Dadas, da Economia Solidária, e trabalhadora em um escritório da oficina familiar.

Economia Solidária: um desafio que entusiasma

“Sou estagiária no Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da Diretoria de Ação Social e Filantropia da Unisinos, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU há cerca de um ano. Fiz uma entrevista para a vaga de estágio sem saber exatamente o que era a Economia Solidária. Quando tomei conhecimento da proposta, fiquei muito entusiasmada, com várias idéias. Como estudante de Administração, até o momento não tive esse tipo de abordagem em sala de aula. Acredito que administrar coletivamente um empreendimento solidário é um desafio muito positivo, afinal quando se pensa em administração de empresas, normalmente vêm à mente grandes corporações, lucros altos e isso não se aplica à Economia Solidária. É uma outra proposta, tem um viés completamente diferente. O que mais me empolga é acompanhar os grupos incubados (apoiados) pelo Projeto, perceber o re-

sultado positivo que esse trabalho traz para a vida das pessoas, como o dia-a-dia delas se modifica a partir disso. Acontecem grandes e positivas mudanças. A conscientização de que comprar da Economia Solidária contribui não só o seu produtor, mas desenvolve a comunidade de onde vem o produto, é muito importante. Cito, por exemplo, o caso da Aturoi¹. Seus membros têm consciência ecológica, sabem que seu trabalho faz bem para o mundo e desenvolve de forma sustentável com a comunidade com a qual se envolve.”

Renata dos Santos Hahn, estudante de Administração de Empresas na Unisinos, 6º semestre, e bolsista do Programa Tecnologias Sociais, do IHU.

“É um sentimento ótimo trabalhar em conjunto”

“Moramos num conjunto habitacional de ocupação, no Guajuviras, em Canoas. A maioria das mulheres da nossa comunidade trabalha em Porto Alegre. Como fica longe e temos nossos filhos, é complicado não ter onde deixá-los enquanto trabalhamos fora. Eu, por exemplo, tive dois filhos, um seguido do outro. Não podia pagar alguém para cuidá-los, e eu precisava trabalhar. Então, em 1998, conversando entre mulheres, tomamos a decisão de fazer um trabalho em casa para conseguir dar conta de criar nossos filhos e cuidar da casa. Algo que envolvesse meio turno do nosso dia. Começamos, então, a fazer bola-

chas. Mas tinha que ser algo diferente dos produtos que já existiam nos supermercados. Como só havia produtos industrializados, criamos bolachas caseiras. Iniciamos pelas bolachas cobertas de merengue, aí incrementamos com broas de polvilho e milho. Hoje, temos mais de 12 tipos de bolachas. Servimos muitos coquetéis e também oferecemos biscoitos salgados nos sabores gergelim, linhaça, orégano e queijo. Essas são receitas próprias. Seis mulheres trabalham nas atividades de produção de bolachas, e o nome do nosso empreendimento é BMBC Produtos Caseiros.

O início das atividades aconteceu através do Projeto Multiplicar, de geração de renda, aqui do Guajuviras. Participamos do Fórum Metropolitano de Economia Solidária, do projeto Etiqueta Popular e de feiras em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre. Como não tínhamos uma sede própria para a produção das bolachas, fazíamos tudo de “fundo de quintal”. Lutamos juntas para conseguir verbas e hoje temos uma sede, tudo através da Economia Solidária. Em outubro, fomos contemplados com o projeto da Petrobrás, do CECAM, incubadora da Unilasalle. Nossa sede se chama Centro Integrado de Economia Solidária e Cidadania do Guajuviras, onde funcionam cinco grupos ligados à Economia Solidária. É um sentimento ótimo trabalhar em conjunto, criar novidades, oferecer nossos produtos. E nossa experiência está aí para provar que, quando se quer, é possível concretizar a Economia Solidária.”

Leidi Rosa Toniolo da Silva, integrante da BMBC Produtos Caseiros.

¹ Aturoi: Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos. O grupo foi criado em 2001, a partir de um núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), da região metropolitana de Porto Alegre. Os membros da sociedade atuam na coleta e triagem de resíduos recicláveis. Atualmente, a equipe é formada por 11 membros, os quais reciclam e comercializam cerca de 800 quilos de matérias por semana. O galpão de reciclagem está localizado no bairro Vicentina, em São Leopoldo. Na edição 211, do dia 12-3-2007, intitulada **Amazônia, verdades e mitos**, a **IHU On-Line** entrevistou José Alencar Pereira, o “Dico”, membro da Aturoi. (Nota da **IHU On-Line**)

“Há muito mais de Economia Solidária no Brasil do que possamos observar”

Entrevista com Benedito Anselmo Martins de Oliveira

*Benedito (Bené) Anselmo Martins de Oliveira é graduado em Administração de Cooperativas, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e cursou mestrado em Administração, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), e doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com a tese As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. Bené é coordenador nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, membro da coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária. Escreveu capítulos de livros e artigos relacionados a cooperativas populares como, por exemplo, “As contribuições da incubadoras tecnológicas de cooperativas populares para o desenvolvimento da economia solidária e para a construção de um novo modelo de extensão universitária” (In: Abreu, Janio Caetano de. (Org.). **Cooperativismo Popular e Redes Solidárias**. São Paulo: All Print, 2007, p. 121-132); e “As cooperativas populares como ambientes de multiplicação de capital social e de sustentação da Economia Solidária” (In: Maria José Carneiro; Luiz Flávio. (Org.). **Cadernos de Textos do CPDA**. 22 ed. Rio de Janeiro, 2006, v. 1, p. 103-123).*

*Na opinião de Bené, “há muito mais Economia Solidária no Brasil do que possamos observar. Estamos só no começo disto tudo. Há muita história para ser construída e contada ainda”. A declaração faz parte da entrevista que Bené concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007.*

IHU On-Line – Que alternativas o senhor propõe para criar uma outra economia? Como seria essa “outra” economia?

Benedito de Oliveira – No Brasil, existe um enorme predomínio do que convencionamos chamar de economia capitalista, que tem no liberalismo a sua sustentação ideológica e que possui no mercado a sua estratégia de expansão. Este tipo de economia se assenta em pelo menos dois princípios fundamentais: o da competitividade, que acirra a disputa por nichos cada vez maiores de consumidores, e o do lucro, que serve para remunerar o capital aplicado nos empreendimentos. Este tipo de economia requer, para seu desenvolvimento e fortalecimento, um tipo de relação com o Estado, que pressupõe o seu distanciamento das questões econômicas, ou seja, é preciso que ele se distancie o mais possível das questões do mercado. A esta tese, que é considerada como um dos pressupostos liberais, chamamos de livre mercado ou desregulamentação. Com este tipo de suporte, a economia capitalista predomina, se expande e se fortalece, sobretudo nos países periféricos, onde os governos cedem às pressões das grandes corporações e de grupos econômicos, atingindo o ápice do favoritismo, criando mecanismos de apoio para este tipo de atores da economia, que vão desde os incentivos fiscais até o perdão de dívidas, passando pelas famosas renegociações de empréstimos, que, no Brasil, possui como exemplo o caso das empresas do setor do *agrobusiness*.

Normalmente, este tipo de economia necessita para suas bases de sustentação, ou seja, para as empresas – que em muitos casos são travestidas

de cooperativas, consórcios, redes etc. –, três elementos: crédito, mercado e disponibilidade tecnológica. Neste sentido, as empresas dispõem, especificamente no caso brasileiro, de variadas linhas de crédito, principalmente dos bancos públicos, nas quais, por exemplo, para a questão dos grandes empreendimentos, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – tem sido o grande financiador. Sendo por esta razão, pode-se afirmar que o crédito não é um problema para as empresas capitalistas no Brasil. Quanto ao segundo elemento, o mercado, as empresas capitalistas possuem uma franca hegemonia no domínio do mercado nacional, sendo este, em sua quase totalidade, completamente dominado por suas orientações ou demandas. Passando desde a completa liberdade de propaganda consumista até o argumento que os economistas chamam de “gerar a sua própria demanda”, que se configura numa estratégia de mercado, as empresas, na perspectiva de não terem clientes a sua disposição, forçam a atração destes com os chamados crediários próprios ou bancos/financeiras próprias, pelos quais, por exemplo, a própria vendadora de veículos empresta o dinheiro para que o cliente compre o seu carro.

Então, o que se presencia é um mercado extremamente favorável para as condições de desenvolvimento da economia capitalista. O terceiro elemento utilizado pelas empresas capitalistas é o da questão da disponibilidade tecnológica. No caso brasileiro, só para citar dois exemplos, estas empresas possuem um sistema de formação e qualificação que, em boa medida, é financiado pelo governo e que conhecemos pelo nome de Sistema “S”². Este sistema prepara e qualifica trabalhadores e trabalhadoras “talhados” para serem agentes defensores do lucro e da competitividade. Em segundo lugar, elas contam com a ajuda de muitas universidades, que fortemente destinam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para formarem profissionais com o perfil do que eu posso chamar de “almas empresárias”.

Nesta perspectiva, sem a necessidade de se fazer maiores reflexões científicas, podemos afirmar que a economia de mercado, no Brasil, tem todas as condições de se desenvolver e se afirmar cada vez mais como a única via de sustentação das propostas de desenvolvimento e que sua matriz de sustentação se baseia nas práticas de competitividade e busca de lucro. Entretanto, na mesma medida em que esta economia cresce e se fortalece, ela também gera desdobramentos, que passam a ser preciosos na formação de eventos, os quais, pelo menos nas últimas três décadas, sobretudo, provocaram estragos visíveis na composição do tecido social brasileiro. Estou falando de eventos como desemprego, exclusão social, pobreza e miséria. Por esta razão, a sociedade civil organizada e, em boa medida, as universidades brasileiras, têm buscado elementos para enfrentar estas situações. Cada uma a seu modo, mas, em vários momentos, muito ligadas – e isto é um elemento novo no Brasil –, apontam pistas para novos caminhos de desenvolvimento. Enquanto estes caminhos são apontados, evidentemente que os movimentos sociais os incorporam em suas agendas e passam a pressionar o Estado e as empresas a reduzirem seus passos no sentido de frearem suas ações de “desmantelos sociais”. É nesta perspectiva que surgem e se reforçam os movimentos contra o desemprego, a exclusão social e a pobreza. Este tipo de movimentação traz consigo ou é incorporado às ações de outros movimentos sociais, que têm lutado contra, por exemplo, a destruição da natureza, o desrespeito aos direitos de cidadania, a concentração de terras em regimes de latifúndios – sejam estes produtivos ou não – etc.

Muitas destas movimentações possuem como fonte de abastecimentos ideológica, política e prática, as atividades do Fórum Social Mundial. Uma destas movimentações é conhecida como a Economia Solidária que, precisamente, se apresenta numa expectativa de ser uma proposta de organização, inicialmente econômica, que consi-

² Sistema S: O Sistema S foi criado há 60 anos com o objetivo de promover a formação profissional e assegurar assistência social ao trabalhador. Ele é composto por entidades ligadas aos setores da indústria, comércio, transportes e agricultura. Esse é o nome pelo qual ficou convenção de se chamar o conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

ga ser apresentada como alternativa à matriz de desenvolvimento econômico adotada no Brasil. Esta proposta está conectada com um tipo de desenvolvimento que considera a solidariedade e a cooperação como seus princípios estruturantes, em negação aos princípios da competitividade e da busca do lucro, que são adotados pelas empresas capitalistas. Neste sentido, esta outra economia se assenta na negativa da economia de mercado. Ela deve ser incluyente, distribuidora de renda e poder e terá o papel fundamental de promover inclusão social, diminuição da pobreza e do desemprego/desocupação. Trata-se de uma economia que, observando práticas e ações estruturantes, visa a organizar um sistema econômico que não ameace os povos nem a natureza. Por isso, vai requerer, para sua sustentação, elementos de crédito, mercado e tecnologias, diferentes daquelas de que dispõem as empresas capitalistas.

IHU On-Line – Qual é o papel das ONGs e do poder público para as economias solidárias?

Benedito de Oliveira – Sob o desenvolvimento da Economia Solidária estão duas atividades, ou ações, que são muito importantes: a do Estado e a da sociedade civil organizada. No caso do Estado, este tipo de economia requer uma nova ação e estrutura deste. Não se pode desenvolver uma economia solidária num estado cujas instâncias de governo sejam autoritárias, centralizadoras e que não possuam canais de diálogos com a sociedade civil de forma direta e participativa. Nesta perspectiva, exige-se um estado democrático e, sobretudo, com uma proposta clara de desenvolvimento, que contemple teses, por exemplo, como as do desenvolvimento endógeno, do desenvolvimento sustentável etc. e que contemplem a necessidade da distribuição de renda e de oportunidades. Um tipo de desenvolvimento destes só poderá ser construído se o Estado se transformar em um tipo de instância de deliberação, no qual, ao mesmo tempo, possa atuar com ator e arena, e onde a sociedade civil possa ser protagonista da consecução deste desenvolvimento. No caso brasileiro, para se ter uma idéia do que se poderia fazer, pode-se, inicialmente, atender às demandas que a sociedade civil destacou durante as realizações

das Conferências Nacionais – dentre elas, a I Conferência Nacional de Economia Solidária. Para além disto, se necessita de um Estado que aceite democráticos e decisivos diálogos com a sociedade civil, no sentido de se vislumbrar a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas públicas, que tenham como componente vital o controle social destas.

Especificamente, ainda podemos citar a necessidade de um Estado que dialogue com atores sociais que tenham representação das demandas de movimentos organizados, como é o caso do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Neste raciocínio, pode-se pensar uma participação das Organizações Não-Governamentais, já que numa economia do tipo solidária, que traz consigo a capacidade de absorver as demandas da sociedade civil organizada, é imprescindível que elas estejam presentes, tanto na concepção dos tipos de estratégias a serem seguidas quanto na elaboração de planos, projetos, programas e campanhas que possam dar sedimentação a este outro tipo de economia. Eu me arrisco a dizer que as ONGs que são comprometidas com as lutas contra os efeitos negativos do liberalismo são, ao mesmo tempo, fortes elementos nos chamados movimentos anti-sistêmicos, dentre os quais podemos destacar as ações de Economia Solidária. Neste aspecto, as ONGs não só possuem um papel importante na Economia Solidária, mas fazem parte dela. São protagonistas, em muitos casos.

IHU On-Line – A Economia Solidária é vista como uma parte importante e potente da economia emergencial de combate à fome, ao desemprego e à exclusão. Assim, seu caráter assistencial é bastante evidente. Por que esse ângulo do projeto é mais enfatizado ou reconhecido pela população? Como apresentar a Economia Solidária por outro viés, como uma política econômica potente para a sociedade brasileira, por exemplo?

Benedito de Oliveira – É natural que num território onde predomina a economia capitalista, as pessoas sejam forçadas a não enxergar outras possibilidades de organização econômica, que não seja aquela em que existe um mercado onde

as empresas competem e disputam clientes – cada vez mais com tecnologias mais avançadas –, na perspectiva de extraírem das relações comerciais o maior volume de lucro possível e, nos sistemas de produção, possam extrair o maior volume de mais-valia. Quando falamos e demonstramos as experiências de Economia Solidária e suas estratégias, as pessoas tendem a acreditar que se trata de um apêndice da economia liberal, criada para amortecer os conflitos gerados pela crise do desemprego, da exclusão social, da fome e da miséria. Muitos teimam enxergar na Economia Solidária uma “coisa” de pobre para pobre. É neste sentido que técnicos de algumas agências mundiais, como o Banco Mundial, chegam a caracterizá-la como uma espécie de *poor market* (mercado de pobres). Isto significa que temos muito a avançar. Mas nisto tudo eu consigo enxergar algo de muito positivo. Quando uma instituição que serve ao capitalismo, ou pelo menos técnicos ligados a esta, começa a se inquietar e apresentar conceitos e definições para algo que os trabalhadores e a sociedade civil organizada estão criando para encontrar alternativas de desenvolvimento, eu acredito que estamos no caminho certo. Resta-nos encontrar forças para continuar expandindo, fortalecendo, estruturando, enfim, plasmando isto que estamos chamando de uma outra economia. Quanto mais avançarmos na concretização de políticas públicas para Economia Solidária, na criação de redes, teias, cadeias, consórcios, de empreendimentos econômicos solidários, tanto mais estaremos próximos de ter uma proposta clara de organização econômica e de uma nova matriz de desenvolvimento.

IHU On-Line – O cooperativismo das grandes empresas e cooperativas pode engolir, e até destruir, o cooperativismo popular? O projeto de Economia Solidária como um sistema social e econômico alternativo ao capitalismo pode estar ameaçado?

Benedito de Oliveira – O cooperativismo que eu chamo de tradicional ou empresarial é, por excelência, um forte suporte do capitalismo. Observe que as cooperativas-empresas que são alinhadas ao ramo do *agrobusiness*, por exemplo, res-

pondem hoje por cerca de 6% do PIB, e nem por isto a grande maioria dos associados a elas conseguiram sair da situação de pequenos ou mini-produtores, existindo um sistema de cooperativas ricas e de associados pobres. Há um sistema que reproduz a concentração de renda e de poder, de falso cooperativismo, que inclusive esconde, em suas entranhas, as famosas cooperativas ou cooperativas fraudes. Um sistema como este vai fazer de tudo para destruir qualquer outro tipo de ação cooperativista, sobretudo o cooperativismo popular, que traz consigo aquilo que é frontalmente contrário ao cooperativismo convencional, ou seja, a possibilidade de distribuição de renda e de poder, através das práticas de autogestão. Eu avalio que isto resultará num grande embate teórico. Mas, do ponto de vista prático, no caso do Brasil, não vejo outra saída a não ser o cooperativismo popular se organizar em um sistema próprio e ajudar no fortalecimento da Economia Solidária, que sempre será ameaçada pelo capitalismo. Mas que, cada vez mais, vai se transformando em uma efetiva fonte alternativa de organização da produção, da distribuição e do consumo de produtos e serviços, adquirindo maior padrão de zelo pelos direitos dos povos e pela preservação da natureza.

IHU On-Line – Qual é a influência e importância das universidades na construção da Economia Solidária? Qual é o papel do ITCPs nesse projeto?

Benedito de Oliveira – As universidades, e com elas várias projetos e programas de extensão e pesquisa, vão se integrando na Economia Solidária, na mesma medida em que duas coisas acontecem: a primeira é a necessidade de novas tecnologias que dêem conta das demandas do desenvolvimento dos empreendimentos econômicos e solidários e da própria Economia Solidária. Eu falo, precisamente, de tecnologias de gestão, de tecnologias que possam ajudar na fabricação de produtos que atendam os princípios da Economia Solidária etc. E a segunda é aquela em que a sociedade vai cobrando um novo tipo de relação destas universidades com as camadas populares, ou seja, as camadas excluídas. Isto garante o avanço de uma nova prática do fazer universitário. Sendo as-

sim, eu creio que o ensino, a pesquisa e a extensão – que significam os três vitais pilares das universidades – deverão ter orientações a partir de novos paradigmas, no tema específico de que estamos falando, os da Economia Solidária.

Para justificar estes avanços, eu posso destacar que em muitas universidades brasileiras estão sendo escritas teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de graduação e pós-graduação, e, ao mesmo tempo, estão sendo criadas disciplinas e cursos que tratam da Economia Solidária. Isto é um avanço enorme, se considerarmos que a Economia Solidária ainda pode ser considerada como uma estratégia e uma proposta em construção. Agora, de uma coisa nós não poderemos deixar de dar atenção: as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. São elas as responsáveis, em boa medida, por uma prática que sinaliza ou, pelo menos, é um ponto cardeal importante, para um novo fazer universitário.

As ITCPs, em sua maioria – pois ainda não podemos garantir que todas as que existem tenham este perfil –, adotam como metodologia básica de trabalho a pesquisa-ação. Isto faz com que professores, técnicos e estudantes se dediquem a atividades de incubação, numa perspectiva de, ao mesmo tempo, serem assessores e atores dos processos de desenvolvimento das cooperativas populares ou dos coletivos econômicos e solidários que incubam. E isto tem gerado resultados dos mais diversos, que vão desde o engajamento destas pessoas em cooperativas – atuando como associados delas – até autores de dissertações, teses, monografias, artigos científicos, relatórios de estudos etc., que vêm contribuindo, em alta medida, para as reflexões, conceituações, definições, sobre o que pode ser qualificado como um empreendimento da Economia Solidária. Isto tem uma validade muito grande, que, na atualidade, poderemos nem perceber, até porque, como estamos tratando de um fenômeno contemporâneo, quem

está integrado nele, muitas vezes, não consegue enxergar as suas dimensões. Mas, com certeza, o que as ITCPs estão fazendo é algo de revolucionário no sentido de se pensar um novo fazer universitário, no sentido de se pensar e exercitar uma nova relação das universidades com a sociedade.

IHU On-Line – Dados oficiais da feira de Santa Maria mostram que foram mapeados no País mais de 18.878 empreendimentos, que respondem por 1,574 milhão de postos de trabalho. A que o senhor atribui esses resultados? O número de empreendimentos gerados pela Economia Solidária pode ser considerado elevado?

Benedito de Oliveira – Por falar na Feira de Santa Maria³, vale a pena aproveitar este espaço para dignificar aquele magistral evento. Creio que podemos dizer, com muito orgulho, que a Feira de Santa Maria já é um sinônimo de avanço da Economia Solidária e do cooperativismo popular no Brasil. Mas, na verdade, estes números divulgados em Santa Maria são dados que se baseiam no Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, que é um dos programas que existem na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Por este mapeamento, já podemos perceber, quantitativamente, o quanto a Economia Solidária no Brasil significa. Porém, eu quero acreditar que estes dados ainda estão incompletos. Arrisco dizer que temos muito mais experiências do que já mapeamos e que há muito mais gente envolvida nisto do que já somamos. Arrisco dizer que temos uma participação no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro maior do que podemos imaginar ou hipotetizar. Com este raciocínio, afirmo que somos maiores do que aquilo que enxergamos hoje, pois há muito mais de Economia Solidária no Brasil do que possamos observar. Estamos só no começo disto tudo. Há muita história para ser construída e contada ainda.

³ Sobre o tema, podem ser conferidas nas **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu). Nesta edição, a Irmã Lourdes Dill, coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança, desenvolvido pela Diocese de Santa Maria (RS), concedeu uma entrevista sobre Economia Solidária. (Nota da **IHU On-Line**)

“A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política”

Entrevista com Roberto Marinho Alves da Silva

Roberto Marinho Alves da Silva é graduado em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco, e doutor em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília. Atualmente, ele é requisitado do Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerce o cargo de Coordenador-Geral de Estudos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). De sua produção bibliográfica, destacamos os artigos “Desenvolvimento solidário e sustentável” (**Cadernos Cáritas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 5-72, 2005) e “Das alternativas de sobrevivência à Economia Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira” (**Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 97, p. 80-89, 2003).

Apesar da importância que os empreendimentos da Economia Solidária vêm adquirindo, eles apresentam, ao mesmo tempo, grandes fragilidades, aponta o Coordenador-Geral Roberto Marinho. Ele explica que “61% dos Empreendimentos da Economia Solidária afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito, e 27% não tiveram acesso a apoio ou assistência técnica”. Há quatro anos, segundo ele, a Economia Solidária era quase invisível para grande parte da sociedade. Embora as articulações da Economia Solidária tenham recebido impulso na década de 1990, Silva, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007, ressalta a necessidade de a sociedade conhecê-la e “reconhecer o seu papel estratégico na construção de alternativas de desenvolvimento”, já que ela “aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável”.

IHU On-Line – Que tipo de políticas públicas devem ser desenvolvidas pelo governo para fortalecer a Economia Solidária? Como o senhor avalia o desempenho da Secretaria Nacional de Economia Solidária e suas ações até o momento?

Roberto Marinho Alves da Silva – Partimos de uma compreensão de que a Economia Solidária se refere a um conjunto de iniciativas coletivas de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações, redes e cadeias produtivas.

O mapeamento da Economia Solidária no Brasil, iniciado em 2005, identificou a existência de quase 15 mil desses empreendimentos econômicos solidários, com mais de um milhão e duzentos mil homens e mulheres que realizam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Apesar da importância que vêm adquirindo, esses empreendimentos apresentam grandes fragilidades. Essa realidade requer o fortalecimento do processo organizativo para a conquista de política pública de Economia Solidária.

A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política, constituindo fóruns e redes. Essas articulações ganharam impulso no final da década de 1990 e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, no ano 2001. Em junho de 2003, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A Economia Solidária no Brasil também vem conquistando o apoio e reconhecimento público. Criada em junho de 2003, a Secretaria Nacional de

Economia Solidária (SENAES) tem o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Desde a sua criação, vem implementando um conjunto de ações de apoio e fomento a empreendimentos e redes econômicas solidárias, em parceria com diversos órgãos do Governo Federal. Essas iniciativas buscam expressar uma nova lógica de ação pública de apoio às iniciativas econômicas solidárias como um direito e garantia de acesso ao trabalho digno.

IHU On-Line – De que maneira projetos de fomento e assistência tecnológica podem contribuir para a consolidação e ampliação dos trabalhos realizados através da Economia Solidária?

Roberto Marinho Alves da Silva – A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) apóia a constituição e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, incentivando a cooperação e a formação de redes solidárias em todo o território nacional, o que acaba por facilitar o acesso à infra-estrutura para produção e o apoio nas atividades organizativas e formativas. No total, desde 2004, cerca de 2.500 empreendimentos receberam apoio do Governo Federal para aprimorar sua capacidade de geração de trabalho e renda. Os agentes de desenvolvimento solidário, por exemplo, estão atuando em cerca de 500 comunidades, propiciando o apoio e assessoria para constituição de empreendimentos econômicos solidários e beneficiando milhares de trabalhadores. Também foi dado início a parcerias com bancos públicos, que financiam iniciativas de Economia Solidária, a exemplo do BNB, com o apoio a Fundos de Projetos Produtivos Solidários. As feiras de Economia Solidária têm beneficiado milhares de empreendimentos em todos os estados da federação. Deve-se destacar, também, o apoio a processos de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão.

IHU On-Line – Que mudanças são necessárias na sociedade, para que o projeto da

Economia Solidária consiga expandir com maior amplitude? Há preconceito na sociedade em relação a esse tipo de atividade?

Roberto Marinho Alves da Silva – Em primeiro lugar, a sociedade precisa conhecer a Economia Solidária e reconhecer o seu papel estratégico na construção de alternativas de desenvolvimento. Há quatro anos atrás, tínhamos consciência de que ela era quase que invisível para a sociedade, para o Estado e havia pouca identidade em torno daqueles sujeitos sociais que atuam nela. O Sistema de Informações em Economia Solidária ajudou a sociedade brasileira a conhecer melhor essa realidade, dando visibilidade aos empreendimentos econômicos solidários.

Em grande parte, ainda hoje, considera-se que os empreendimentos econômicos solidários são iniciativas compensatórias para pessoas pobres que não conseguem acesso ao mercado formal de trabalho. É claro que a Economia Solidária tem parte dessas características, mas ela comporta valores e práticas emancipatórias para essas pessoas que participam dos empreendimentos e para a sociedade como um todo. Ao democratizar as relações sociais de produção, supera a subalternidade do trabalho em relação ao capital, desenvolve as capacidades do trabalhador, valorizando o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes. Implica na reversão da lógica capitalista, ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável.

IHU On-Line – Ao falar de Economia Solidária, quais são as diferenças entre teoria e prática? Qual é a realidade da Economia Solidária, hoje?

Roberto Marinho Alves da Silva – As concepções sobre a Economia Solidária devem ser entendidas como expressão de um contexto muito recente de expansão dessa outra economia no cenário nacional. Tem pouco mais de uma década

que o conceito de Economia Solidária passou a ser utilizado no Brasil de forma mais sistemática, por militantes e pesquisadores. Ainda hoje permanecem várias concepções e formas de nomeação em relação a este fenômeno. Em sua maior parte, essas formulações ainda idealizam a realidade da Economia Solidária. Daí a importância do Sistema de Informações em Economia Solidária, que revela os seus avanços socioeconômicos, suas práticas e valores emancipatórios, mas também leva a uma compreensão sobre as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários.

Com base no SIES, foi constatado, por exemplo, que 61% dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito, e 27% não tiveram acesso a apoio ou assistência técnica. As dificuldades de comercialização estão relacionadas à insuficiência de capital de giro. Os investimentos iniciais dos empreendimentos têm origem, em sua esmagadora maioria, dos próprios sócios (com 61,1% das menções). Pode-se supor que a dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos, e compromete as condições necessárias à sustentabilidade deles. As dificuldades de acesso ao crédito, à assistência técnica e à comercialização explicam o baixo faturamento mensal de mais de dois terços dos EES e, conseqüentemente, a baixa remuneração dos seus associados: dos 14.954 empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES até 2005, 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios. Deste total, 50% têm remuneração com valor até meio salário mínimo (SM) válido para 2005.

IHU On-Line – Além de amenizar os problemas sociais e econômicos, que outros benefícios a Economia Solidária proporciona a seus participantes?

Roberto Marinho Alves da Silva – Os dados revelados pelo mapeamento da Economia Solidária indicam que está em constituição uma alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda. Isso é possível quando ocorre a combina-

ção da cooperação, da autogestão e da solidariedade na realização de atividades econômicas. Os três principais motivos para a criação dos EES são alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos em uma iniciativa associativa (41%).

Também existem benefícios do ponto de vista da autogestão. A participação ocorre nas decisões cotidianas, na escolha da direção dos empreendimentos, na prestação de contas que é realizada em assembléias e reuniões e no acesso dos associados aos registros e informações. Além disso, percebe-se a ocorrência de algumas melhorias na capacitação dessas pessoas, nas novas relações que se estabelecem entre produtores e consumidores, no respeito ao meio ambiente e na participação em movimentos sociais.

IHU On-Line – Como se dá o diálogo e as relações entre a Economia Solidária e os movimentos ecológicos? De que maneira esses movimentos têm contribuído para criar uma sociedade auto-sustentável?

Roberto Marinho Alves da Silva – Do total de empreendimentos identificados pelo Sistema de Informações em Economia Solidária, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços, e 58,2% têm compromisso social ou comunitário. Quanto à preocupação com a qualidade de vida e o meio ambiente, constata-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, temos 4.280 (28,6%) empreendimentos que afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 4.754 (31,8%) afirmam realizar reaproveitamento dos resíduos.

IHU On-Line – O senhor afirma que o caminho para chegar à verdadeira democracia, aquela que supera as formas de discriminação, se dará através da lógica da solidariedade e da sustentabilidade. Isso é possível num mundo em que as pessoas estão cada vez mais individualistas e deslumbradas com o consumo?

Roberto Marinho Alves da Silva – O desafio da construção do desenvolvimento solidário e

sustentável passa por mudanças estruturais, na transformação dos atuais modelos socioeconômicos de produção e de distribuição das riquezas, e por mudanças culturais profundas, superando as concepções e práticas predominantes de exploração da natureza e do trabalho humano. Do ponto de vista da solidariedade, é preciso, sobretudo, promover a inclusão de todas as pessoas em seus benefícios, democratizando o acesso e partilha dos bens comuns. Esse é o aspecto ético do desenvolvimento que se baseia na igualdade real (e não apenas formal), no direito à vida com dignidade. Exige a afirmação de compromisso com uma sociedade não excludente. A sustentabilidade exige não apenas mudanças tecnológicas e regramentos na exploração dos recursos naturais, mas o rompimento com a visão utilitarista do meio ambiente, reconhecendo os laços de solidariedade entre as diferentes formas de vida, da percepção do ser humano como parte da natureza. É preciso uma nova consciência de reciprocidade como sentimento, crença e valor em todas as ações humanas, no cuidado com a vida e com o Planeta. Na esfera da política, é preciso construir novos conceitos e novas relações de poder baseadas na solidariedade, na orientação ética de servir e defender os interesses da coletividade, respeitando as diversidades e ampliando as formas e mecanismos de participação. Trata-se da construção de novas relações igualitárias de classe, gênero, raça, etnia e geração.

Enfim, para a superação do individualismo, é preciso também valorizar a solidariedade como condição de associação, de articulação de esforços e compromissos voltados para a superação de todas as formas de destruição da vida. Cultivar a solidariedade é congrega e organizar os que são destituídos de direitos, os que são vítimas da exclusão social e econômica, na construção de um novo projeto societário.

IHU On-Line – Qual, atualmente, é o principal impasse para a construção de novas ações dentro da Economia Solidária?

Roberto Marinho Alves da Silva – Apesar dos avanços, é necessário ampliar o espaço institucional da Economia Solidária nas definições estraté-

gicas dos Planos de Governo, sobretudo vendo-a como uma das formas emancipatórias de inclusão social e como alternativa de organização do trabalho autogestionário, gerando renda e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Além disso, a Economia Solidária pode e deve ser reafirmada como orientação das atividades econômicas sustentáveis, de promoção do comércio justo e do consumo consciente no âmbito do necessário esforço a ser realizado pela sociedade brasileira.

Deve-se dar especial atenção às prioridades da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, viabilizando o adequado reconhecimento jurídico dos empreendimentos econômicos solidários e ampliando os programas de formação e assistência técnica, de crédito e finanças solidárias, de comercialização etc. Para isso, faz-se necessário ampliar significativamente os recursos e a inclusão de ações de Economia Solidária nos diversos programas de Governo. Do ponto de vista da participação social, é preciso estimular à criação de esferas públicas, fortalecendo a participação e o controle social na formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, para aperfeiçoá-las e legitimá-las socialmente.

IHU On-Line – Na sua avaliação, o Estado tem sido capaz de responder à Economia Solidária ou ele acaba fomentando e dificultando o trabalho da Economia Solidária?

Roberto Marinho Alves da Silva – De modo geral, as ações realizadas e os resultados alcançados indicam que nos últimos anos ocorreram avanços na constituição de uma política pública federal para a Economia Solidária no Brasil. A visibilidade da Economia Solidária tem contribuído para processos de auto-reconhecimento dos atores, desenvolvendo o potencial de organização das iniciativas em fóruns, redes e cadeias produtivas. O processo de reconhecimento da importância da Economia Solidária no Brasil resulta em avanços na institucionalização de política pública para o setor.

Além da criação da SENAES, em 2003 foi elaborado o Programa Economia Solidária em De-

envolvimento, articulando ações de fomento, formação e divulgação. Em 2006, foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária, mobilizando mais de quinze mil pessoas. Logo após a Conferência, foi instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária, com 56 membros, sendo a maioria da sociedade civil (empreendimentos, movimentos sociais e ONGs). Além disso, tem havido a ampliação e o fortalecimento de políticas públicas estaduais e municipais de Economia Solidária.

IHU On-Line – Se a Economia Solidária não reduz o desenvolvimento à dimensão econômica e utiliza-se de diversos instrumentos para consolidar gradativamente uma cultura de solidariedade, por que as políticas de desenvolvimento territorial e local não ganham maior incentivo nas regiões?

Roberto Marinho Alves da Silva – O atual governo brasileiro vem valorizando as territorialidades e implementando estratégias e programas de desenvolvimento territorial. Pode-se destacar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com outros ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais e envolvendo a sociedade civil. Também existem avanços nos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSADs), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a promoção de atividades produtivas solidárias e de segurança alimentar. Também existem iniciativas de desenvolvimento de mesoregiões, faixas de fronteira e nos biomas (Caatinga, Cerrado, Amazônia, Pantanal, entre outros).

A valorização das metodologias endógenas de planejamento e intervenção, considerando as diversidades dos espaços locais e territoriais, significa um avanço político em relação às concepções tradicionais, autoritárias e verticalizadas de desenvolvimento. Uma das motivações para o desenvolvimento territorial é a constatação das limitações do desenvolvimento planejado de fora para dentro, considerando apenas as estratégias locais dos investimentos privados, que têm por base a maior valorização possível do capital. No entanto, a história recente do Brasil aponta para as conseqüências diretas das políticas macroeconômicas nos diversos espaços ou territorialidades, diante das fragilidades e dependência desses espaços em relação aos fundos públicos nacionais. Há, também, um reconhecimento de que a promoção do desenvolvimento exige a ampliação das ações para além das iniciativas econômicas, devendo considerar os aspectos sociais, ambientais, culturais e os arranjos das cadeias produtivas.

A principal dificuldade é o baixo investimento dos governos nessas iniciativas de desenvolvimento local e territorial. Os investimentos públicos são direcionados, ainda, em sua maior parte de acordo com outras lógicas de desenvolvimento. Além disso, os planos e programas estratégicos não consideram adequadamente os imbricamentos entre os espaços locais, territoriais, regionais e nacionais. Daí a importância e urgência de construção de políticas nacionais integradas de desenvolvimento que considerem a superação das desigualdades regionais historicamente construídas e as diversidades territoriais para promoção da qualidade de vida para todos e todas. Nesse aspecto, ainda há um longo caminho a ser percorrido nas ações governamentais.

O caminho de afirmação de uma outra forma de economia

Entrevista com Luiz Inácio Gaiger

Luiz Inácio Gaiger é graduado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain, e doutor em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais, pela Université Catholique de Louvain. Atualmente, Gaiger é professor da Unisinos, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado.

*De acordo com Gaiger, muitos empreendimentos enfrentam dificuldades no desenvolvimento autogestionário e político. Nesse sentido, Gaiger explica, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007, que as novas pesquisas têm buscado verificar como “os elementos de cooperação solidária se articulam com os elementos de produtividade”, criando, assim, o que ele chama de “círculo virtuoso”, no qual o crescimento do empreendimento vai depender do desenvolvimento autogestionário.*

IHU On-Line – Ao falar de Economia Solidária, quais são as diferenças entre teoria e prática?

Luiz Inácio Gaiger – Teoria e prática nunca coincidem. Isto é natural, pois se referem a diferentes ordens da realidade. A teoria corresponde a uma ordem essencialmente mental, intelectual, que estabelece os elementos explicativos fundamentais de funcionamento de uma realidade empírica (no caso de teorias analíticas) ou sustenta um corpo de valores e princípios (no caso de uma teoria política ou atinente à nossa intervenção na realidade). Acreditar que o movimento real, concreto, da Economia Solidária tende ou deve seguir a ordem das nossas propostas, isto é, nossas idéias, é recair

num pensamento idealista. Nos despojarmos das idéias, por outro lado, nos retira os critérios necessários à nossa ação, assim como os objetivos dela. A Economia Solidária desenvolve um conjunto de princípios (teoria em atos) na prática das experiências, de modo muito variado, segundo as circunstâncias e os ideais de seus protagonistas efetivos. Ao mesmo tempo, muitas experiências aglutinam-se num grande movimento social, reunido no Fórum Brasileiro, que defende, por deliberação (isto é, escolha) política, um conjunto de valores e uma plataforma de ação. Naturalmente, o movimento cria uma visão projetiva de si mesmo, relacionada a um estado futuro desejável, ainda distante da realidade de muitas experiências. Como estudioso do tema, creio que não se pode dizer quais são as lacunas ou hiatos mais importantes, de modo geral, mas pode-se sempre aplicar um determinado método de análise (utilizando, por exemplo, indicadores), como temos feito em nossas pesquisas.

IHU On-Line – Que relação podemos estabelecer entre o mapeamento da Economia Solidária e as cadeias produtivas?

Luiz Inácio Gaiger – O mapeamento levantou os dados indispensáveis a qualquer análise do perfil dos empreendimentos (por zona de implantação, território, setor econômico ou outros critérios) e a todo estudo sistêmico que tenha por objetivo favorecer a cooperação entre os empreendimentos. Nesse caso, entram as cadeias produtivas solidárias, cujo modelo atual pode ser encontrado na experiência da Justa Trama [www.justatrama.com.br]: vários empreendimentos associam-se, cada um assumindo uma etapa do processo produtivo, até a confecção do produto final, sempre com base em critérios ambientais e

sociais de produção e comercialização. O mapeamento permite descobrir os nichos potenciais de cadeias ainda inexistentes.

***IHU On-Line* – Quais são as características básicas que deve ter um grupo da Economia Solidária? Quais os valores que devem pautar as práticas de um grupo de Economia Solidária?**

Luiz Inácio Gaiger – Naturalmente, não cabe a mim defini-lo, mas aos empreendimentos e atores da Economia Solidária. O que observamos é a partilha, inicialmente espontânea, de um certo número de valores e princípios, como a cooperação produtiva, a participação, a autogestão e o engajamento social dos integrantes dos empreendimentos. O Fórum Brasileiro, por sua vez, defende um conjunto de princípios, que certamente evoluirão com o tempo. Em nossas pesquisas, temos buscado verificar como os elementos de cooperação solidária se articulam com os elementos de produtividade, de modo a criarem um círculo virtuoso em que o crescimento econômico e material do empreendimento dependa do seu desenvolvimento autogestionário e político. Pode-se dizer que muitos empreendimentos sentem esse desafio e procuram justamente enfrentá-lo, sendo ele o caminho de afirmação de uma outra forma de economia.

***IHU On-Line* – Como está a Unisinos na pesquisa sobre Economia Solidária? Quais são os avanços e mudanças que vêm surgindo recentemente?**

Luiz Inácio Gaiger – A Unisinos exerce uma liderança nesse campo, do mesmo modo que no campo do cooperativismo. Temos pesquisas contínuas há mais de 12 anos sobre a Economia Solidária e contamos com o único Programa de Pós-Graduação no Brasil (Mestrado e Doutorado) que oferece uma Linha de Pesquisa específica. Além de pesquisas qualitativas, estamos trabalhando com os dados do Primeiro Mapeamento Nacional, em primeiríssima mão. Os resultados dessas pesquisas figuram no site do Grupo de Pesquisa: www.ecosol.org.br.

***IHU On-Line* – Quando uma cooperativa com base na Economia Solidária começa a crescer, ela passa a ser vista, muitas vezes, como uma cooperativa industrial, e, assim sendo, é criticada. A partir de que momento ela deixa de ser entendida como um empreendimento da Economia Solidária?**

Luiz Inácio Gaiger – Não pelo fato de ter crescido. Crescer é natural e muitas vezes indispensável. O critério é o método empregado e o possível afastamento dos princípios solidários, como a participação democrática e a identidade entre associados e trabalhadores. Se uma cooperativa com 30 sócios passa a empregar assalariados em maior número, converte-se numa empresa baseada em relações de produção capitalistas: mesmo que os empregados sejam bem tratados e pagos, não desfrutam de nenhum poder, restrito aos sócios. O crescimento pode, no entanto, ocorrer com a admissão progressiva de mais sócios.

“A vida e o ser humano estão acima do capital”

Entrevista com Lourdes Dill

Lourdes Dill coordena a Feira de Economia Solidária, além do Projeto Esperança/Coesperança, desenvolvido pela Diocese de Santa Maria (RS), juntamente com a Cáritas Regional – RS. O Projeto, que funciona desde 1987, articula e congrega experiências da referida economia popular e solidária, no meio urbano e rural. Apóia-se no associativismo, buscando construir um modelo de cooperativismo autogestionário. Trabalha com os conceitos de produção coletiva, comercialização direta, agroecologia, agricultura familiar e busca a valorização do trabalho sobre o capital. Para ela, é possível “transformar pela solidariedade”. Lourdes concedeu entrevista à **IHU On-Line** em 13 de setembro de 2004. Concedeu outra entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007, na qual defendeu um consumo ético e solidário que nasce de uma economia popular e solidária.

Sobre esse tema, Lourdes Dill ainda concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**, em 13 de setembro de 2004, na Edição 115, intitulada **Economia social e consumo ético**. A entrevista “Produzir e consumir de maneira solidária e ética” pode ser conferida também no site do IHU (www.unisinos.br/ihu). A Irmã Lourdes Dill também foi entrevistada em 5 de março de 2007, na semana da morte de Dom Ivo Lorscheiter. A entrevista “Dom Ivo Lorscheiter morreu. Ele foi um gigante da esperança” está disponível no site do IHU.

Confira a seguir as duas entrevistas da Irmã Lourdes Dill concedidas à **IHU On-Line**.

IHU On-Line – O que significa o Projeto Esperança/Coesperança para a região de Santa Maria?

Lourdes Dill – O projeto Esperança/Coesperança, na região de Santa Maria, significa a força e

o símbolo de Economia Solidária, pois são 27 anos de estudo e reflexão e 20 anos de prática ininterrupta que faz de Santa Maria uma força promissora no fortalecimento da Economia Solidária do Brasil e da América Latina. Este trabalho tem um apoio histórico e importantíssimo de Cáritas Brasileira – RS e de muitas entidades parceiras, como a Unisinos, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Centro Universitário Franciscano (Unifra), entre outras.

IHU On-Line – De que maneira a Economia Solidária contribui para a construção de uma sociedade igualitária? De forma concreta, essa política está ajudando a diminuir as desigualdades sociais e a concentração de renda monopolizada? Como isso ocorre?

Lourdes Dill – A Economia Solidária contribui muito para a construção dos movimentos sociais e num novo modelo de desenvolvimento solidário e sustentável. As políticas que contribuem, de forma efetiva, para diminuir as desigualdades sociais são a força de organização do povo, a autogestão, a produção coletiva e ecológica, a forma de tratar o meio ambiente e a distribuição justa dos bens produzidos pelos trabalhadores/as do campo e da cidade. Um dos eixos norteadores da Economia Solidária é a autogestão, cooperação e a solidariedade, em que a vida e o ser humano estão acima do capital. As pequenas iniciativas multiplicadas no Brasil e no mundo contribuem muito para a geração de trabalho e renda no campo e na cidade. Por isso, fortalece esta proposta, repetida por um importante provérbio africano que afirma: “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra”.

IHU On-Line – Como a Economia Solidária se relaciona com outros movimentos sociais?

Lourdes Dill – A Economia Solidária e os movimentos sociais se articulam e atuam de forma integrada e integradora. É um movimento que cresce a cada dia em Santa Maria, no Brasil e no mundo. É um movimento interativo, solidário, autogestionário e transformador, envolvendo e congregando muitas pessoas. São mais de 18 empreendimentos no Brasil.

IHU On-Line – Qual é o papel da Igreja na concretização da Economia Solidária?

Lourdes Dill – Em Santa Maria, a Igreja e Ecu-
menismo tem um papel muito importante desde o início. Na cidade, a Economia Solidária iniciou com apoio da Igreja Católica, através do saudoso Dom Ivo Lorscheiter⁴.

IHU On-Line – De que maneira os governos têm favorecido as iniciativas do Projeto Esperança/Coesperança?

Lourdes Dill – Nos últimos anos, o Governo Municipal e o Governo Federal têm sido grandes parceiros dentro da Economia Solidária, por meio de projetos pontuais, através da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), do Programa Nacional de Feiras, da Agricultura Familiar e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), entre outros.

IHU On-Line – Numa entrevista concedida à IHU On-Line, em 2004, a senhora disse que a Economia Popular Solidária (EPS) é um dos caminhos promissores para muitos países, e que ela contribui de maneira significativa para a geração de trabalho e renda para trabalhadores/as. Por que a senhora classifica a EPS como um dos caminhos

promissores para vários países? Como a senhora reavalia a EPS, três anos depois?

Lourdes Dill – Economia Solidária cresceu muito nos últimos anos no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo inteiro. As políticas públicas se fortalecem hoje, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dos Fóruns Sociais Mundiais, de feiras, de Cursos de Formação e de todas atividades interativas que de forma significativa neste trabalho como um todo. Esse é o modelo de desenvolvimento do futuro do Brasil e do mundo.

IHU On-Line – Como a senhora avalia os resultados da feira de Santa Maria?

Lourdes Dill – Os resultados da Feira de Santa Maria, já nas edições passadas, nos últimos anos, têm melhorado de forma muito promissora. É um projeto de muito futuro inspirado no Fórum Social Mundial e fortalece “Um outro mundo possível”. Existe uma frase do provérbio chinês que nos motiva a trabalhar de forma autogestionária, organizativa e transformadora. “Se quiseres fazer planejamento para um ano, plante cereais; se quiseres fazer planejamento para trinta anos, plante árvores; se quiseres fazer planejamento para cem anos, organize e motive a organização do povo”.

Produzir e consumir de maneira solidária e ética

IHU On-Line – Como surgiu o projeto Economia Popular Solidária? Como ele se relaciona com as outras atividades desenvolvidas pelo Projeto Esperança/Coesperança?

Lourdes Dill – A Economia Popular Solidária (EPS) no Rio Grande do Sul inspirou-se no livro

⁴ Dom Ivo Lorscheiter (1927-2007): ex-bispo emérito de Santa Maria. Dom Ivo Lorscheiter nasceu numa família simples e religiosa de origem alemã. Ele foi o último bispo brasileiro nomeado pelo papa Paulo VI, durante no decorrer do Concílio Vaticano II, em 1965. Dom Ivo presidiu a CNBB durante o Regime Militar Brasileiro. Nessa época, abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação. Dom Ivo Lorscheiter ficou conhecido por ter tentado aproximar a Igreja do povo. No site do IHU (www.unisinos.br/ihu) pode ser acessada a entrevista “A igreja e os meios de comunicação social”, com Dom Ivo Lorscheiter. A entrevista foi realizada por Alexandre Tremarin e Herton Carvalho, ex-bolsistas de Iniciação Científica do Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, publicada no dia 9-12-2005 e republicada em 5-3-2007. No site, também podem ser conferidas notícias sobre Dom Ivo Lorscheiter. (Nota da **IHU On-Line**)

A *pobreza, riqueza dos povos*⁵. O livro propõe a “reinvenção da economia”, uma economia mais solidária, mais justa e partilhada. Uma economia que valorize e fortaleça a iniciativa das diferentes formas de organização do trabalho autogestionário e de inclusão social. A obra propõe a “transformação pela solidariedade”. De acordo com a forma de trabalhar proposta, os empreendimentos solidários distribuem, de forma justa, os frutos do trabalho organizado no meio urbano, no meio rural, na prestação de serviços, resultando na prática de um consumo justo, ético e solidário e na valorização do trabalho acima do capital. Este nos pareceu ser um dos caminhos para diminuir as desigualdades sociais e a concentração de renda nas mãos de poucos.

IHU On-Line – Como o Projeto Esperança/Coesperança se sustenta e como vem atuando?

Lourdes Dill – O projeto é promissor pela luta e por sua resistência e sua forma de organização. E contamos com o apoio diversificado de entidades, como a Cáritas Regional, a Misereor⁶, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Emater. Também contamos com os programas governamentais voltados à inclusão social que, indiretamente, contribuem para o sucesso das vendas nas feiras semanais e mensais. É importante também a “Teia Esperança”, que se constitui na rede de empreendimentos solidários associados ao projeto.

IHU On-Line – A senhora não teme que o mercado possa “apropriar-se” da Economia Solidária, impondo-lhe a lógica do lucro acima de tudo?

Lourdes Dill – O mercado busca se estender para onde há vantagens para ele. O que rege o mercado é o lucro e a concentração de riquezas. Ele tenta imitar a linguagem e a forma de apresentação dos produtos adotadas pela EPS, bem como outras práticas. Mas o mercado tem dificuldades para enfrentar a EPS, porque não tem as nossas

convicções. Ele não quer construir o que queremos. A nossa proposta faz a diferença.

IHU On-Line – Como a Economia Solidária pode ser fortalecida? Aos governos cabe algum papel importante? Os militantes da Economia Solidária contam com os governantes, de maneira geral?

Lourdes Dill – A EPS pode ser fortalecida pela articulação das organizações comprometidas com essa proposta e pelas políticas públicas. Juntos e articulados, podemos avançar mais. Os governos devem apoiar, mas as organizações não podem ficar dependentes deles. O povo se organiza, luta, resiste. Os governos podem destinar recursos públicos e proporcionar assistência técnica. Os últimos governos têm favorecido as iniciativas do Projeto Esperança/Coesperança como um todo. A cada ano vai se buscando fortalecer esta integração.

IHU On-Line – No que consiste o “cooperativismo alternativo” e qual a sua relação com a economia solidária?

Lourdes Dill – O cooperativismo alternativo e autogestionário tem uma relação direta com a EPS. As pequenas iniciativas, as cooperativas populares, valorizam o trabalho acima do capital, ao contrário das grandes cooperativas, que concentram suas forças na valorização do capital acima da força de trabalho. A participação, a gestão e o planejamento participativo funcionam melhor nas pequenas iniciativas, que trabalham de forma mais eficiente a inclusão social e cidadã.

IHU On-Line – A senhora gostaria de comentar outros aspectos do tema não referidos nas perguntas?

Lourdes Dill – Gostaria de reforçar que a EPS é um dos caminhos promissores para muitos países. Contribui de maneira significativa para a geração de trabalho e renda para trabalhadores e trabalhadoras, sendo um caminho alternativo. No nosso caso, achamos muito importante a realização das feiras, a prática da comercialização direta, a nossa “teia esperança”.

⁵ Tévoèdjré, Albert. *A pobreza, riqueza dos povos*. Petrópolis: Vozes, 1981. (Nota da *IHU On-Line*)

⁶ Organização (www.misereor.org), fundada em 1958, atua como agência de desenvolvimento da Igreja Católica na Alemanha. (Nota da *IHU On-Line*)

“Alcançar a autogestão é um dos maiores desafios dos grupos de reciclagem”

Entrevista com Roque Spies

Há 17 anos, Roque Spies trabalha em grupos de reciclagem, e conta que geralmente “as pessoas procuram a reciclagem como último recurso de obter alguma renda”. Entretanto, ressalta que muitas pessoas tiveram a oportunidade de melhorar de vida, através desse trabalho. Ao longo de sua profissão, ele aprendeu que, para obter uma renda satisfatória, é necessário ter “disposição para o trabalho coletivo”. Mas pontua que o trabalho com reciclagem gera muita cobrança da sociedade, que exige trabalhadores “ambientalmente corretos”. Sobre essa questão, ele dispara: “Adquirir esta consciência demanda muita reflexão que é dificultada pela busca do pão”.

Roque Spies vive em Dois Irmãos, onde trabalha como assessor de grupos de reciclagem. Ele concedeu a entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007.

IHU On-Line – O senhor pode falar um pouco sobre sua experiência com os grupos de reciclagem? O que o senhor mais aprende com essas pessoas?

Roque Spies – Trabalho em grupos de reciclagem desde 1990, quando tive a primeira experiência numa cooperativa do bairro Roselândia, em Novo Hamburgo. Foi um grande desafio. Em 1994, tive a satisfação de realizar o sonho de fazer a reciclagem na cidade onde moro: Dois Irmãos. A Prefeitura nos apoiou para organizar um grupo e manter o trabalho. Hoje, a Associação de Recicladores de Dois Irmãos é muito visitada por outros grupos de reciclagem, prefeituras, estudantes e outros.

Além de realizar a triagem, a maioria dos plásticos são moídos, lavados e secados. Assim,

acontece uma considerável agregação de valor. Para chegar neste ponto, é necessário capacitar e formar todos os associados. Assim, nosso resultado consiste em alcançar uma remuneração mais digna para um trabalho que enfrentou muito preconceito no seu início.

Tenho observado que as pessoas procuram a reciclagem como o último recurso de obter alguma renda. Mas elas só obtêm uma renda satisfatória se tiverem a disposição para o trabalho coletivo, abertas para novos conhecimentos, para a permanente capacitação e formação para a autogestão. Para muitos, a reciclagem deu uma oportunidade de renda e resgate da pessoa. Vejo que acontecem muitas coisas bonitas entre os recicladores, mas também muitas dificuldades, de toda ordem.

Sempre tive a visão de que grupos de Economia Solidária não conseguem andar isolados. Por isso, tenho me dedicado na articulação dos grupos de reciclagem no Vale do Sinos e fiz parte da coordenação da Federação de Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul. Na Economia Solidária, o conhecimento precisa ser repartido. Por esta razão, tenho me dedicado a ajudar outros grupos na sua capacitação para o trabalho e gestão, com mais intensidade.

IHU On-Line – Como é a Economia Solidária aplicada nos grupos de reciclagem?

Roque Spies – Os grupos de reciclagem têm feito um grande esforço para manter sua sustentabilidade, tanto no econômico como no social. As experiências são bem diversificadas. Em alguns casos, há fortes parcerias com as prefeituras que rea-

lizam a coleta seletiva e entregam o material num galpão, com equipamentos, cedido pela mesma. Em outros casos, os próprios recicladores precisam ir às ruas coletar materiais recicláveis. Assim, tudo fica mais difícil.

Quando existe a possibilidade de obter uma renda razoável, diminui a rotatividade de associados. Então, o grupo começa a fazer história na sua organização interna. Aprender a trabalhar e conviver em grupo, utilizando canais de participação para alcançar a autogestão, é um dos maiores desafios dos grupos de reciclagem. Outra questão importante é a ambiental. Há muita cobrança por parte da sociedade, para que os trabalhadores sejam ambientalmente corretos. Mas adquirir esta consciência demanda muita reflexão, que é dificultada pela busca do pão.

IHU On-Line – Quais são as características básicas que deve ter um grupo da Economia Solidária? Quais os valores que devem pautar as práticas de um grupo que a pratica?

Roque Spies – Um grupo de Economia Solidária deve ser formado por pessoas comprometidas, autônomas, participativas. O conhecimento de seus membros deve ser compartilhado em benefício de todos. As decisões devem ser democráticas, os negócios e a prestação de contas devem ser transparentes, e não deve haver muita diferença na remuneração. Trato igualitário entre homens e mulheres também é importante. Levar em conta as questões ambientais, se engajar na comunidade e ter compromisso na construção de um mundo mais justo são questões fundamentais. Valores como solidariedade, entre-ajuda e cooperação devem estar sempre presentes.

IHU On-Line – Com base na sua experiência, a Economia Solidária é uma alternativa à crise do trabalho assalariado ou constitui uma nova cultura do trabalho?

Roque Spies – Parece que a situação está meio confusa. A maioria das pessoas que procuram os

grupos de Economia Solidária busca uma alternativa de trabalho. Geralmente, não têm muita disposição para construir a proposta do trabalho coletivo e todas as suas implicações. Como alternativa à crise de emprego assalariado, a Economia Solidária ainda é pouco expressiva nos números. Existem pessoas que criam organizações buscando um novo sentido para o trabalho. Ouço pessoas de grupos solidários afirmarem que não se adaptariam mais a um trabalho assalariado. Eu também.

IHU On-Line – Qual é o perfil do trabalhador da Economia Solidária?

Roque Spies – A maioria são pessoas desprezadas no mercado de trabalho, seja por idade, por falta de qualificação ou por inexistência de postos de trabalho. Ultimamente, o número de jovens também tem aumentado. Há também um grupo de pessoas com boa formação atuando em entidades e universidades comprometidas com a causa. Também alguns gestores públicos.

IHU On-Line – Qual é sua opinião sobre as trocas dentro da Economia Solidária? Elas são importantes? Por quê?

Roque Spies – Acho que são importantes porque mobilizam as pessoas e grupos pela causa da Economia Solidária. Valorizam a criatividade e alimentam valores inerentes à Economia Solidária.

IHU On-Line – Quais são as diferenças entre teoria a prática quando se fala de Economia Solidária?

Roque Spies – É desejável que a teoria brote da experiência prática e esta ilumine para uma nova prática. O que se observa é que há bastante discurso, aprendido em livros e não experimentado na prática. Preciso haver esta coerência. Os trabalhadores dos grupos de Economia Solidária precisam ter a oportunidade do contato com os pensadores para alimentar sua reflexão sobre o fazer.

“A única esperança para a humanidade passa por incorporar maiores doses de solidariedade”

Entrevista com Pablo Guerra

Pablo Guerra é mestre em Ciências Sociais do Trabalho e doutor em Ciências Sociais e Humanidades. Atualmente, é professor de Sociologia do Trabalho e Economia Solidária na Universidade da República do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai. De sua produção bibliográfica, destacamos as obras **Sociología del trabajo** (Montevideo: FCU, 1998. 2. ed., Junio de 2001); **Construyendo economías solidarias** (Montevideo: Cáritas, 2002); **Trabajo, empleo y sociedad** (Montevideo: Icudu, 2003); e **Mujeres de vida fácil? Las condiciones de trabajo de la prostitución en Uruguay** (Montevideo: FCU, 2006).

De acordo com o sociólogo uruguaio, Pablo Guerra, a economia de seu país está sendo construída pelos setores populares, “muitas vezes excluídos do mercado capitalista de trabalho”. Ele afirma que o Governo Nacional do Uruguai ainda “não conta com políticas específicas dirigidas ao setor”.

Ao lado da Economia Solidária, o sociólogo, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007, considera as questões ambientais fundamentais para o auto-sustentabilidade do planeta e pondera: “Se não mudamos a forma de fazer economia em todas suas variantes (desde a produção até o consumo), então as consequências ecológicas serão terríveis para toda a humanidade”.

IHU On-Line – Como se dá o desenvolvimento da Economia Solidária no Uruguai? Que tipo de ações são mais comuns nas práticas de Economia Solidária no País?

Pablo Guerra – No Uruguai, o conceito de Economia Solidária não era praticamente usado até meados dos anos 1990, quando começamos a ministrar os primeiros cursos para organizações sociais e populares, coisa que ocorre paralelamente à sentença dos primeiros cursos e pesquisas, que também nos permitiu ministrar na Universidade da República. Nesses anos, a Igreja Católica, através da Cáritas⁷, nos convocou, além disso, para realizar diversos encontros no interior do País. Haveria que esperar, no entanto, pelo Fórum Social Mundial, com seu lema “Outro mundo é possível”, que na Economia Solidária temos parafraseado como “Outra economia é possível”, para que numerosos grupos sociais comesçassem a desenvolver mais sistematicamente o trabalho de divulgação. Devemos destacar, nesse sentido, o papel desempenhado pelo Fórum Social Uruguaio, que terá na Economia Solidária um dos temas de maior convocatória. Logo em seguida, no ano 2000, a Cáritas desempenhou um papel relevante, ao convocar todos os grupos que se sentiam chamados por esta temática. É assim que surge a Feira Nacional de Economia Solidária, que, desde então, se realiza todos os anos no mês de setembro, e que convoca, sobretudo, os pequenos

⁷ Cáritas: Rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Cáritas foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Seus agentes trabalham junto aos excluídos, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas Brasileira tem quatro linhas de ação, presente em nove regionais. (Nota da **IHU On-Line**)

empreendimentos da economia popular, a maioria deles de caráter associativo. A partir desta experiência, nasce o Espaço de Economia Solidária. Isto coincidiu, na época, com a maior crise social e econômica de nosso país em sua história contemporânea: o começo do século nos encontra duplicando nossa pobreza, com empresas que quebram, e com trabalhadores que começam a buscar soluções muitas vezes no associativismo (clubes de troca, empresas recuperadas, organizações econômicas populares etc.).

Em 2006, por sua vez, como fruto das políticas públicas no Departamento de Canelones, se cria o Conselho Consultivo Departamental de Economia Solidária, que consegue mobilizar cerca de 50 empreendimentos associativos do Departamento, e que chama a uma coordenação maior, com o Espaço de Economia Solidária, certos setores do cooperativismo e do Comércio Justo Uruguaio, para avançar em novas tarefas: uma feira de caráter regional (é assim que nasce a Feira Canária de Economia Solidária e Feira do Espaço Mercosul Solidário) e uma Tenda de Economia Solidária (que, no momento desta entrevista, estamos inaugurando). Neste momento, todos os grupos da Economia Solidária e o comércio justo trabalham em torno ao que se tem chamado de Mesa Nacional de Economia Solidária. Podemos dizer que, nestes anos, o movimento de Economia Solidária conseguiu convocar diversos empreendimentos populares (basicamente do setor artesanal), a Associação de Produtores Orgânicos e algumas cooperativas sociais de recente criação.

O movimento cooperativo, por sua vez, é mais antigo e de grande importância no Uruguai. Apesar de algumas atividades realizadas em comum, seus dirigentes ainda preferem evitar o conceito de Economia Solidária e são vistos, desde o setor solidário, muitas vezes como empresas com pouca projeção alternativa. O vínculo entre o velho cooperativismo e os novos movimentos sociais não deixa de ser um tema interessante para o caso latino-americano.

IHU On-Line – Qual é sua avaliação sobre as políticas públicas direcionadas à Economia Solidária no Uruguai? O Governo

Federal apóia as iniciativas de Economia Solidária?

Pablo Guerra – No Uruguai, o governo nacional ainda não conta com políticas específicas dirigidas ao setor. As primeiras políticas públicas em nosso país foram de caráter departamental. Refiro-me à Área de Economia Solidária do Governo Departamental de Canelones, que tive o orgulho de constituir em 2006. Desde então, realizaram-se cinco programas específicos: programa de capacitação, programa de comunicações, programa de comercialização, programa de Férias e programa de promoção. A novidade destas políticas é que estão inspiradas no modelo de empoderamento dos setores populares: as decisões são tomadas nas reuniões do Conselho Consultivo Departamental de Economia Solidária, do qual participam delegados de todos os empreendimentos associativos do Departamento. Desde esta área, por exemplo, temos contribuído para fundar a Comissão de Economia Solidária da Rede Mercocidades. Creio que um dos desafios para os próximos anos é justamente pensar estas políticas públicas, mas agora de caráter nacional. Enquanto isso, o que o governo nacional oferece, hoje em dia, é um Departamento de Cooperativas Sociais e uma Oficina de Fundos de Iniciativas Locais para empreendimentos associativos (ambos dependentes do Ministério de Desenvolvimento Social), e uma Comissão Honorária de Cooperativismo, sem recursos, que assessora a Presidência da República, mas na qual só está representado o movimento cooperativo.

IHU On-Line – Quem é o trabalhador de Economia Solidária no Uruguai? É o desempregado que não consegue mais espaço no mercado de trabalho formal e acaba fazendo da Economia Solidária um recurso para a sobrevivência? Ou a Economia Solidária é uma escolha dos trabalhadores por outros motivos?

Pablo Guerra – Basicamente o primeiro. A Economia Solidária em nosso país, de fato, está sendo construída pelos setores populares, muitas vezes excluídos do mercado capitalista de trabalho. Aqui, estão os casos dos empreendimentos popu-

lares, as empresas recuperadas etc. São poucas as experiências montadas a partir da convicção, e por parte de trabalhadores com importantes recursos de todo tipo.

***IHU On-Line* – Qual é a importância de valores sociais na economia? Isso funciona no mundo capitalista e globalizado em que vivemos?**

Pablo Guerra – Particularmente, tenho defendido sempre em meus escritos a necessidade de incorporar um olhar ético na economia. Isso soa à economia clássica já desde seus precursores do século XVIII. Baseado nestas convicções, insisto na necessidade de incorporar determinados valores ao processo econômico, basicamente valores como a participação, a equidade, a cooperação, o companheirismo, a honestidade, a transparência e a ajuda mútua.

***IHU On-Line* – Qual é a contribuição que a Economia Solidária pode trazer para o meio ambiente, para a ecologia?**

Pablo Guerra – A Economia Solidária também é um movimento de idéias. Nesse sentido, se caracteriza por questionar o modelo hegemônico e propor alternativas viáveis visando a um mundo mais justo e humano. A dimensão ambiental é, desse modo, fundamental. Se não mudarmos a forma de fazer economia em todas suas variantes (desde a produção até o consumo), então as consequências ecológicas serão terríveis para toda a humanidade.

***IHU On-Line* – Qual é contribuição das economias alternativas para a sociedade, para o mercado de trabalho e para a economia mundial hoje?**

Pablo Guerra – Vou resumir em um só conceito. A única esperança para toda a humanidade passa por incorporar maiores doses de solidariedade em cada um de nossos atos, incluindo os atos econômicos. A Economia Solidária cumpre, nesse sentido, um papel quase profético nos tempos em que vivemos.

Empreendimentos da Economia Solidária ultrapassam faturamento de R\$ 6 bilhões por ano

Entrevista com Maria Nezilda Culti

Maria Nezilda Culti é graduada em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Maringá (FUEM). cursou especialização em Economia de Empresa pela mesma instituição, e mestrado em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). É também doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência e pesquisas na área de Economia do Trabalho e Tecnologia. Atua principalmente com os seguintes temas: Economia Solidária, Cooperativismo, Trabalho, Desemprego, Processo de Incubação, Processo Educativo.

Culti é professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, coordenadora do GT do Programa Nacional de Economia Solidária da Unitrabalho e membro do Núcleo/Incubadora da Unitrabalho, na Universidade Estadual de Maringá.

*Para ela, “as universidades brasileiras têm as melhores condições para ajudar no desenvolvimento da Economia Solidária. Ela o faz por dois caminhos: o da pesquisa e o da extensão. As atividades de extensão abrem campo para a pesquisa, que, por sua vez, retorna o conhecimento e os resultados, ajudando a elaborar e reelaborar concretamente as ações na extensão. Ou seja, estamos falando de um processo de construção e reconstrução de conhecimento por meio da práxis”. As declarações foram dadas na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line** em 30 de julho de 2007.*

IHU On-Line – Como se dá a organização da Economia Solidária enquanto rede/fóruns?

Maria Nezilda Culti – Na atual conjuntura econômica, social e política, se constroem e se recompõem ações coletivas com questões e demandas diversas. Nesse processo de mutação, novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas. A Economia Solidária, vista por esta ótica, é uma reação, em que o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os trabalhadores que estão, em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela, eles se organizam pela via da solidariedade e trabalho coletivo, associando-se em empreendimentos econômicos solidários (EES), urbanos ou rurais. Os trabalhadores contam para formarem e organizarem seus empreendimentos com instituições apoiadoras, como as Incubadoras universitárias e parcerias, tanto da esfera pública como privada. Apesar das dificuldades, a Economia Solidária cresce e são significativos os resultados e benefícios no campo da geração de trabalho e renda, da cidadania e do desenvolvimento local e meio ambiente.

Há, hoje, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), formado em 2001 no seio do Fórum Social Mundial (FSM) para ser um interlocutor junto ao Governo Federal e outras instâncias. Em 2003, a Economia Solidária ganha destaque com a criação, em nível federal, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), cujo objetivo foi formular e articular políticas de fomento a ela. Em seguida, foi iniciada a estruturação e hoje já está implantado o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), que funciona no MTE/Senaes.

Em 2004, também foi criada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (Unisol) para representar os empreendimentos da Economia Solidária. Mais recentemente, em 2006, também foi constituído o Conselho Nacional de Economia Solidária, que funciona como um importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil. Com grande participação, já aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes) e a 1ª Feira Nacional de Economia Solidária, em São Paulo. Enfim, é dessa maneira que essa economia vem se constituindo, mas ainda é um desafio e um campo aberto de possibilidades.

IHU On-Line – As universidades brasileiras têm condições de contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária? Em que sentido? Qual é o papel das universidades para a solidificação e implantação da Economia Solidária nas comunidades?

Maria Nezilda Culti – Sim, as universidades brasileiras têm as melhores condições para ajudar no desenvolvimento da Economia Solidária. Elas podem fazer por dois caminhos: o da pesquisa e o da extensão. As atividades de extensão abrem campo para a pesquisa, que, por sua vez, retorna o conhecimento e os resultados, ajudando a elaborar e reelaborar concretamente as ações na extensão. Ou seja, estamos falando de um processo de construção e reconstrução de conhecimento por meio da práxis. Na extensão, as ações se apresentam por meio das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários, que atendem à demanda crescente de trabalhadores de todo o País, que buscam formar empreendimentos. As Incubadoras são espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades, que visam a desenvolver as atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES), atendendo, como disse, aos trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos, sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais, como também fomentam as pesquisas teó-

ricas e empíricas sobre a Economia Solidária. Por isso, a associação entre pesquisa e extensão já mencionada.

Incubadoras e grupos de pesquisa

Podemos destacar, nessa área, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho). As Incubadoras da rede ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais, procurando qualificar, técnica e administrativamente, as pessoas interessadas em formar e melhorar seus EES. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, relações interpessoais e oferece outros aportes necessários. Tem como principal objetivo promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. As Incubadoras procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas.

Portanto, as universidades, por meio de suas Incubadoras e de seus Grupos de pesquisa, buscam resgatar o compromisso em disponibilizarem, para a sociedade, o seu saber técnico e científico. Elas têm uma função relevante, além do ensino e da pesquisa, na medida em que transferem conhecimentos para uma parte da coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico e tampouco ao conhecimento gerado por ela.

Um bom exemplo de Pesquisa nacional nessa área é o Projeto nacional do Mapeamento para a Ampliação da Base de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que as universidades integradas a Rede Unitrabalho estão realizando em convênio com o MTE/ Senaes/FINEP. Desde a fase inicial de implantação desse sistema, as universidades estão de alguma forma participando e mais diretamente agora, na fase iniciada em 2006. O Sistema tem por finalidade constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização de EES e de Entidades de Apoio, Asses-

soria e Fomento à Economia Solidária, objetivando especialmente fortalecer e integrar os EES e subsidiar políticas públicas.

IHU On-Line – Como funciona a Rede Unitrabalho de Economia Solidária?

Maria Nezilda Culti – A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho –, criada em 1996, interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares, desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão sobre o mundo do trabalho. Assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras Locais, distribuídos em 40 universidades em todo o País. Ela dispõe, na área da Economia Solidária, de um Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, constituído como um espaço plural de pesquisa e atividade prática de extensão substanciada na luta pela construção de novas relações de trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável e a autonomia dos trabalhadores, por meio de empreendimentos econômicos solidários, com vistas a inovações tecnológicas e à inserção no mercado, preferencialmente em cadeias produtivas e fomentando a criação de federações e confederações.

Esse programa é coordenado por meio de um Grupo de Trabalho (GT) Nacional, responsável por traçar as diretrizes do Programa e dar orientações e suporte em questões teóricas e práticas às incubadoras/núcleos. O GT é composto por seis professores de universidades agregadas à rede e estão distribuídos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, visando a um atendimento ampliado e mais próximo em cada região. As Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários da Unitrabalho formam uma Rede integrada ao Programa, que, além de incubar empreendimentos, também desenvolve o trabalho de incubar novas incubadoras, em razão da experiência que elas já acumularam ao longo do tempo, permitindo a transferência desta tecnologia social. Os Núcleos/Incubadoras da rede têm suas equipes locais formadas por professores, pesquisadores,

técnicos e acadêmicos e organizam, com autonomia, seus trabalhos de extensão e projetos de pesquisa.

IHU On-Line – Hoje, a Economia Solidária é uma alternativa à crise do trabalho assalariado ou constitui uma nova cultura do trabalho?

Maria Nezilda Culti – Pensamos que as duas coisas. Ou seja, ela é de fato uma alternativa à crise do trabalho, isso é indiscutível. Entretanto, nossos estudos, pesquisas e acompanhamento junto aos empreendedores autogestionários já indicaram claramente que é forte o sentimento daqueles que não desejam mais voltar ao sistema de trabalho assalariado, indicando uma série de motivos, mas, principalmente, a certeza de que, nesse tipo de organização, não ficarão sem trabalho diante das flutuações do mercado, visto que há flexibilidade na forma de operar e produzir dependendo, portanto, de suas próprias decisões e planejamento. Serem donos e trabalhadores em seus próprios negócios não é fácil, mas é também, segundo eles, muito gratificante. Em alguns setores, por exemplo, no de resíduos sólidos, os associados declaram serem reconhecidos como cidadãos, coisa que não acontecia antes de organizarem coletivamente seus empreendimentos. Portanto, penso que há uma tendência muito forte de crescer o número de trabalhadores que, depois de conhecerem e viverem uma outra forma de organização do trabalho (a associativa), permanecerem nela por opção.

Concordamos com a conclusão do Prof. Dr. Gaiger, na primeira pesquisa nacional organizada pela Unitrabalho e coordenada por ele, de que há um misto de “necessidades e vontades” dos trabalhadores e que o melhor caminho para entender a Economia Solidária seria “focalizar as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático”. Por outro lado, vemos hoje desenvolvendo-se uma política de governo de apoio, claramente favorável ao crescimento dessa economia que já não é pequena, se considerarmos quando ela começou a ter visibilidade (meados

da década de 1980 em diante). Temos, pelos dados parciais do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), um total de 18.878 empreendimentos cadastrados, que respondem por 1,574 milhão de postos de trabalho, com faturamento que ultrapassa R\$ 6 bilhões por ano.

IHU On-Line – Quais são as principais políticas públicas existentes para a área da Economia Solidária?

Maria Nezilda Culti – Pensamos que estamos trilhando e construindo caminhos para a consolidação de políticas públicas. Observamos que vêm existindo nos últimos anos uma política de governo deliberada de incentivo e apoio às iniciativas de Economia Solidária pulverizada em vários ministérios do Governo Federal, por meio de inúmeros programas e projetos. Nesse caminhar, alguns vão sendo remodelados ou reestruturados para chegar a consolidação e outros sendo abandonados. Tivemos a oportunidade de participar nesse ano, enquanto integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária, na apreciação e discussão da Proposta do Plano Plurianual-PPA 2008-2011. Nele, foram mantidos e incluídos novos Programas e Projetos específicos para o desenvolvimento da Economia Solidária pelo Ministério do Trabalho e Emprego e muitos outros com interfaces, também mantidos e novos incorporados por vários ministérios, como o do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional e o de Minas e

Energia. Todos com o interesse de fomentar o desenvolvimento e geração de trabalho e renda, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais.

IHU On-Line – Qual é o diálogo estabelecido entre a Economia Solidária, o movimento ecológico e os movimentos sociais?

Maria Nezilda Culti – Penso que esse diálogo vem acontecendo naturalmente, visto que os empreendimentos de Economia Solidária buscam uma relação respeitosa com comunidade e o meio ambiente para a sua formação. Vale lembrar que um dos princípios do cooperativismo praticado por esses empreendedores é o da “preocupação com a comunidade”, que faz com que as cooperativas levem em consideração o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, Estados e País, por meio de políticas definidas e aprovadas por seus associados. Exemplo característico dessa atuação são as inúmeras cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis que atuam em todo o País, entre outros ramos de produção na área rural e urbana. A proteção ao meio ambiente e o respeito à comunidade fazem parte da sua realidade concreta, vivida, pois, em grande medida, dependem das duas coisas para a viabilidade e o crescimento de suas atividades. Os dados do SIES também já demonstraram que grande parte da comercialização dos produtos é feita na própria comunidade ou regiões próximas. Percebem, portanto, que o sucesso de seus empreendimentos podem fomentar o desenvolvimento endógeno sustentável.

Rio Grande do Sul mapeou 450 novos empreendimentos da Economia Solidária

Entrevista com Vera Regina Schmitz

Vera Regina Schmitz é especialista em cooperativismo, pela Unisinos, mestre em Ciências da Comunicação, com a dissertação Cooperativismo em tempos de globalização: análise do discurso editorial de um jornal de cooperativa, pela Unisinos, e doutoranda em Educação, pelo PPG em Educação da Unisinos. Atualmente, Vera integra a equipe de coordenação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e coordena o Projeto de Tecnologias Sociais da Unisinos.

A Economia Solidária, explica Vera Regina, coordenadora da Fase III do mapeamento no Rio Grande do Sul, “significa um novo jeito de se fazer economia e uma nova cultura do trabalho”. Nesta terceira fase do mapeamento, afirma ela, o Rio Grande do Sul já mapeou 450 empreendimentos até o final do mês de maio, que foram somados aos 1.634 que já faziam parte do banco de dados do SIES.

*Para Vera Schmitz, a universidade é um ambiente que, por meio de incubadoras, pode fomentar o crescimento da Economia Solidária. Segundo ela, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de julho de 2007, desenvolver “modelos de intervenção que reconheçam a cultura local, que levem em conta a problemática do mundo do trabalho e as dimensões ecossociais” é uma iniciativa fundamental.*

IHU On-Line – Quais são os limites, as possibilidades e as perspectivas da Economia Solidária hoje?

Vera Schmitz – Hoje, vê-se o crescimento e a expansão da Economia Solidária devido, principalmente, às mudanças no mundo do trabalho. Estas

mudanças no horizonte do trabalho e, ao mesmo tempo, as possibilidades de criação que esta oportuniza, permitem que o trabalhador busque cada vez mais outras alternativas para desenvolver suas aptidões para trabalho, como reação ao desemprego estrutural e à exclusão. A produção coletiva de geração de trabalho e renda é uma destas alternativas que se expande em núcleos e redes de Economia Solidária.

IHU On-Line – Quando falamos de Economia Solidária, quais são as principais diferenças entre a teoria e a prática?

Vera Schmitz – Falar em Economia Solidária significa falar em tudo o que ela representa em termos de oportunidades, de uma cultura de solidariedade, de retomada de laços afetivos no trabalho, de autogestão, enfim, um novo jeito de se fazer economia e uma nova cultura do trabalho. Mas também significa falar dos obstáculos existentes. Os passos, desse modo, são mais lentos, as dificuldades mais presentes, identificadas como desde falta de recursos para potencializar o grupo até o entendimento e a possibilidade concreta do trabalho coletivo. No entanto, muitas experiências superam esta dicotomia e se encontram, de fato, como um empreendimento sólido e com valores e princípios identificados, de forma contínua, como inerentes à Economia Solidária.

IHU On-Line – Como pode ser caracterizado(a) o(a) trabalhador(a) envolvido(a) com a Economia Solidária?

Vera Schmitz – A maioria, principalmente o(a) trabalhador(a) urbano(a), caracteriza-se como al-

guém que busca na Economia Solidária uma alternativa de trabalho e renda. É um(a) trabalhador(a) disposto(a) a buscar diferentes alternativas de sobrevivência, muitas vezes esgotado(a) pela procura do trabalho assalariado. Por outro lado, também temos aquele(a) trabalhador(a) que se interessa pela forma coletiva de trabalho, que vê no modelo de organização autogestionária mais possibilidades do que o modelo apresentado pelas empresas capitalistas.

IHU On-Line – Na condição de coordenadora da Fase III do mapeamento no Rio Grande do Sul, qual é sua avaliação? Como está a Economia Solidária no estado gaúcho? Quais são os principais desafios e avanços?

Vera Schmitz – A Fase III do projeto “Mapeamento para ampliação da base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES”, no Rio Grande do Sul, está sendo coordenada pela Profa. Noëlle Marie Paule Lechat, da Unijuí, e por mim, da Unisinos, sendo que, em relação ao campo, a Unijuí teve a responsabilidade de mapear somente a região Noroeste do Estado e a Unisinos todas as demais regiões do Rio Grande do Sul.

O interessante é que o Rio Grande do Sul tem um histórico diferenciado na realização do mapeamento, construído em parceria com instituições que trabalham com a Economia Solidária. Nesta fase III, fizemos o mesmo encaminhamento,

respeitando a trajetória até então realizada com instituições que já fizeram parte das etapas anteriores. Algumas instituições que Integraram a EGE⁸/CTE-RS e foram co-executoras do Mapeamento são: Camp⁹, Caeps, Cooesperança, Escola 8 de Março¹⁰, Furg¹¹, Guayí, Unijuí¹² e Unisinos. Além destas instituições, fizeram parte a EGE/RS, a Cáritas/RS e a DRT/RS.

Nesta etapa, o Rio Grande do Sul ficou de mapear, no mínimo, 450 empreendimentos, a serem somados aos 1.634 que já fazem parte do Banco de Dados do SIES, meta esta já cumprida no final do último mês de maio.

O mapeamento, até então, nos mostrou os números da Economia Solidária. Os avanços são as possibilidades de análises que este sistema nos oferece, localizando os gargalos e necessidades da Economia Solidária, de pensar e desenvolver cadeias produtivas, que podem alavancar os empreendimentos. Estes avanços são possíveis de serem feitos. Análises semelhantes foram apresentadas no Seminário Estadual Projeto de Mapeamento para Ampliação da Base de Dados do SIES no Rio Grande do Sul, realizado em Santa Maria/RS, durante a 3ª Feira de Economia Solidária do Mercosul. Num painel denominado “Mapeamento da Economia Solidária do Brasil e no Rio Grande do Sul: cadeias produtivas e desenvolvimento local”, o Sr. Roberto Marinho¹³, do SENAES, e o Prof. Luiz Inácio Gaiger¹⁴, da Unisinos, apresentaram uma interpretação dos dados, apontando garga-

⁸ Comissão Gestora Estadual (EGE): é composta por representantes de atores interessados no mapeamento da Economia Solidária do Estado. A EGE é responsável pela identificação de Entidades de Apoio, Assessoria, e Fomento à Economia Solidária. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ Camp: Centro de Educação Popular que há 22 anos organiza trabalhadores urbanos e rurais, auxilia na qualificação das suas lutas e capacita lideranças e dirigentes. O movimento busca assegurar às classes populares o poder de governarem seu destino em um Estado democrático, com participação e controle popular. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ Escola 8 de março: fundada em 1993, em Novo Hamburgo-RS, atua com cursos técnicos sobre calçados e cursos políticos sobre Economia Solidária. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ FURG: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, universidade com sede em Rio Grande-RS, voltada para o ecossistema costeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² Unijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A UNIJUÍ tem uma Incubadora de Economia Solidária, que está operacionalizando o mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários nas regiões Alto Jacuí, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste a Missões. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ Roberto Marinho Alves da Silva: Atualmente, ele é requisitado do Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerce o cargo de Coordenador-Geral de Estudos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Roberto Marinho é graduado em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco, e doutor em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ Luiz Inácio Gaiger: professor da Unisinos e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado. Gaiger é graduado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Sociologia da Reli-

los e possibilidades de cadeias produtivas, de trabalho em rede, na perspectiva do desenvolvimento territorial. Sem contar o quanto que estes dados contribuem com subsídios para incrementar e/ou repensar as políticas públicas.

IHU On-Line – Quais são as principais novidades que apareceram na Feira de Santa Maria?

Vera Schmitz – A Feira de Santa Maria é uma referência nacional para a Economia Solidária. A dimensão que está tomando, como espaço de encontro, conversas, discussões, mostra que está cada vez mais adquirindo volume e importância.

Talvez o que se precise trabalhar mais é a presença dos empreendimentos, que são os protagonistas, nas discussões sobre e da Economia Solidária, ultrapassando a idéia de feirantes. Isto não quer dizer que não haja, na feira, a sintonia, a identidade e o caráter de inclusão e de luta por uma mesma causa, facilmente percebidos e encontrados nos espaços de sua realização.

IHU On-Line – As universidades no Rio Grande do Sul têm condições de contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária? Em que sentido? Qual é o papel da academia para a solidificação e implantação da Economia Solidária nas comunidades?

Vera Schmitz – As universidades devem dialogar com a prática da Economia Solidária, pois são destes espaços que nascem muitos elementos teóricos. A academia, principalmente por meio das incubadoras, pode ter o papel de fomentar o crescimento da Economia Solidária, desenvolvendo modelos de intervenção que reconheçam a cultura local, que levem em conta a problemática do mundo do trabalho e as dimensões ecossociais. A perspectiva é de retroalimentação.

É um campo grande de pesquisa, de pensar, dialogicamente, em tecnologias sociais apropriadas; espaço de aprendizagem para alunos de diferentes áreas do conhecimento; e, sem dúvida,

uma forma de inserção das Universidades na comunidade, na perspectiva de uma contribuição mais ampla para o desenvolvimento local, uma aproximação maior do que se pode identificar como o conhecido “tripé” “ensino, pesquisa e extensão”.

IHU On-Line – Como você vê, pessoalmente, o trabalho com a Economia Solidária, considerando sua história familiar de cooperativismo? O que esse tipo de experiência mais ensina?

Vera Schmitz – Acho o trabalho com a Economia Solidária desafiador. Falar em cooperativismo, ou melhor, em Cooperativas, nunca foi estranho para mim, pois fui criada em espaços que sempre se conversou muito sobre o tema, tanto no que tem de bom como também de suas dificuldades.

Se é possível estabelecer uma aproximação, entre o ontem e o hoje, as semelhanças estão lá na origem, quando aqueles colonos se uniram e resolveram fundar uma cooperativa, para superarem, juntos, as dificuldades da época. Hoje, vejo muitos dos empreendimentos que conheço nesta mesma caminhada. Se existe semelhança, há também diferenças, já que hoje alguns empreendimentos se transformaram em grandes cooperativas, ligadas ao *agrobusiness*. Atualmente, continuo “conversando” sobre o tema. Enquanto eu projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, acompanho alguns grupos, que nascem das dificuldades, da vulnerabilidade social, da falta de perspectivas de muitas das pessoas envolvidas.

Talvez esta experiência ensine a compreender melhor o mundo e as pessoas; a ver melhor o jogo de interesses; e a perceber o quanto as perspectivas políticas estão ali inseridas. Mas, acima de tudo, vêem o quanto temos de possibilidades e alternativas para superação dos problemas que se apresentam, principalmente quando você olha para os protagonistas desta outra forma de se fazer economia.

gião, pela Université Catholique de Louvain, e doutor em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais, pela Université Catholique de Louvain. Ver entrevista com ele nesta edição. (Nota da **IHU On-Line**)

Banco Ético: um novo modo de pensar a economia

Entrevista com Ricardo Milano

“O papel das finanças éticas é aquele de recolocar o dinheiro como meio e o homem como fim, diversamente do que hoje sucede”, afirma Ricardo Milano, responsável pela Agência de Relações Culturais do Banco Popular Ético, instituição financeira italiana, cujo site na internet é www.bancaetica.com. Entrevistado por e-mail pela **IHU On-Line**, em 13 de setembro de 2004, Milano afirmou que o Banco Ético representa “um novo modo de pensar, seja a economia e as finanças, seja a sociologia, a antropologia, a filosofia e a teologia”. O referido banco caracteriza-se por imprimir às finanças dimensões solidárias, transformando-as em um fator de coesão social. Seus critérios não se restringem, portanto, à mera avaliação econômico-financeira, mas abrangem aspectos atinentes ao desenvolvimento humano e social sustentável e à promoção do bem comum.

IHU On-Line – O dramaturgo alemão Bertolt Brecht afirmava, num pensamento muito apreciado pela esquerda, que “assaltar um banco não é comparado ao fato de fundar uma instituição financeira”. De que modo o Banco Ético conseguiu consolidar-se, se consideramos a fundada desconfiança do povo para com os bancos?

Ricardo Milano – Creio que o problema não seja tanto o banco em si quanto o uso que dele se faz. O mesmo vale para o dinheiro. Embora os bancos, historicamente, tenham nascido para responder plenamente às exigências do povo (bem diversas, quase em antítese, às realidades mercantis) e venham ao encontro das exigências de combater a usura (lembro que os bancos nasceram na

Itália com os Montes de Penhor ou Montes de Piedade (Monti di Pegno o Monti di Pietà) e que foram criados por franciscanos), com efeito, sempre estiveram mais a serviço de uma classe burguesa e rica, antes que a serviço dos pobres. Mas há exceções referentes à história de algumas nações. Na Itália, se criaram bancos que, **verdadeiramente**¹⁵, sustentaram o povo [por exemplo, as caixas rurais e de artesãos, as caixas de poupança (Caixas Econômicas), alguns bancos populares, alguns bancos privados (de matriz católica)]: isso permitiu, onde eles existiam, a saída da miséria e da pobreza de muitas pessoas, bloqueando realmente a emigração. Hoje, especialmente na Itália e na Europa, a situação é diversa, é preciso agir de modo ainda mais incisivo, para devolver vigor a este tipo de economia e para combater as distorções da globalização. Em todo o caso, há um ponto de partida importante: o sistema econômico atual se baseia fortemente, no uso do banco e quem quiser fazer uma operação econômica deve fazê-la, inevitavelmente, através de um banco. Não há retorno: o banco está sempre presente.

IHU On-Line – Se não há retorno, como dar sentido humano a essa atividade?

Ricardo Milano – O problema do nascimento do Banco Popular Ético foi precisamente este: deixar o mercado do dinheiro aos bancos clássicos e, agindo assim, consigná-lo, de fato, àqueles que queriam gerir a economia de determinado modo, ou intervir no mercado com a criação de uma nova instituição bancária. Uma instituição que conjugasse a realidade econômica com uma ética social e que desse a possibilidade aos “não-bancá-

¹⁵ O grifo é do entrevistado. (Nota da **IHU On-Line**)

veis”, ou seja, àqueles que não podem ter uma relação bancária (os jovens, as mulheres, o mundo do “terceiro setor”, ou da “economia não-lucrativa”, da economia social, entre outras atividades). Preferiu-se a segunda solução e, mesmo sabendo do “ódio” que o povo tem, muitas vezes, pelos bancos, escolheu-se, malgrado tudo isso, ainda utilizar o termo “banco” para tentar limpá-lo novamente da “imundície” que se tinha acumulado com o correr dos anos.

Nascia, assim, um Banco para as pessoas débeis, que tinha como slogan “O interesse mais alto é aquele de todos” e que, respeitando as diretrizes das finanças éticas, permitia estabelecer uma relação com o slogan das caixas rurais de fins do século XIX, começo do século XX. “Não se faz o banco para tomar, mas para dar”. Mas o banco ético pode nascer precisamente porque foi concebido a partir da base, ou seja, do mundo do associativismo, da sociedade civil em geral e de milhares e milhares de pequenos sócios que lhe deram coraço, cérebro e pernas. E, se vive, é porque é mantido pelos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, que criaram, entre elas, grupos regionais operativos, circunscrições locais, espalhadas por toda a Itália, que difundem os princípios e os conceitos das finanças éticas e que operam ativamente nas regiões e que se relacionam, verdadeira e propriamente, com o banco. O fim não é, todavia, o de fazer um estéril proselitismo ou de dar uma “patente de eticidade” àqueles que se tornam sócios ou que utilizam os serviços do banco, mas de construir uma realidade econômica na qual o bem-estar da pessoa não seja uma cópia do bem-possuir e na qual se vivam concretamente os “novos estilos de vida”, entendidos como sobriedade, uso natural dos produtos, uso das energias alternativas, manutenção das produções locais, utilização do dinheiro (poupança) como alavanca social, entre outros.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o banco também age como “mobilizador” social?

Ricardo Milano – Sim. Em suma, se o banco ético é um banco, de fato é também um modelo “mobilizador” de um novo modo de pensar, seja a economia e as finanças, seja a sociologia, a antro-

pologia, a filosofia e a teologia. Hoje, no seu quinto ano de vida, o banco ético está se consolidando e está propondo um caminho especial de aproximação ao mundo do crédito e, ainda mais, àquele do dinheiro em geral, e os números estão o nosso favor. Francamente, creio que a idéia de Brecht [1898-1956], seja filha de seu tempo: hoje, seguramente, ele faria propaganda do banco ético e por todas aquelas realidades bancárias européias e mundiais que agora estão trabalhando pelo povo, sustentando a idéia que propõe. As finanças éticas, com o Banco Ético, junto com as outras realidades européias, são importantes – no mundo mais avançado – para mudar a nossa velha economia clássica, que atualmente não tem mais nada de novo a dizer e a propor, vendo as políticas e as reflexões sobre as quais se baseia, ao homem do terceiro milênio. E, no mundo menos avançado, as mesmas finanças éticas permitem enfrentar, de maneira nova, o desenvolvimento, também através do instrumento do microcrédito e dos novos paradigmas que isso comporta.

IHU On-Line – Quais são os resultados obtidos pelo banco ético? Fazendo um paralelo com a atividade dos bancos tradicionais, como podem ser qualificados os seus progressos?

Ricardo Milano – Pode-se dizer que os resultados têm sido não só notáveis, mas bem superiores às expectativas. O banco está fazendo nascer uma nova consciência geral da população italiana sobre o uso do dinheiro, sobre seu custo, sobre outros aspectos afins não só aos grupos “antitradicionais”. A firme oposição ao financiamento de algumas atividades, como as relacionadas às armas, por exemplo, obriga muitos a pensar sobre a qualidade e sobre os serviços dos bancos ordinários. Estão sendo propostos quesitos até alguns anos atrás inimagináveis: começa-se não só a criticar os bancos pelos serviços, muitas vezes, deteriorados ou gananciosos que prestam, mas também se começa a criticar o “sistema bancário” que, cada vez mais, não financia aqueles que mais necessitam. A arrecadação e o número de sócios é um índice importante: o banco popular ético, em 30 de junho de 2004, tinha 23.495 sócios (20.233 pessoas físi-

cas e 3.262 pessoas jurídicas), e o capital social montava a 16.721.000,00 de euros; a arrecadação era de 284 milhões de euros e os investimentos (deliberados) foram 175 milhões de euros. Isso em cinco anos de trabalho e partindo de baixo, da base (e aí permanecendo). Note-se, em particular, a consistência do número dos sócios que fazem, sim, com que as autoridades italianas de vigilância pensem neste banco como num grande banco, a despeito dos outros números logicamente ainda baixos. Mas este dado também deve ser visto sob a luz dos poucos guichês e dos poucos “banqueiros ambulantes” (uma espécie de promotores financeiros que agem com eficácia no território) que se tem e de um uso mais difícil do banco em sentido logístico com respeito aos outros bancos (considerando a expansão do sistema bancário na internet). Porém, a realidade mais importante diz respeito aos empregos, isto é, empréstimos. O fato de as taxas serem todas iguais (as diversidades são apenas técnicas), de que não se trabalha somente com a clássica investigação sobre o merecimento de crédito, mas se procede também com uma investigação ética que prevê, entre outras coisas, também a análise com um modelo V.A.R.I. (Valores, Requisitos e Indicadores).

Esta análise permite “estudar” o requerente de empréstimo do ponto de vista de democracia participativa e de sociabilidade, respeito do ambiente (entre outros quesitos). E isso está gerando uma mudança, embora ainda reduzida, considerando as dimensões do terceiro setor na Itália, sobre a análise que todo futuro devedor faz de si mesmo. Em síntese, começa-se a colocar questões novas relativamente a uma prática bancária. Está se começando a criar um “fio vermelho econômico” que, partindo do indivíduo que requer o financiamento – ao qual se pergunta quem é, como opera e como se relaciona com a comunidade e o que faz – e transitando pelo projeto apresentado, chega ao banco, que decide se deve conceder ou não o empréstimo, que sucessivamente retorna à comunidade que pode finalmente conhecer, graças à transparência e publicidade que se exige, um pouco toda a operacionalidade e a bondade, ou não, do indivíduo e do projeto e, sucessivamente, sobre seus desenvolvimentos.

É evidente que este processo é desconhecido dos bancos tradicionais, que valorizam somente os aspectos econômicos clássicos e a utilidade que deles deriva. O resultado mais importante é, no entanto, dado pelo fato de que agora o banco é bem conhecido, embora jamais se tenha feito publicidade, e que muitos outros começam a seguir algumas das suas idéias e alguns dos seus clientes; em suma, entenderam que existe, num certo sentido, um mundo por eles desconhecido, ao qual devem referir-se. E tudo isso num período no qual a situação dos bancos tradicionais é um tanto problemática.

IHU On-Line – Quais são as relações que o banco ético mantém com o sistema financeiro tradicional?

Ricardo Milano – As relações são de dois tipos: de “dever” e de “prazer”. Relativamente às primeiras, o Banco Ético (ele o deve!) participa do fórum bancário setorial, age com os outros bancos e procura, nos limites do possível, acordos e/ou alianças para ir ao encontro de novas exigências, resolver problemas e buscar respostas aos problemas do crédito. Em todo o caso, o modelo do Banco Ético está despertando curiosidade e interesse, tanto que, sempre no interior de tais estruturas, e precisamente por isso, é altíssimo o número dos seus dependentes que está pedindo para vir trabalhar num banco ético, mesmo deixando carreiras válidas e remunerações elevadas. Isso está fazendo alguns bancos repensarem suas estratégias. Em todo o caso, as relações são boas também, porque o segmento de mercado que o Banco Ético ocupa não é o mais importante para o sistema bancário tradicional, que, por isso, não teme concorrência.

IHU On-Line – A posição assumida pelo Banco Ético consegue influenciar os bancos tradicionais? Em que sentido ou direção?

Ricardo Milano – Sobre esse aspecto, há relações privilegiadas com algumas categorias de bancos, a contribuição do Banco Ético tem sido notável, forçando esses outros sujeitos a voltar a ser “aquilo que eram”, coisa que tinham perdido. Incrivelmente, esta variação trouxe benefícios a

eles próprios. Esperamos que esta linha de comportamento continue... Em parte, e com sofrimento, parece que os bancos começam a mudar, movidos, muitas vezes, pela sua clientela. Muitos bancos declararam não querer mais financiar a exportação de armamentos ou atividades semelhantes. Muitos bancos passaram a criar produtos que chamam “éticos”¹⁶, quando compreenderam que uma parte de sua clientela os desejava (sobre a qualidade, todavia, destes produtos haveria coisas a dizer...).

IHU On-Line – Os bancos tradicionais estão se transformando em bancos “éticos”?

Ricardo Milano – Muitos bancos começam a definir-se como “éticos” e a apresentar-se de maneira nova. A conclusão é que começa a ser um pouco difícil, para o público, entender quem é realmente ético e quem o faz por conveniência. Para remediar isso, o Banco Ético não está agindo tanto sobre “o agir”, mas também está trabalhando muito sobre “o pensar”, coisa que os bancos tradicionais, que querem camuflar-se, dificilmente conseguem fazer. O Banco Ético, em definitivo, está desencadeando uma pequena revolução, não tão silenciosa. O fato é, porém, que, enquanto o Banco Ético tem bem presente o que o filósofo Hegel escreveu “De ética se fala quando esta não existe mais” e procura fazer de modo que as finanças éticas assinalem uma transmutação do mercado do crédito e de algumas de suas teorias. Em outros bancos, a ética é vista apenas como uma nova oportunidade operacional, não pondo, porém, em discussão os conceitos do mercado. Em todo o caso, introduziu-se um novo modo de pensar e, querendo ou não, “o fato está consumado” e não se volta atrás. Em definitivo, o fato de o Banco Ético existir ou não existir não é a mesma coisa, tanto para o mercado como para o pensamento econômico em geral.

IHU On-Line – De que modo os governos e a mídia tratam o Banco Ético? O Banco mantém algum tipo de contato com os gover-

nos? Os meios de comunicação lhe dão espaço e tratam com seriedade as atividades e as políticas do banco?

Ricardo Milano – Dos governos, em geral, há uma notável atenção. O Parlamento Europeu classificou o Banco Ético como *best practice* [melhor prática]; muitos governos europeus, depois, requereram consultas. Em muitas nações, estamos trabalhando para a constituição de novos bancos éticos. Também se está caminhando para a criação de um banco ético europeu alternativo, como banco de segundo nível (já existem as associações internacionais de finanças éticas como a Febea, a Sebea, o Inaise). É recente, na Itália, uma resolução do Senado da República, que define as finanças éticas. O próprio Banco de Itália [Banca d’Italia], máxima autoridade de vigilância, segue com rigor, mas também com atenção, este novo modelo de banco. Em síntese, enquanto não se criam maiores problemas, o sistema anterior responde bem. Em todo o caso, e para não suscitar problemáticas que poderiam pôr em risco a operacionalidade do banco, decidiu-se constituir uma Fundação Cultural “Responsabilidade Ética”, que se encarrega (além, logicamente, de outras atividades essenciais para o banco) de todas as situações culturais que o próprio banco não poderia assumir sozinho.

Quanto à mídia, é preciso reconhecer uma notável atenção. De outra parte, falar de algo que busca o bem das pessoas é sempre interessante para tratar. Mais complicado é o aprofundamento temático de parte dos meios especializados em finanças: aparece uma certa reticência que parece derivar também do medo de uma futura possível mudança do sistema e, talvez, sob “conselho” de alguns potentes Institutos de Crédito que não querem uma mudança, se procura dizer o menos possível e desconversar. Mas, honestamente, é preciso dizer que a *clipping* jornalístico é abundante.

IHU On-Line – O senhor acha que este tipo de banco pode ser implantado em países financeiramente débeis? A existência e o su-

¹⁶ No Brasil, por exemplo, o ABN Amro criou um Fundo Ético de Investimento. (Nota da **IHU On-Line**)

cesso deste tipo de banco não estão vinculados ao capitalismo consolidado, como o europeu?

Ricardo Milano – Estamos cômicos de que a realidade econômica negativa do mundo não poderá mudar jamais, se não mudarem as políticas econômico-financeiras dos países ricos. As finanças éticas e os seus bancos, estão, sim, se encarregando disso e estão procurando redescobrir aquilo que de bom existe na atual doutrina econômica, rejeitando completamente as distorções que o financiamento da economia produziu no mundo. O papel das finanças éticas é aquele de recolocar o dinheiro como meio e o homem como fim, diversamente do que hoje sucede. Está-se criando, portanto, uma nova consciência crítica nos poupadores, ensinando-lhes que o seu dinheiro é uma “arma” incrível para contrastar as políticas neoliberais que querem conquistar sempre mais espaço no mundo.

O dinheiro deve tornar a ser um fator de coesão social, e não um fator de divisão social. Por isso, é claro que as finanças éticas são um fenômeno que tem as suas origens e as suas raízes nas sociedades capitalistas, por causa das suas distorções, sendo elas uma escola de pensamento importantíssima. Em todo o caso, é preciso interrogar-se também com que critérios econômicos estão sendo construídos novos contextos econômicos nos estados “pobres” ou “pouco desenvolvidos”; a contribuição das finanças éticas e de seus bancos é importantíssima em sistemas em construção, precisamente porque pode ajudar a não ingressar em caminhos que depois levarão às mesmas metas negativas alcançadas nos países “ricos”. Em síntese, se as finanças éticas e os seus bancos são uma “terapia” para a “velha economia”, podem ser uma boa “prevenção” para uma “nova economia”. Nesse contexto, fazer nascer bancos éticos (não só de microcrédito que, muitas vezes, não se propõem problemas “éticos” mais avançados, mas que visam, freqüentemente, a dar uma ajuda devida para um crescimento que liberte o povo da miséria e da pobreza: mas isso não é, em todo o caso, pouco!) não é só algo de bom auspí-

cio, mas algo devido, precisamente, por causa de uma corrente de pensamento que as verdadeiras finanças éticas estão elaborando. Enfim, não é mais um luxo, mas uma necessidade.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar outros comentários?

Ricardo Milano – É preciso que se esteja consciente que, num certo sentido, falar de finanças éticas é, paradoxalmente, abordar um tema que não deveria ser tratado: de fato, a atividade financeira, em seu complexo, da forma como ela é, uma estrutura no interior dos sistemas econômicos, deveria ser ética. Mas, olhando bem, qualquer atividade humana orientada para o crescimento da pessoa deveria ser inserida, ao menos para o crescimento social e civil, naquela esfera do saber que, no decurso dos séculos e a partir, de modo estrutural, dos filósofos gregos, foi chamada ética, uma vez que ela seja portadora de equidade e de justiça social mundial. Parece, todavia, não ser assim; o homem, que deveria aprender da história e procurar, baseado nela, desenvolver melhor as suas potencialidades para um objetivo de paz e de justiça, de fato age com base no impulso e em raciocínios que têm pouco a ver com a ontologia profunda do ser: o “estar bem consigo mesmo e com os seus semelhantes”.

Creio que um raciocínio sobre tudo isso e com o envolvimento de todos, pobres e ricos e de modo democrático, não pode ser procrastinado. Talvez tenha hoje chegado o tempo de dar o justo peso, sem os “mais” e sem os “menos” às ideologias, para construir um mundo novo. Os recursos financeiros mundiais são enormes: basta direcioná-los de maneira equânime e justa. A cultura das finanças éticas e dos seus bancos permite isso, justamente porque consegue ensinar a todos que ou se faz assim ou, caso contrário, não haverá alternativas para uma realidade de “não-retorno” da humanidade. Coragem, pois! Nós todos, que trabalhamos nesta direção, podemos pegar o mundo pela mão, enquanto pensar algo sério não é monopólio de quem “tem”, e conduzi-lo melhor.

Banco Palmas: um banco para os mais pobres

Entrevista com João Joaquim de Melo Segundo

*João Joaquim de Melo Segundo é formado em Teologia e coordenador do Banco Palmas. Para ele, o Banco Palmas é uma forma de enfrentar a pobreza com desenvolvimento, contra a lógica do sistema bancário e financeiro. O Banco Palmas é formado por 2.800 sócios da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, na Zona Sul de Fortaleza, um bairro com 30 mil moradores, que foi transformado de um bolsão de miséria em um modelo de produção e consumo ético e solidário. Em seis anos, foram gerados 1.200 postos de trabalho nas mais diversas áreas. O controle do Banco é da Associação de Moradores, assim como a rede de produtores e consumidores. Ao contrário dos bancos comerciais que pedem garantias para fazer seus empréstimos, o Banco Palmas empresta exclusivamente àqueles que não têm garantias, remetendo os que têm garantias para outros bancos. João Joaquim de Melo Segundo conversou por telefone com **IHU On-Line**, em 13 de setembro de 2004, sobre as origens e os desafios atuais do Banco e da população que o sustenta.*

IHU On-Line – Como definiria o Banco Palmas?

João Segundo – Banco Palmas é o nome fantasia de um projeto da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro pobre da Zona Sul da cidade de Fortaleza, que iniciou em 1973, quando as famílias de pescadores foram expulsas do litoral para essa região, onde não havia nada. Só havia mato, lama, um pântano onde o gado pastava. Os moradores foram construindo seus barracos espontaneamente, de papelão, de palha. Assim, se formou uma grande favela, que recebeu o nome de Conjunto Palmeiras. Em 1981, surgiu a Associação de Moradores do Conjunto

Palmeiras, que hoje administra o Banco Palmas. Durante os anos 1980 e 1990, a Associação, com muita luta, caminhadas e passeatas, começou a construir o bairro. Por meio de mutirão, os moradores fizeram a drenagem, o saneamento, construíram a creche, o centro de nutrição, a casa de parto, tudo pertence à comunidade.

IHU On-Line – Quais foram as transformações mais importantes no bairro nascente?

João Segundo – Durante esses 20 anos, o bairro foi se urbanizando lentamente, melhorando as condições pelo trabalho da associação. Teve duas datas importantes nessa caminhada. Uma foi em 1991, quando realizamos o primeiro seminário Habitando o Inabitável. O nome era claro no sentido de dizer que era impossível continuar morando no bairro, naquela situação. A partir dessa data, foi feito um pacto social, um planejamento estratégico e se decidiu urbanizar o bairro. Começaram, então, as grandes obras de construção. A segunda data importante foi em janeiro de 1997, quando se fez o segundo seminário Habitando o Inabitável. O bairro já estava relativamente urbanizado, já havia as condições mínimas, mas a geração de renda dos moradores era muito pequena. A população continuava muito pobre economicamente e começou a vender seus barracos para ir morar em outros locais. O bairro tinha ficado caro; tinha taxa de água, luz etc. Havia melhorado a situação urbana, mas não melhorou a situação de renda.

IHU On-Line – Como os moradores começaram-se a beneficiar com o banco?

João Segundo – Fizemos um novo pacto social com os moradores para fazer um novo projeto de

geração de renda, que permitisse a continuação de seu trabalho no Conjunto Palmeiras para que eles pudessem continuar morando no bairro. É importante dizer que 90% das pessoas no bairro ganham até um salário mínimo, têm baixíssima qualificação profissional. Então, decidimos criar o Banco Palmas, que ganhou esse nome em homenagem ao bairro. Começamos com R\$ 2 mil emprestados. Ninguém acreditava que um banco, naquela favela, com aquela situação de pobreza, fosse dar certo. O Banco surgiu com um grande diferencial. Temos aqui no bairro 30 mil habitantes. Fizemos uma pesquisa de casa em casa para saber o que os habitantes consumiam e o quanto eles gastavam por mês. Chegamos à cifra de R\$ 1,2 milhão, juntando o que cada família gastava. Percebemos que a maioria dos produtos que as famílias compravam eram de grandes empresas capitalistas e que boa parte desses produtos era possível fabricar no bairro: material de higiene, confecção, material de limpeza, produtos alimentícios etc. Com base nisso, criamos um banco popular que tinha a lógica de estimular a produção local, por meio de linhas de microcréditos, mas fundamentalmente estimular o consumo local, que a população fosse educada a consumir os produtos feitos no próprio bairro. E era esse ciclo virtuoso da produção, consumo e geração de renda que ia fazer o bairro crescer, se desenvolver, gerar trabalho e renda. Assim foi feito. Em janeiro de 1998, começamos nosso banco, o Banco Palmas.

IHU On-Line – Como acontece hoje o funcionamento do Banco?

João Segundo – Começou com dois instrumentos: uma pequena linha de crédito para incentivar a pequena produção local, e o cartão de crédito, chamado Palma Card. Esse cartão de crédito era o instrumento de incentivo ao consumo local, um cartão de crédito popular que qualquer família podia ter. Ele permitia comprar nos empreendimentos do próprio bairro. Só eram credenciadas lojas do bairro. Aos poucos, fomos abrindo novas empresas, financiadas pelo Banco. Temos a Palma Limp, que é a empresa de material de limpeza, com toda a linha de água sanitária, sabão, detergentes, desinfetantes, tudo fabricado localmente.

Abrimos a Palma Fashion, que é nossa grife de confecção. São pequenos empreendimentos domésticos, com cinco ou dez mulheres do bairro. Temos a Palma Couros, que fabrica cintos, bolsas, sapatos, a Palma Natus, que é de produtos naturais, sabonetes, pastas, remédios em geral. São pequenas empresas comunitárias que fabricam produtos de primeira necessidade, de que a população necessita. E, por meio de várias campanhas, de oficinas com os estudantes, começamos a estimular que os moradores comprassem esses produtos locais. A partir daí, foram sendo criados vários instrumentos de incentivo a esse consumo. Existe também a feira do Banco Palmas, que é semanal, onde só são vendidos produtos locais. Temos, por exemplo, a Loja Solidária, que tem um vendedor de produtos feitos na própria comunidade.

IHU On-Line – Com que tipo de moeda o banco opera?

João Segundo – Criamos a nossa própria moeda. Hoje, temos a moeda Palmas, própria do bairro que circula livremente e é usada nos clubes de troca. Com ela, você pode comprar livremente no bairro. Os comerciantes podem trocar por reais, no Banco, as moedas palmas acumuladas, para poder ampliar seus negócios e comprar novos equipamentos. Foi um conjunto de instrumentos criados para estimular a população a consumir localmente. O grande segredo do Banco Palmas é que ele financia e promove a produção e o consumo local e o consumo coletivo. As pessoas se associam para comprar, o que torna os produtos mais baratos. Temos também um laboratório de agricultura urbana, que é fundamental, porque nós não produzíamos alimentos na favela. Então, criamos um espaço com um técnico agrícola que ensina as famílias a plantarem nos quintais de suas casas e a criar galinhas caipiras que podem consumir ou vender na feira, gerando renda e recuperando o meio ambiente. A escola comunitária de Economia Solidária também é algo fundamental, se chama Palma Tech, que dá captação profissional, ensina, cria jogos pedagógicos que formam para a cultura da cooperação e da solidariedade. Todo o mundo é consumidor e produtor ao mesmo tempo nessa grande rede de solidariedade.

Redes locais de troca

Entrevista com Heloisa Primavera

Heloisa Primavera é bióloga e socióloga, coordenadora da Área de Gerência Social do Mestrado em Administração Pública, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires. Graduada em Biologia e Sociologia, ela coordena, também, a Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária (Redlases). Brasileira, há 30 anos residindo na Argentina, Heloisa abordou o tema Grupos de trocas: uma das respostas sociais ante o desafio da pobreza, no Fórum Regional da Solidariedade, que aconteceu dia 5 de junho de 2002, na Unisinos.

Segundo relato da Heloisa, no dia 1º de maio de 1995, um grupo de vizinhos, procurando alternativas econômicas de solidariedade, fundou, em Bernal, Província de Buenos Aires, Argentina, um primeiro Clube de Trocas. Em pouco tempo, começou-se a gerar acesso a serviços de reparação de objetos do lar, estendendo-se a viagens, serviços médicos, recreação, cuidado de crianças etc. Na medida em que a troca começou a se expandir, seus fundadores viram a necessidade de introduzir um “vale” ou “bônus” ou “crédito” para facilitar as operações entre vários membros. Hoje, existe uma multiplicidade de desenhos locais, zonais e também nacionais. Atualmente, existem mais de 200 Nodos ou Clubes em toda Argentina, em 15 províncias, que são parte da Rede Global de Troca. Os sócios ativos se estimam em trinta mil. Este sistema se estendeu à Espanha, Uruguai, Brasil, Bolívia, Equador e Colômbia, além de assessorar, através de sua página web, países como Rússia e Finlândia, formando assim a Rede Global da Troca. O importante, no processo, segundo a Rede, é a adaptação às necessidades próprias de um determinado povo, respeitando as diferenças cultu-

rais e utilizando-as como potencial para uma nova concepção de progresso e qualidade de vida.

*No fim do evento, a **IHU On-Line** conversou com Heloisa Primavera sobre as Redes locais de troca. Heloisa concedeu uma segunda entrevista à **IHU On-Line**, publicada nas **Notícias do Dia** do site do IHU, em 18 de agosto de 2007 (www.unisinos.br/ihu), falando sobre o avanço e as mudanças das Redes Sociais de Troca, tema da **Revista IHU On-Line** nº 21, na Argentina e Brasil e sobre a Rede Global de Trocas. “As trocas e a Economia Solidária têm cada vez mais possibilidades dentro da economia globalizada, porque são instrumentos de outro modelo de desenvolvimento.” Publicamos a seguir as duas entrevistas da Heloisa Primavera.*

IHU On-Line – Qual é a sua avaliação sobre o Fórum Regional da Solidariedade que acaba de encerrar?

Heloisa Primavera – O recente Fórum Regional da Solidariedade foi um excelente evento, tanto pela sua organização e logística como pelo que representou como frutífera oportunidade de compartilhar experiências, discutir avanços e mesmo teorias de base, que dão sustento a essas iniciativas tão ricas que estão tendo lugar no Estado do Rio Grande do Sul. Realmente, fiquei impressionada com tudo: desde a calorosa recepção na primeira hora da manhã, por um conjunto de vozes muito jovens, com uma mensagem otimista, bem gaúcha e bem brasileira, que contrastam com a tradicional forma de começar um encontro deste tipo, em volta de uma mesa de inscrição, até o coral da saída, que ocupou uma posição física privilegiada: foi a “saideira” de um dia de muito trabalho, que teve as pessoas em pé – quer dizer, em estado de

alerta, em vez de confortável e passivamente instaladas em suas poltronas... Tudo foi cuidadosamente planejado, por isso felicito os organizadores, que se esmeraram tanto para o brilho do encontro.

IHU On-Line – Como foi seu envolvimento com o trabalho das redes de trocas?

Heloisa Primavera – Na verdade, comecei a me interessar pela potencialidade das redes lá por 1995, quando começamos a desenvolver um trabalho de Redes de Troca de Saber entre membros de uma comunidade. As pessoas se reuniam, “trocavam” seus saberes, e todos tinham de aprender alguma coisa e ensinar outra; não havia valores no meio, só a troca de saberes. Quando conheci o clube de trocas, um ano mais tarde, achei que era importante a permanência no tempo que eles promoviam, porque, quando se troca comida, roupa, aulas de Inglês, é possível sustentar os grupos ativos por muito mais tempo. Da minha experiência de educadora popular, vinha, também, uma forma de organizar os grupos em que os jogos de poder se atenuam muito e levam o grupo a um estado de autogestão quase inevitável. Foi aí que o grupo fundador das trocas achou que podíamos fazer uma parceria e sair beneficiados ambos.

IHU On-Line – E você trouxe esses clubes para o Brasil?

Heloisa Primavera – A partir desse momento, montamos um sistema de treinamento, que deu origem a um programa de alfabetização econômica. Então, devolvi ao Brasil a “cortesia” de ter levado daqui o sistema das trocas de saber, ensinando ao mesmo grupo de São Paulo a armar o 1º clube de trocas, que ainda existe e goza de boa saúde, sendo a primeira experiência brasileira, que funciona com sua moeda própria chamada “bônus”. Depois, veio o do Rio de Janeiro (tupi e mais tarde zumbi são suas moedas), o Arco-íris, de Porto Alegre e, mais recentemente, o Guajuviras e o Ibiaviamon; o Ecosol, de Florianópolis; o Cristal, de Brasília; o Palmares, de Fortaleza; o Pinhão, de Curitiba; a Moeda, de Vitória da Conquista; BA; e, quem sabe, quantas mais. Sinto-me uma espécie de tataravô. Muito feliz. Sem contar com o fato de que os descendentes vão melhorando a espécie.

IHU On-Line – Qual é o papel que os clubes de troca estão desenvolvendo neste momento de crise na Argentina?

Heloisa Primavera – Os clubes existem há mais de sete anos e, um ano antes da última crise, já havia quase um milhão de pessoas envolvidas nas redes de troca em todo o país. Por isso, não é de estranhar que, com a crise, tenham se multiplicado tanto: hoje, se estima em mais de quatro milhões os argentinos que trocam “alguns produtos ou serviços” para sobreviver, só dentro dos clubes de troca, ou seja, usando as moedas sociais. Se considerarmos, além disso, as operações de “trocas diretas” (uma cabra por dez casacos de couro, por exemplo), eles serão certamente muito mais numerosos. Mas também é verdade que o sistema começou, há vários meses, a mostrar alguns desvios importantes. Como se fosse o mercado formal, apareceram os mesmos defeitos do sistema: um Banco Central inicial, que tentou monopolizar a “emissão”, falsificações de moeda e, uma novidade, a “venda” de moeda como se a moeda fosse objeto de venda. Hoje, podemos dizer, com tristeza, que, em vez de um sistema de treinamento efetivo, no qual as pessoas compreendessem o valor simbólico da moeda social, o que se difundiu foi o espelho torto “do capitalismo” – a mesma coisa, ainda pior.

IHU On-Line – De que maneira pode se corrigir ou evitar esses desvios nos clubes de troca?

Heloisa Primavera – Só é preciso voltar aos clubes pequenos, às moedas múltiplas e ao controle social pelo grupo, que tudo voltará ao lugar onde esteve antes. Errando, também se aprende. Mas isso deve ser também uma advertência para os que estão começando: a moeda só é social quando emitida, distribuída e controlada pelos próprios usuários; do contrário, é uma cópia piorada do sistema.

IHU On-Line – Quais são as possíveis saídas para a crise na Argentina?

Heloisa Primavera – A Argentina precisa ressuscitar a solidariedade; primeiramente, entre os argentinos. Sem ela, nada mudará. Depois entre os países da América Latina, começando pelo Mer-

cosul, ou seja, seu sócio principal: Brasil. Se isso não acontecer, a Argentina estará condenada à falta de solidariedade dos países ricos, tão bem instrumentada pelo Fundo Monetário e pelo Banco Mundial. Como é preciso começar ao mesmo tempo por vários pontos, nós, que confiamos na resposta da sociedade civil, estamos começando por articular uma campanha semelhante à do Betinho: a Ação da Cidadania pela Vida, contra a fome e o desemprego. Na verdade, em 1996, já tínhamos tentado esse caminho, mas a solidariedade não parecia ainda um caminho viável. Hoje, é um dos poucos caminhos que vejo.

Economia Solidária: o avanço e as mudanças das Redes Sociais de Troca

IHU On-Line – Como a senhora tem percebido o sistema de trocas ao longo dos últimos cinco anos? Quais são os progressos e as mudanças nesse período?

Heloisa Primavera – Nos últimos cinco anos, aconteceram muitas coisas com os sistemas de trocas no mundo inteiro. Lembro que em 2002 houve o auge do sistema argentino de múltiplas redes e não só uma grande rede como se acostuma pensar. Uma empresa de pesquisa de mercado calculou seis milhões de pessoas (numa população de 36 milhões), que já tinham participado de pelo menos uma atividade mediada pelas moedas sociais. Insisto: havia muitas redes, algumas locais, outras municipais ou estaduais. Foi, realmente, um fenômeno sem precedentes nem conseqüências. Por isso, merece ser bem estudado, pois não pode ser replicado nem melhorado quantitativamente, o que nos parece substancial para poder produzir impactos significativos nas políticas públicas.

IHU On-Line – Em que políticas públicas?

Heloisa Primavera – Não só nas políticas de inclusão, de desemprego, de reativação das economias locais, mas também nas políticas de construção de cidadania, expressão talvez menos visível, mas, em nossa visão, das mais importantes como expressão de mudança duradoura, capaz de transferir-se ao desenvolvimento local sustentável. Esses

são nossos eixos de observação atual. No Brasil, as primeiras experiências começaram, em 1998, em São Paulo, onde continuam presentes, mesmo que num caminhar muito mais lento que o desejável. No entanto, isso pode ser compreendido pelo “modelo” paulista, fortemente ancorado em líderes sociais não profissionalizados, o que garante a continuidade do processo, mas também sua fraqueza e vulnerabilidade. São resultados “milagrosos” se consideramos a quantidade de pessoas que animam o processo, principalmente o “pioneiro” do Brasil, Carlos Henrique Castro, e seu pequeno e fiel grupo de apoio, sem nenhum tipo de ajuda institucional nem financeira.

Isso sem falar da compreensão particular que as trocas solidárias têm em geral e, em particular, dentro do movimento da Economia Solidária. Neste último ano, estão se produzindo movimentos interessantes com outras instituições, como a Incubadora de Microempresas da Fundação Getúlio Vargas, onde pode ser feita uma aliança na qual as moedas sociais e o microcrédito estão sendo aplicados às populações de risco (inclusive em situação de rua). Com isso, foi possível aproveitar imóveis em desuso e pequenos recursos de instituições privadas para promover uma renovação das “trocas solidárias” (bem além das trocas) e em direção a um horizonte maior: econômico, social e político. Além de ser uma região onde já há uma articulação estadual, há uma presença permanente de atividades, garantida por um apoio voluntário, militante e até “combatente”.

Outro “modelo” diferenciado é o de Curitiba, onde uma instituição privada de bem público “comprou” a idéia da moeda social como instrumento de luta contra a exclusão e incluiu a proposta como parte de suas atividades permanentes, construindo um interessante modelo híbrido com a filosofia de Paulo Freire. Produziram interessantes materiais de capacitação e pertencem ao grupo fundador da RedLASES (Rede Latino-americana de Socioeconomia Solidária), que se reuniu, em dezembro de 1999, em Buenos Aires, para mostrar o modelo argentino a participantes de doze países da região.

Não posso deixar de citar, ainda, no Brasil o caso do Rio Grande do Sul, que há dois anos está

articulado e participa ativamente de eventos de difusão, tanto em propostas acadêmicas como em megaeventos, como foram as edições 2001, 2002, 2003 e 2005 do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e as feiras anuais de cooperativismo de Santa Maria, que estão se transformando numa referência latino-americana da Economia Solidária e onde a “moeda mate” está presente desde 2005.

IHU On-Line – Há diferenças ou similaridades nos grupos de trocas argentinos e brasileiros? Como cada grupo atua no seu país? Qual deles é mais participativo e presente na comunidade? A solidariedade já é um caminho viável na Argentina atual?

Heloisa Primavera – Voltemos ao que está acontecendo hoje nesses dois países: as cifras na Argentina caíram bruscamente com a crise de 2002, e em 2003 pode-se dizer que desapareceram as grandes redes com estruturas dependentes de organizações ou instituições de apoio, mas continuou o trabalho em pequenos grupos, chegando hoje a cifras que podem ser estimadas em umas cem mil pessoas, como mínimo, já que somente na região oeste de Buenos Aires existe uma rede com mais de 40 mil associados. Desapareceram os níveis políticos de coordenação nacional. Mas a força das proto-organizações populares continua vigente e sem interferência do poder público ou da mídia que se alimentou do processo durante vários anos.

No Brasil, onde existem iniciativas desde 1998, foi só em 2004, com a chegada da Secretaria de Economia Solidária ao Ministério do Trabalho e Emprego e, mais precisamente, com a compreensão teórica do Secretário Paul Singer, em relação ao processo argentino, que houve o primeiro apoio do poder público, a nível nacional, para promover uma articulação das iniciativas existentes com outras iniciativas da Economia Solidária.

Em nossa compreensão, esse processo foi prematuro ou insuficientemente monitorado: dei-

xou-se a profundização e a replicação do processo, muito ligadas à “autogestão” de grupos com interesses e composições muito diversos. Houve várias iniciativas que tentaram ressuscitar tal “articulação nacional”, mas para nós ela não prosperou como se esperava para ensaiar um “modelo brasileiro” à altura das necessidades locais, nem pode aproveitar a criatividade de tantas iniciativas diferentes. Parece que ainda não conhecemos a boa alquimia entre o saber e a liderança e a democracia responsável de mudanças a curto prazo.

Na Argentina, a crise de 2001 produziu várias formas novas de “resistência popular”: a tomada das fábricas falidas, as assembléias populares por bairros, os “piquetes”¹⁷ e os “escraches”¹⁸ a bancos e instituições públicas, deixaram expostos o famoso lema “que se vayan todos!”, mas tampouco conseguiram uma articulação de valores e interesses mínimos, para que as formas de Economia Solidária e radicalização da democracia previamente existentes se encontrassem. Hoje, cada uma dessas formas se “institucionalizou” à sua maneira, mas não necessariamente produziu – até o momento – resultados que indiquem a esperança de formas novas de organização política capazes de produzir sinergia e criar novas alianças, ou seja, acho que a encruzilhada das trocas solidárias existe em ambos os países. Ainda não foi possível legitimá-las como instrumento relevante nem da Economia Solidária nem na radicalização da democracia.

Não há dúvida que o modelo argentino foi muito participativo e pouco “militante” em seu conjunto. Talvez o modelo brasileiro tenha sido mais “militante”, mas certamente menos participativo, em termos de crescimento quali e quantitativo.

IHU On-Line – Por quê?

Heloisa Primavera – Porque estamos tratando de encontrar algumas hipóteses um pouco mais criativas do que aquelas que obstruem as possibilidades de mudança. Na Argentina, o poder público apoiou quando os números mostravam contri-

¹⁷ Piquetes: formas massivas em que participantes se manifestam primariamente cortando ruas, em lugares públicos estratégicos. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ Escraches: ataques pessoais, com caçarolas, cânticos e faixas, geralmente feitos nos domicílios particulares, dirigidos a figuras questionadas da política local ou violadores dos direitos humanos durante a ditadura, que permanecem soltos pelas leis de anistia e obediência devida, hoje questionadas pelo atual governo nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

buições de 5 a 10 salários mínimos às famílias participantes. Acreditamos que no Brasil ainda não houve a “chispa” que fizesse os militantes acreditarem que “outro mercado” é possível com “outra moeda”. E, na Argentina, a quebra da confiança foi tão profunda que o sistema político das grandes redes não resistiu a uma nova reconfiguração e os “vizinhos isolados” encontraram outras formas de sobreviver sem apelar às grandes redes organizadas e, eventualmente, optaram por clubes de troca locais, onde a transparência e a confiança são mais controláveis.

Na Argentina, cada clube de trocas funciona pelo menos uma vez por semana e cada pessoa que participa ativamente faz entre três e cinco clubes na mesma semana. Portanto, configura-se numa alternativa ao mercadinho do bairro e até ao supermercado. Enquanto isso, no Brasil, os grupos são escassos, não chegando a caracterizar-se numa “alternativa” aos comércios locais.

Também é necessário incluir nestas iniciativas o projeto do Banco Palmas, que uniu a moeda social ao microcrédito para o desenvolvimento local. Ele conseguiu, com o apoio da SENAES, formar uma rede nacional de bancos comunitários. É o produto mais adequado ao contexto brasileiro, onde a moeda social está inserida, eficiente e criativamente, na Economia Solidária. No desenvolvimento do Projeto Colibri, o “caso” Banco Palmas, do qual participamos desde 2002, tem sido altamente inspirador pela sinergia entre capital social e inovação local.

IHU On-Line – Como está, atualmente, a Rede Global de Trocas? Além de Espanha, Uruguai, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Rússia e Finlândia, outros países aderiram ao projeto? De que maneira esse trabalho pode contribuir para “boas relações” entre os países participantes?

Heloisa Primavera – Diria que, a partir da crise argentina, destruiu-se o conceito de “Rede Global de Trocas”. Mesmo na Argentina, a partir de 2000 já se falava de uma “Rede Global de Trocas” e outra “Rede de Trocas Solidárias” como modelos enfrentados: a primeira “empresarial”, a segunda “social”. O que aconteceu foi que a maior parte

das experiências nos outros países desconheceu ou permaneceu alheia a esse processo, porque ocupou-se de desenvolver seus próprios modelos. Mas existe uma enorme “família” de “trocadores sociais” no mundo todo, e isso teve uma comprovação incontestável no recente evento em que participei, em San Francisco, na Califórnia, nos Estados Unidos e nas últimas atividades com as quais me envolvi – quase acidentalmente – aqui na Suíça: a Assembléia Transfronteira de Cidadãos Mundiais, o projeto italiano, para o qual acabo de ser convidada a participar, além de uma atividade promovida por uma organização suíça nas Filipinas para implantar moedas complementares. Dou esse exemplo, aparentemente desordenado, para mostrar que o tema está mundialmente instalado e que, por onde passo, sempre aparece algum pedido, alguma proposta, uma comunicação de avanços muito claros, como o Projeto SOL, apoiado pela União Européia de combate às discriminações, redução das desigualdades e de promoção de uma melhor coesão social, já em funcionamento em cinco regiões na França.

IHU On-Line – Qual é o papel dos grupos de trocas num mundo cada vez mais globalizado e capitalista? Ainda há espaço, na contemporaneidade, para a Economia Solidária?

Heloisa Primavera – As trocas e a Economia Solidária têm cada vez mais possibilidades dentro da economia globalizada, porque são instrumentos de outro modelo de desenvolvimento, certamente complementar e de pequena escala, mas sempre é assim que começam as mudanças: com poucas pessoas que creditam muito numa idéia. Basta olhar desde a Revolução Francesa para cá.

Uma vantagem que temos hoje é que tudo é mais rápido e transferível graças às novas tecnologias da comunicação e informação, pois esses exemplos que acabo de dar só foram possíveis porque alguém que me escutou há dois anos no Senegal passou meu endereço web a um suíço que encontrou num trem na Itália! Ainda não sabemos explorar essas possibilidades e nos dedicamos a investir enormes recursos para organizar reuniões ao invés de fazer seguimento a distância de

projetos comuns. Temos internet, mas seguimos vivendo na idade da pedra.

IHU On-Line – Como está seu envolvimento com o trabalho de trocas hoje?

Heloisa Primavera – Atualmente, o trabalho das trocas que estamos fazendo no espaço da Redlases e do LIS (Laboratório para a Inovação Social) está orientado a reforçar os processos de autogestão social, isto é, oferecemos a grupos e organizações interessadas nas feiras de troca com moeda social com lastro, como instrumento de radicalização da democracia, e também a formar promotores de desenvolvimento local integral e sustentável em distintos países da América Latina, dentro do Projeto Colibri. A mais recente dessas iniciativas teve início em dezembro de 2006, quando um grupo da universidade mexicana ITSON (Instituto Tecnológico de Sonora) nos visitou em Buenos Aires, a fim de conhecer os clubes de troca em funcionamento e adaptá-los à realidade local, visando não somente à formação de feiras de troca com moeda social, mas à conformação de uma Rede Comunitária para todo o estado

de Sonora, onde participam entidades governamentais, empresárias e universitárias em prol da articulação de projetos existentes, e ao lançamento de novos projetos de desenvolvimento local sustentável.

IHU On-Line – O que é a “moeda mate” e como ela funciona? Essa foi uma idéia de troca que deu certo?

Heloisa Primavera – Como antecedente da “moeda mate” para o Fórum Social Mundial de 2005, foi criada a moeda TXAI, como exemplo de moeda social transitória e com lastro, que pudesse mostrar a viabilidade desse instrumento como recuperação da soberania popular na emissão de dinheiro. Mesmo sendo uma moeda complementar e de curta duração.

Como sempre acontece, quem participa, compreende e aposta na idéia. Quem fica de fora às vezes não compreende e desvaloriza. Por isso, a RETS-RS fez a proposta à Feira de Cooperativismo de Santa Maria, para reproduzir a experiência do FSM. Assim nasceu a “moeda mate”, sua cartilha de capacitação.

O consumo ético e o comércio justo precisam do verdadeiro cooperativismo

Entrevista com João Carlos Rodrigues

João Carlos Rodrigues é o presidente da Cooperativa Ecológica Coolméia. Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, por telefone, em 13 de setembro de 2004, João Carlos sustenta que o bom cooperativismo estimula as práticas socializantes e, por decorrência, incentiva o comércio justo e leva ao consumo ético. Profissional formado nas áreas administrativa e de informática, conhecimentos que colocou a serviço da ecologia e do cooperativismo, João Carlos lamenta o descaso dos governos para com a Coolméia, cujo modelo de gestão destaca-se internacionalmente. Mas acredita que, gradualmente, a sociedade e a mídia aproximam-se das proposições da Cooperativa, buscando uma defesa contra o capitalismo selvagem e a falácia do desenvolvimento assentado nas grandes empresas. A Cooperativa Ecológica Coolméia, cujo site na internet é www.coolmeia.com.br, existe desde 1978. Ela congrega mais de mil associados e, através do trabalho cooperativo, atua no sentido de promover a alimentação natural, a agricultura ecológica, a defesa do meio ambiente, a auto-gestão e a co-gestão. Fundada por iniciativa de membros da entidade esotérica Grande Fraternidade Universal, marcou a época em que os jovens procuravam alternativas alimentares e de vida. Eles mesmos começaram a produzir do que mais necessitavam. Utilizavam a garagem da GFU, em Porto Alegre, e, em 1982, passaram a uma sede conjunta com a Agapan e os Amigos da Terra, na rua João Telles, bairro Bom Fim. Hoje, ocupa um largo espaço na sobreloja da Igreja do Santíssimo Sacramento e Santa Teresinha, na rua José Bonifácio, 675, no Bom Fim, em Porto Alegre. Centenas de famílias produzem alimentos e são manti-

das pelo contato direto com o consumidor via Coolméia. A Cooperativa mantém três feiras em espaços públicos, além do entreposto de produtos integrais sete dias por semana, almoço vegetariano, livraria, serviços de apoio técnico e orientação nutricional e lancheria. Também participa ativamente da vida cultural e ambientalista da cidade, promovendo encontros, palestras ou painéis sobre questões atuais ou simplesmente culturais.

IHU On-Line – Quais são as preocupações da Coolméia quanto ao consumo ético e ao comércio justo?

João Carlos Rodrigues – A Cooperativa atua em três segmentos, que são o naturismo, o ecologismo e o cooperativismo. O cooperativismo é o início de tudo, sendo uma forma de socializar, além de ser uma forma de comércio justo e de consumo ético. O cooperativismo nasceu para isso, embora hoje ele seja usado para outros propósitos. Em outros países deu certo. Por que, no Brasil, não está dando? Acharmos que o comércio justo e o consumo ético devem integrar o contexto do cooperativismo. Nós tratamos de colocar o produtor em contato direto com o consumidor, para criar uma relação de proximidade entre quem planta e aquele que consome esse produto, e aí vai se criando um consumo ético.

IHU On-Line – Atualmente, a Coolméia reúne quantos cooperativados, qual é o alcance do trabalho dela?

João Carlos Rodrigues – A Cooperativa hoje tem 2.052 associados e alcança todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas temos consumidores do

Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e de outros estados. O trabalho da cooperativa tem um alcance maior do que se imagina, é notado no mundo inteiro. Somos procurados por pesquisadores e estudiosos de outros países. Por exemplo, tivemos recentemente uma pessoa do Canadá e uma pessoa da Alemanha estudando o nosso trabalho. Tivemos um colombiano estagiando aqui. Enfim, a cooperativa tem um trabalho de alcance internacional.

IHU On-Line – A que o senhor atribui esse prestígio internacional? O que as pessoas vêm buscar aqui?

João Carlos Rodrigues – Embora estejamos muito atrasados em relação a algumas questões, como a livre utilização do plástico, por exemplo, as pessoas vêm conhecer a nossa história, a nossa prática, as nossas lutas. Existimos desde 1978 e desenvolvemos uma consciência ecológica. São 26 anos de uma história bem desenvolvida, bem trabalhada, bem costurada, e o pessoal vem buscar essa experiência. A Cooperativa conseguiu muitas vitórias. Por exemplo, a agricultura ecológica, no Estado, foi iniciada pela Coolméia, assim como as feiras ecológicas. Eu não teria como precisar agora se ela foi pioneira no Brasil. Sei que, aqui no Rio Grande do Sul, ela foi a pioneira nessa história, mas, como o Estado é pioneiro na agricultura ecológica, eu acredito que somos pioneiros no País. Recentemente, o presidente de uma cooperativa do Rio de Janeiro veio nos procurar para saber por que a cooperativa estava dando certo. Mostramos que conseguimos esse êxito devido à confiança das pessoas na proposta da Coolméia, no relacionamento que criamos entre o bem-estar da saúde humana com o bem-estar que existe no ecossistema ecológico. Essa história é interessante e atrai a atenção das pessoas daqui e de todo o mundo.

IHU On-Line – Como a Coolméia vem estimulando, convencendo as pessoas a adquirirem os produtos e, aos poucos, estabelecerem um tipo de consumo ético?

João Carlos Rodrigues – Isso a Cooperativa já conseguiu. Digo isso com todas as letras. Ao longo dos 26 anos, ela já provou que é possível praticar o consumo ético. A fidelidade que existe entre os consumidores e a Cooperativa Ecológica Coolméia é muito grande. Por exemplo, o produto ecológico comercializado hoje pela Cooperativa tem um valor e uma aceitação tão grandes, que foi preciso criar o “Selo Coolméia da Certificação Participativa”.

IHU On-Line – Praticamente sem o apoio da mídia, como a Cooperativa conseguiu despertar o interesse dos consumidores?

João Carlos Rodrigues – A Cooperativa tem dois setores bastante atuantes: o setor de ecotecnologias e o comitê de educação e comunicação. O setor de ecotecnologias atua direto com o homem do campo, que trabalha com a produção convencional, tentando levá-lo para a produção ecológica. São atividades educativas, palestras. O comitê de educação e comunicação busca, por outro lado, o casamento com a ecotecnologia. Estabelece contatos com a população, com a sociedade, busca as pessoas, dissemina informações sobre as qualidades da boa alimentação, do bom produto, sem veneno, sobre a necessidade de protegermos o ecossistema, a saúde humana. São dois setores fortemente ligados que trabalham essa questão da consciência. Na realidade, a agricultura ecológica é pequena, a familiar é pequena, e as pequenas empresas não têm subsídios financeiros dos municípios, estados ou da nação. Mas, apesar de a mídia não ter dado muito apoio até o momento, a imprensa está tendo um pouco mais de interesse, divulgando mais o ecologismo, a idéia do consumo ético, solidário, isto é, apresentando horizontes diferentes.

IHU On-Line – No que se refere à comunicação, como ocorrem as ações principais?

João Carlos Rodrigues – Pelo site da cooperativa¹⁹, e-mails, jornais de bairro, nós priorizamos a relação com esses jornais. E também por meio de panfletos e de palestras. Essas ações também se

¹⁹ Cf. www.coolmeia.com.br (Nota da ***IHU On-Line***)

dirigem às três categorias de associados. Aliás, esta é a única cooperativa brasileira que tem esta particularidade das três categorias.

IHU On-Line – Quais são essas categorias?

João Carlos Rodrigues – São as categorias dos produtores, consumidores e associados operacionais. Estes são os responsáveis pela parte administrativa, como é o meu caso, inclusive. Os associados operacionais atuam também na parte institucional.

IHU On-Line – Então, o interesse despertado pela Coolméia se deve também ao seu modelo de organização?

João Carlos Rodrigues – Nos eventos internacionais, a cooperativa é citada como exemplo a ser seguido. Consta que não existe nada parecido em todo o mundo. No Brasil, sabemos que o modelo adotado é pioneiro. Existem cooperativas de consumo, de comercialização, de produtores, de trabalho, habitacional, enfim, todos os segmentos estão separados. A Coolméia teve, por princípio, reunir três categorias em uma só cooperativa, e deu certo. Nós trabalhamos com a gestão participativa. Não nos dividimos em associados e empregados. Aqui todos têm o mesmo valor e os mesmos direitos. A prática da cooperação e da solidariedade já começa dentro da própria cooperativa, propiciando uma participação ativa e mútua. A ética do cooperativismo é a socialização. Todos são iguais. Isso é o que torna a nossa cooperativa muito interessante e tem despertado a atenção de

outros países. Como disse, recebemos visitas frequentes de alunos estrangeiros que estudam o modelo da Cooperativa e sua contribuição para o comércio justo, entre outros aspectos. Eu não sei por que os governos estadual e federal ainda não nos deram a devida atenção, não nos ajudaram a divulgar mais o trabalho feito aqui. E sabe-se que, sem subsídio e sem apoio, não se consegue fazer muita coisa, frente ao poderio do capitalismo selvagem, especialmente o que foi imposto pelos últimos governos, aqui no Brasil.

IHU On-Line – A cooperativa já buscou esses apoios?

João Carlos Rodrigues – Obter esses apoios é o nosso principal objetivo nesse momento. O trabalho que fazemos é de grande utilidade pública, valioso, uma verdadeira pérola que temos aqui no Estado e que não podemos deixar morrer. Naturalmente, temos dificuldades financeiras muito grandes, pois o nosso objetivo nunca foi financeiro. Pelo contrário, sempre prezamos pelas questões ideológicas, pela prática de uma teoria que defendemos. Trabalhamos muito esse aspecto da prática e nos fragilizamos financeiramente. Precisamos de apoios para atingir amplamente a população e demonstrar como o consumo ético e o comércio justo são importantes para o desenvolvimento do País. Mas parece que não existe interesse dos governos em investir nisso. Eles preferem favorecer os grandes empresários, que não geram tantos empregos e desenvolvimento social como se costuma dizer.

“Tudo Bom?”: uma marca do Brasil para o mundo

Entrevista com Ana Larronda Asti

*Camisetas brasileiras fabricadas em Petrópolis, Rio de Janeiro, sob a marca “Tudo Bom?”, são exportadas para a França, seguindo as normas do comércio justo. “A marca foi criada recentemente pelo francês Jerome Schatzman para desenvolver o comércio ético e solidário de produtos têxteis brasileiros na França. Foi escolhida a expressão ‘Tudo Bom?’, porque uma das impressões mais conhecidas pelos franceses do brasileiro é, exatamente, o sinal de positivo que fazemos com o polegar estendido para cima como uma resposta à pergunta ‘Tudo Bom?’”. Essa é a explicação de Ana Asti, membro do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES). Segundo ela, essa brincadeira com a expressão e a proposta diferenciada do comércio ético e solidário vem, há seis meses, conquistando uma rede cada vez maior na França. Ana Larronda Asti é administradora pela Faculdade IBMEC, sócia e coordenadora geral da Onda Solidária, membro da Secretaria Latino-Americana da Rede Mundial de Comércio Justo (IFAT) e membro do FACES do Brasil. Ela concedeu entrevista à **IHU On-line**, por telefone, em 13 de setembro de 2004.*

IHU On-Line – Como foi criada a marca “Tudo bom?”, como ela funciona e para onde a exportam?

Ana Larronda Asti – A Marca “Tudo Bom?” foi criada recentemente pelo francês Jerome Schatzman para desenvolver o comércio ético e solidário de produtos têxteis brasileiros na França. Foi escolhida a expressão “Tudo Bom?”, porque uma das impressões mais conhecidas pelos franceses do brasileiro é, exatamente, o sinal de positivo que fazemos com o polegar estendido para cima como

uma resposta à pergunta “Tudo Bom?”. Essa brincadeira com a expressão e a proposta diferenciada do comércio ético e solidário vem, há seis meses, conquistando uma rede cada vez maior de franceses que já comercializam, entre seus amigos e conhecidos, as camisetas produzidas por um grupo de mulheres de baixa renda da cidade de Petrópolis no Bairro Cascatinha. Foi criada uma ONG na França para apoiar o desenvolvimento desta rede de voluntários. Além do mercado francês, as camisetas já foram exportadas para a Inglaterra, pela ONG parceira Childrens Aid, e recebemos uma primeira encomenda para a Espanha. Mas a gama de produtos continua crescendo. As mulheres já desenvolveram casaquinhos e blusas femininas, e o próximo desafio é a criação da coleção “Tudo Bom?” do Verão Europeu 2005. Para que este trabalho de exportação, entre Brasil e Europa, se concretize e cresça em escala, foi necessária a criação de uma ONG brasileira para articular a produção e logística de produção de peças de comércio ético e solidário da marca “Tudo Bom?” e de outras marcas, abrangendo futuramente novas coleções de produtos têxteis de outros clientes, da área de artesanatos e de produtos alimentares. A marca “Tudo Bom?” é a primeira experiência desta ONG brasileira de comercialização de produtos de comércio solidário chamada, Onda Solidária. O projeto de exportação dos produtos de comércio éticos e solidários da Onda Solidária se chama Onda Brasil.

IHU On-Line – Quanta gente se beneficia com esse trabalho e quais são as normas de produção e consumo que regem o empreendimento?

Ana Larronda Asti – O foco do trabalho é o grupo de costureiras, principais beneficiárias, que varia de 8 a 12 mulheres, dependendo da quantidade de trabalho disponível. As costureiras são responsáveis pela modelagem, confecção de peças-piloto, costura das peças e bordados. O corte das peças e a estampa são desenvolvidos por uma microempresa chamada Mad Stamp, já parceira do grupo de costureiras antes mesmo da Onda Solidária iniciar seu trabalho. Nesta microempresa, estamos falando de seis a oito pessoas beneficiadas diretamente. O Projeto Onda Brasil vem estimular o desenvolvimento de trabalho e renda no Brasil pela comercialização de produtos de Comércio Ético e Solidário. Seu foco inicial é a exportação de produtos têxteis, artesanatos e alimentares brasileiros para países que já desenvolveram mercado interno receptivo a produtos éticos e solidários. A Onda Solidária se baseia no conceito de comércio ético e solidário, desenvolvido no Brasil pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES), em conjunto com diversos atores da cadeia produtiva ética e solidária. O Comércio Ético e Solidário é uma forma de empoderamento de trabalhadores assalariados, produtores e agricultores familiares, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio, baseado em relações éticas, transparentes e co-responsáveis entre diversos atores da cadeia produtiva. Pressupõe uma remuneração justa e contribui para a construção de relações solidárias na economia. Respeita diversidades culturais e históricas e reconhece o valor do conhecimento e imagem das comunidades tradicionais. O Projeto Onda Brasil segue os princípios internacionais do comércio justo, buscando, assim, se adequar às demandas e necessidades do mercado consumidor internacional. São 9 os princípios definidos pela Rede Mundial de Comércio Justo – IFAT: 1) criar oportunidades a pequenos produtores do Sul; 2) transparência e confiabilidade em toda a cadeia de comercialização; 3) desenvolvimento de capacidades dos produtores; 4) promoção do comércio justo; 5) pagamento de um preço justo; 6) igualdade de gênero; 7) boas condições de trabalho; 8) dizer não à exploração do trabalho infantil; e 9) conservação do meio ambiente.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios que enfrentam na atualidade e quais os planos a curto e longo prazos?

Ana Larronda Asti – Através de um levantamento das dificuldades enfrentadas pelo grupo de mulheres costureiras para se estabelecerem no mercado e dar sustentabilidade ao seu negócio, foram traçadas três metas de desenvolvimento. Todo o desenvolvimento do projeto estará visando ao alcance destas metas definidas pelo próprio grupo produtivo. Um novo espaço de produção é a primeira meta, que tem como dificuldade o fato de que hoje o grupo trabalha na casa de uma das mulheres, onde quartos se transformaram em salas de costura. O espaço é pequeno, mal distribuído para a instalação de uma confecção e inviabiliza o crescimento. São dois quartos de 9m² cada um, onde estão as máquinas de costura, além de um espaço maior nos fundos para mesa de corte. A cozinha e a sala de estar da casa fazem parte deste espaço. A segunda meta é o estabelecimento de uma equipe de costureiras permanente. Uma das maiores dificuldades do grupo é manter todas as mulheres trabalhando constantemente. A rotatividade é muito grande devido à falta e inconstância de pedidos, o que leva as mulheres a buscar outras atividades e trabalhos. Assegurar uma receita mínima mensal que viabilize um recebimento correspondente ao salário mínimo para todas as costureiras é uma das grandes batalhas do grupo. A terceira meta é a institucionalização como microempresa. O fato de não estar legalizado faz com que o grupo perca demanda de empresas da região que trabalham apenas com confecções que emitem nota fiscal. A institucionalização, vista ainda como uma meta de longo prazo, será um caminho importante para a independência do grupo e conquista do mercado formal.

IHU On-Line – Como acontece a concorrência com grandes marcas do mesmo ramo?

Ana Larronda Asti – Como estamos muito no início ainda não sentimos a influência da concorrência, até porque temos uma proposta diferenciada de comercialização tanto pelo tema quanto pela rede de voluntários que realmente acreditam e sentem orgulho por apoiar a causa. De qualquer forma, as camisetas do Projeto de Comércio Soli-

dário Onda Brasil são de muito boa qualidade, padrão exportação, e, sendo assim, estão prontas para concorrer com outras marcas do mercado, caso se faça necessário. Estaremos lançando, em outubro, o site da ONG Onda Solidária, que está em construção, mas o futuro endereço é www.ondasolidaria.org

Consumo engajado. Consumo ético

Foi pensando em estimular o “consumo engajado” que o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) acaba de lançar o *Guia de Responsabilidade Social para o Consumidor*, um livreto de 22 páginas com um painel sobre o movimento mundial de consumidores e sua articulação no Brasil. Em outros países, isso vem se chamando de “consumo ético”. No livreto, são apresentadas oito dicas de como um indivíduo pode exercer o chamado “consumo responsável”. O site do Idec é www.idec.org.br.

Vale conferir:

- refletir sobre seus hábitos de consumo, reduzindo-o, quando possível;
- não desperdiçar;
- dar destinação correta ao resíduo ou ao produto pós-consumo;

- escolher marcas de empresas reconhecidas por suas práticas responsáveis e éticas;
- obter informações, por meio da mídia e das associações sociais, sobre os impactos sociais e ambientais da produção, do consumo e do pós-consumo de produtos e serviços;
- entrar em contato com o SAC das empresas por telefone ou por escrito, questionando sobre os impactos e pressionando pela adoção de práticas sustentáveis de produção e pós-consumo;
- procurar saber se a empresa tem um balanço social e solicitar informações a respeito;
- boicotar marcas de empresas envolvidas em casos de desrespeito à legislação trabalhista, ambiental e de consumo, por exemplo, consultando a lista de reclamações fundamentadas do Procon, a fim de saber como determinada empresa se comporta em relação ao consumidor;
- participar de associações de consumidores e apoiá-las;
- enunciar práticas contra o meio ambiente, contra as relações de consumo e de exploração do trabalho infantil às autoridades competentes.

Consumo engajado, consumo ético: Fórum Nacional de Economia Solidária

Por Lucas Henrique da Luz

Lucas Henrique da Luz é mestre em Ciências Sociais pela Unisinos e graduado em Administração de Empresas, também pela Unisinos. Atualmente, é professor na Unisinos e trabalha no Programa Tecnologias Sociais, vinculado à diretoria de Ação Social da Unisinos e ao IHU.

*Lucas participou do Fórum Nacional de Economia Solidária, que aconteceu dias 27 a 29 de junho de 2006, em Brasília. No seu depoimento à **IHU On-Line**, publicado nas **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 29 de junho de 2006, Lucas fala sobre as impressões do evento e da importância dos temas lá debatidos.*

*Lucas é autor do **Cadernos IHU Idéias** número 20, intitulado **Cooperativismo de Trabalho: avanço ou precarização? Um estudo de caso**.*

“A experiência de viver uma conferência com abrangência nacional é gratificante independente do tema que ela discuta. Quando ela é realizada para discutir a Economia Solidária, esta oportunidade se amplia. Sendo assim, após transcorridos os dois primeiros dias da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), muitas percepções e vivências podem ser destacadas.

Inicialmente, destaco o poder de mobilização do movimento da Economia Solidária que ficou evidenciado, uma vez que conseguiu reunir mais de 1.400 pessoas de todos os estados do Brasil na conferência. Mobilização esta que revela a diversidade da Economia Solidária. Todas as atividades da I CONAES, até mesmo as refeições, são permeadas por diferentes culturas, pela presença de pessoas jovens e pessoas mais experientes, por vesti-

mentas típicas regionais, por ternos e gravatas e também por bermudas e camisetas. São nítidos os diferentes sotaques e o português de cada região do País. Esta diversidade também se reflete nas diferentes manifestações da Economia Solidária que aqui estão presentes: são associações, cooperativas, grupos informais, entidades de apoio, que vão desde entidades informais até universidades, dentre outros.

O diálogo a que se propõe e que se está tentando efetuar na I CONAES, fruto desta diversidade, torna-se muito rico, mas também muito difícil. Fico pensando o que pode e poderá identificar estes diferentes modos de pensar e viver a vida, dentro de um movimento como o da Economia Solidária. Aliás, este é um dos grandes eixos da conferência, ou seja, tentar construir um texto base, próprio do movimento da Economia Solidária, que permita aos diferentes atores se identificarem nele e nas políticas públicas que surgirão a partir deste documento. Texto que reafirmará a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, conforme propõe o lema da conferência.

Porém, neste contexto diverso, surgem inúmeros desafios, no sentido de evitarmos trazer para esta construção, que se propõe diferenciada, antigas práticas, que forcem a identidade coletiva de muitos a se forjar a partir de idéias de poucos e que acabam por não contribuir na construção de uma organização social e econômica realmente diferenciada.

Seguindo, destaco os principais temas discutidos na I CONAES.

São três os eixos principais:

a) os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo;

b) o balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas;

c) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia Solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Na prática, porém, os assuntos que estão dominando a conferência são necessidades singulares de comunidades, grupos e/ou povos que não sentiram suas reivindicações contempladas pelo texto base da conferência. É o caso dos ribeirinhos, dos indígenas, dentre outros. Outro assunto que tem aparecido intensamente é a instituição de um Ministério da Economia Solidária. Estas discussões estão se dando em grupos de trabalho, de mais ou menos 30 pessoas, sendo que serão agora ampliadas na plenária geral, onde outros temas deverão surgir. Temas como o marco legal da Economia Solidária, a composição do Conselho Nacional de Economia Solidária, dentre outros.

Na realidade, o que se percebe até o momento é que a discussão mais conceitual, dos fundamentos e princípios da Economia Solidária, fica restrita a pequenos grupos de pessoas apenas, geralmente vinculadas a entidades de apoio, gestores públicos e a alguns empreendimentos que participam de fóruns regionais e/ou estaduais de Economia Solidária. Ainda existe grande dificuldade em espalhar esta discussão para a base da Economia Solidária, que são os grupos formais e informais que trabalham na forma coletiva.

Em terceiro lugar, devo destacar que, na minha percepção, está claro que as pessoas que estão aqui na conferência buscam, sim, viabilizar suas formas coletivas de trabalho e renda, mas, muito mais do que isso, buscam um espaço para poder, ao menos, expressarem suas subjetividades, para estabelecerem relações e não apenas transações mercantis. Relações que não se referem apenas a outras pessoas, mas também buscam construir relações diferenciadas dos seus mo-

dos de produzir e de vida em relação ao meio ambiente e a sociedade como um todo.

O que não consigo perceber, e acho que está fora do alcance humano fazê-lo no momento, é conseguir visualizar para onde que esta interação vai, se ela realmente será apropriada pelos seus protagonistas e se poderá se manter num processo autônomo e, mais, se conseguirá ser diferente das construções que são feitas pelo paradigma hegemônico.

Outra questão importante de perceber é que há todo um “pano de fundo” que percorre ou ao menos tenta percorrer a conferência. Ele inicia com a necessidade política de dar posse ao Conselho Nacional de Economia Solidária, perpassa a disputa por espaços e cargos dentro da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que deverá sofrer uma reestruturação em breve. Também, traz à tona a vontade de transformar a própria SENAES em ministério e termina, obviamente, nas particularidades de um ano eleitoral que é este que estamos vivendo.

Neste sentido, na manhã de terça-feira, o Presidente Lula compareceu à conferência, acompanhado do Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho. Pudemos sentir nos bastidores que a presença na mesa, ao lado de Marinho e Lula, foi bastante disputada, pois ela poderá significar forte possibilidade de, estando nesta mesa, vir a estar na futura composição da SENAES.

Este “pano de fundo” gera um constante tensionamento entre a tentativa de garantir a Economia Solidária como um movimento autônomo e não estatal, desligado, ao menos diretamente, de questões como as descritas acima e aqueles que buscam nela, quem sabe, a garantia de alcançar espaços político-governamentais mais expressivos.

Curiosas também são as conferências que ocorrem simultaneamente à conferência formal. Ou seja, muitos grupos se reúnem no mesmo horário em que a CONAES está acontecendo, buscando se articular para as discussões que ocorrerão na grande plenária. Cabe observar que estas reuniões são freqüentadas, predominantemente, por pessoas que possuem um capital simbólico maior dentro do movimento. Ou seja, pessoas que estão há mais tempo na Economia Solidária e

conseguem compreender melhor a movimentação dos diferentes atores nela envolvidos. Estas articulações ocorrem motivadas principalmente por entidades de apoio e gestores públicos. A maioria dos presentes não participa e, muitas vezes, nem sabe que estes encontros ocorreram.

Neste sentido, as possibilidades de contatos e articulações que uma conferência como esta proporciona, são imensas, sejam contatos e articulações formais ou informais. Agora, quem se utilizará e se apropriará destas articulações e das suas construções como um todo é o que me causa preocupação. Espero que os grupos e empreendimentos consigam fazê-lo e que a referida apropriação não seja realizada apenas por algumas lideranças e/ou entidades. Ou seja, espero que a Economia Solidária seja verdadeiramente apropriada pelos seus próprios protagonistas e que eles sejam protagonistas conscientes, gerando um

efetivo empoderamento social. A conferência é um espaço privilegiado para isso.

Seguindo esta lógica, o movimento apropriado de si próprio, com construções efetivamente coletivas e não apenas laminadas no coletivo, poderá aproximar-se de outros movimentos sociais e de outros temas que tem afinidade com a Economia Solidária, como, por exemplo, o repensar da relação homem/homem, homem/natureza, a relação da renda básica e dos direitos fundamentais com o trabalho, o desenvolvimento sustentável, dentre outros. Dessa forma, quiçá poderá a Economia Solidária construir caminhos de organização social, modos de vida e alternativas diferentes das propostas pelo sistema hegemônico, baseadas numa ética dialógica, na justiça social e na solidariedade. Este é o sentimento que me move a estar aqui.

Economia Solidária: teoria e prática

Por Marcos Arruda

A Economia Solidária foi objeto de debate no dia 8 de novembro de 2002, na Unisinos, no seminário “Economia Solidária, Teoria e Prática”, promovido pela Unitrabalho, do Instituto Humanitas Unisinos. Do evento, participaram nomes de destaque na área, entre eles o sociólogo francês Henri Rouillé d’Orfeuil.

Também esteve presente Marcos Arruda, pesquisador, economista, educador e membro da secretaria de relações internacionais do PT. Arruda participou internamente no debate sobre a construção do programa de governo de Lula e suas prioridades. Reproduzimos, a seguir, alguns trechos da exposição de Arruda aos participantes do encontro de Economia Solidária, na qual o economista se mostra eufórico com a vitória do Lula, como representante das forças oprimidas do Brasil.

O Brasil está em festa

Vou falar dos avanços a partir de três dimensões de nosso cérebro. A primeira é a dimensão de nosso cérebro direito, que tem a ver com o nosso sentir. O Brasil está em festa. Nós estamos sentindo uma enorme alegria pela vitória do candidato que representa as forças oprimidas do Brasil, nos últimos 500 anos. É a primeira vez que nós temos um presidente da República que é originário dessas classes, que condensa, em sua presença, toda a história da opressão que tem esmagado as maiores no Brasil. Nós temos todas as razões para festejar. Estamos vivendo uma situação única em torno do Lula e da presença dele dentro da construção social e política de uma unanimidade em

torno de um projeto de mudança. Existe um sentimento geral na sociedade brasileira de que é preciso mudar. Todos os candidatos a presidente unissonamente falaram de mudança, mesmo que cada um quisesse dizer uma coisa diferente. A mudança de Serra, por exemplo, era na continuidade, e essa brincadeira não quer dizer muita coisa para nós que o conhecemos.

Mais importante do que isso é que nós temos agora uma unanimidade. Para quem assistiu nos últimos dias à informação da reunião do Lula e da direção do PT com a sociedade civil, incluindo todos os setores, deve ter visto a tentativa do Lula de colocar uma sinalização de que vai governar em frente. Ele vai buscar alianças para governar. Ou seja, ele vai estar construindo uma articulação social em que a sociedade civil é um elemento determinante de fazer políticas públicas, ainda que seja num espaço apenas consultivo de formar um conselho de desenvolvimento econômico social. É muito importante porque está chamando a totalidade de representantes dos setores da sociedade para dizer “nós vamos estar dialogando o tempo todo”. E isto passa um sentimento democrático participativo. É uma outra maneira de fazer política que se inaugura no Brasil.

Lula está herdando um País desagregado

O segundo lado, o lado esquerdo do cérebro, representa o pensar. Neste a gente se dá conta, primeiro de tudo, que o Lula está herdando um País desagregado, em bancarrota, um País que entrou no governo FHC em excelentes condições de subir, e oito anos depois foi levado também

para o buraco. Na tomada de posse de FHC, estava se terminando toda uma era de altíssima inflação. Todas as condições favoreciam para que o governo fizesse um salto no desenvolvimento puxando um país fantástico como é o Brasil e lamentavelmente aconteceu o inverso. As últimas decisões políticas governamentais, sobretudo na política macroeconômica, estão colocando o novo governo numa situação dramática; numa sinuca gravíssima e difícil de sair.

Segundo aspecto de nosso pensar: num futuro próximo, há uma probabilidade de uma grave crise financeira com quadros econômicos e sociais ainda mais drásticos que o que nós pensamos. E o governo novo terá que enfrentar isso com uma grande sabedoria, tendo que equilibrar o que é possível com o que é desejável. E, em terceiro lugar, a correlação de forças não favorece políticas de mudanças, de transformação. Nós perdemos em alguns estados. Deixamos de construir uma frente mais sólida, embora tenhamos inovadoras representações nas duas casas do Congresso. Assim mesmo, nós temos que governar. Precisaremos fazer leis através de intensas negociações e construções de acordos com os vários partidos, e não há uma maioria fácil e evidente no Congresso.

A sociedade não está educada para a participação. A sociedade civil votou, elegeu, festejou e voltou para casa e disse “Agora, você, Lula, vai governar”, como aqui já disseram “Agora, você, Olívio, vai para o Palácio governar e nós vamos para casa cuidar da vida”. Essa cultura de delegação prevalece num País neocolonial como é o Brasil. São obstáculos subjetivos e objetivos que se colocam para nós no momento de iniciar um governo de transformação.

Erradicar a fome

Devo sublinhar ainda a sabedoria da escolha desse eixo no projeto de governo de quatro anos que é o combate e a erradicação da fome e da miséria. Por quê? Primeiro, porque essa é a grande prioridade social e humana de um governo que se propõe ser um governo centrado no social. É pre-

ciso ter uma atitude emergencial para lidar com a mera luta pela sobrevivência de uma parte grandíssima da população brasileira. Um terço da população brasileira vive na fome, na má nutrição e na exclusão. Há outro aspecto: para viabilizar essa prioridade, será necessário reajustar toda a política econômica. De modo que ela é uma proposta praticamente irrecusável para todos os setores políticos e econômicos do País. Está aí o pacto social em construção mostrando isso: ela vai condicionar esses mesmos atores a aceitarem uma nova política econômica, para viabilizar esta prioridade. E eu considero isso muito interessante.

Transformar em real tudo o que é possível

A terceira dimensão de nosso cérebro, o frontal, responsável pelo nosso agir, e aqui se coloca um desafio de como o governo pode atuar. É o desafio da governabilidade, na prática e para nós, é a governabilidade da transformação. É a disputa pela hegemonia cultural em torno de um projeto cooperativo e solidário de sociedade, de economia de relações humanas. E, aqui, o desafio primeiro é entender com profundidade o que é a nova conjuntura. A nova conjuntura criada pela vitória do Governo Lula é de transformação conjuntural. Diante das correlações de forças que hoje prevalece, não é possível que o Governo Lula, em quatro anos, seja capaz de uma transformação estrutural da sociedade brasileira. E o problema não é que o Lula não quer: é porque a correlação de forças que prevalece hoje não permite. A construção do novo governo junto com a sociedade tem que fazer parte dessa realidade, desta correlação de forças. De modo que deve-se combinar duas coisas muito importantes: o esforço pela transformação conjuntural e transformar em realidade tudo o que é possível. Isso é fazer política hoje: transformar em real tudo o que é possível, combinado com o horizonte da transformação estrutural. Ambas combinadas daria para transformar em possível tudo o que hoje parece impossível. É preciso saber fazer a política do possível e, ao mesmo tempo, saber fazer da política um instrumento de

conversão do impossível em possível. Esse é o horizonte da utopia e nós temos que inclui-lo em nosso projeto de governo.

O novo governo e a Economia Solidária

Aí entra um elemento muito importante já ligado a nosso projeto de Economia Solidária. Nós precisamos pressionar e trabalhar com o Governo Lula para que ele coloque como horizonte de construção política fazer o máximo possível em quatro anos para que, em caso de nós perdermos a eleição em 2006, a sociedade já mobilizada, já organizada, consiga levar adiante o projeto da sua própria emancipação. Esse é o horizonte de sabedoria de qualquer governo que tem um projeto emancipatório, libertador. Esse é o horizonte também para o Governo Lula.

Devo mencionar que tanto o programa de governo do PT de 2001 quanto o novo programa de governo, publicado em junho deste ano, como também os discursos do próprio Lula e de outros dirigentes do PT, foram integrando, cada vez mais, a intenção do governo de fortalecer o campo do cooperativismo, o campo do associativismo, o projeto autogestionário e a proposta de uma Economia Solidária. Isso foi resultado de muita luta e uma luta que não está fácil de ser vencida, porque dentro de próprio PT existe um terço ainda do que eu chamo de passado, que é a idéia de um projeto estatista de governo. E está presente e até talvez seja predominante no grupo que hoje ganhou a hegemonia do partido e do governo. Portanto, essa luta que resultou em introduzir no Programa de Governo um parágrafo sobre Economia Solidária foi uma luta árdua e difícil e terá que continuar. Não vai ser fácil de vencer. O projeto de outros dentro do partido é um projeto que eu chamo social democrata porque coloca como ator principal do processo de transformação social e econômica do País o Estado e não a sociedade. No nosso caso, o projeto é a sociedade como sujeito predominante, o Estado como subordinado a ela, a serviço dela, cercado dela por todos os lados. Deve prestar contas a ela. Mas, para isso, o Estado deve cumprir um papel de instrumento educativo

e de estímulo à organização autônoma e solidária da sociedade.

O papel do Estado e o papel da sociedade

Então, está colocado hoje para nós, a nível nacional, como construir um Estado que faça um papel orquestrador e educador da sociedade para seu próprio empoderamento e, à medida que a sociedade se empodera para o autodesenvolvimento, o Estado cumpre seu papel e se torna mais um elo facilitador, afirmador, criador de sinergias que transformam uma nação numa unidade na diversidade. É esse o desafio que é matéria de luta interna e luta social. Nós todos que estamos aqui e todos os companheiros e companheiras que não estão aqui, mas estão trabalhando no nosso campo, precisam levar isso em frente.

Para realizar essa luta, nós precisamos entrar por duas portas que dão no mesmo salão. Uma é a porta da política emergencial: nós temos que apresentar para o futuro governo a idéia de que a Economia Solidária é uma parte importante, potente da política emergencial de combate à fome, ao desemprego, à má nutrição e à exclusão. Esse, evidentemente, é um dos conceitos de Economia Solidária que tem um caráter assistencial e muita gente não vê ainda a Economia Solidária a não ser por esse ângulo. Mas nós não podemos negar esse ângulo, porque ele é importante. Ele desempenha um papel muito importante com uma parte do que hoje se chama de cooperativismo popular, que é a organização dos trabalhadores, ou que estão sendo demitidos, ou que já estão excluídos do mercado de trabalho, integrando-o numa atividade econômica de qualquer tipo que garanta a sua sobrevivência e que começa a gerar o mínimo de condições para a vida dele, a qualidade de vida. Então, acho que esta dimensão é muito importante e pode servir de argumento para persuadir o governo novo de que esse plano tem que entrar nas novas políticas de governo.

Mas a outra dimensão, que eu acho a mais importante, tem que ser matéria de luta ideológica com eles também. E esta é a visão de um projeto

de Economia Solidária como um sistema social e econômico alternativo ao capitalismo; portanto, pós-neoliberal e pós-capitalista. Um projeto de colaboração solidária. Uma sociedade ligada entre si com formas de colaborar, trabalhar juntos, solidariamente, ligados indissolivelmente pelos laços que nos unem. Mas não só ligados materialmente, naturalmente, automaticamente, porque estamos no mesmo espaço e somos da mesma

espécie. Não, tratar-se-ia de uma relação consciente. Esse é o desafio da solidariedade. Não é suficiente reconhecer que somos seres interligados uns com os outros pela própria natureza. É transformar essa consciência da solidariedade natural em solidariedade consciente, optada, escolhida a cada momento.

O Bem Comum para uma sociedade livre

Entrevista com Michael Brie

*Michael Brie, presidente da Fundação Rosa Luxemburgo, com sede em Berlim, na Alemanha, esteve na Unisinos por ocasião do Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil, de 25 a 27 de junho de 2002, ocasião em que concedeu entrevista à **IHU On-Line**. Brie foi um dos conferencistas do Simpósio, abordando o assunto “O Bem Comum como base para uma sociedade livre”.*

IHU On-Line – Qual é o primeiro passo para aplicar o Bem Comum e, portanto, chegar a uma sociedade livre?

Michael Brie – Questionar o atual neoliberalismo, que faz os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Existem problemas teóricos muito complicados. Eu chamo a atenção sobre o paradoxo de Thomas Hobbes²⁰. Ele vivenciou a guerra civil inglesa e chegou à convicção de que faz parte da natureza humana o fato de se matarem uns aos outros. Para ele, só um estado poderoso teria condições de impedir a morte e garantir a propriedade privada, porque as pessoas têm a tendência a declarar “isto é meu”. Mas eu vejo que, antes de haver estado forte, existiam sociedades e elas resolviam os problemas com a primeira pessoa do plural: nós, ou seja, propriedade comum.

IHU On-Line – Até onde a propriedade comum e até onde a propriedade privada?

Michael Brie – Para explicar isso, eu gosto de tomar a história de Robinson Crusoe, compatriota

de vocês, que quis ir para a África pegar escravos para trabalhar na roça dele. Ele pegou, digamos, sexta-feira. Os dois vão para uma propriedade que pode ser comum ou privada. Tento mostrar que, nessa relação de ambos, pode haver quatro tipos de propriedades, para quatro tipos de bens. Há os bens públicos, dos quais é difícil excluir as pessoas, como o conhecimento. Esse bem não se esgota, pelo contrário: cresce à medida que é partilhado. Há os bens associados, dos quais é fácil excluir os outros. Por exemplo, se alguém faz uma represa para assegurar a água, ela se esgota à medida que é partilhada. Então, há os bens comunitários, como a água, por exemplo. Desses bens, ninguém pode excluir o outro, mas não existe acesso ilimitado. Por último, estão os bens privados. Desses bens, é necessário excluir, porque é prejudicial para eles.

IHU On-Line – Que forma de propriedade é aplicável a cada tipo de bem?

Michael Brie – Na propriedade pública, o acesso a todos é proveitoso, e a exclusão infringe direitos fundamentais. Exemplo disso é o conhecimento. Na propriedade comum, o acesso precisa ser restrito. Na propriedade individual, que garante os direitos fundamentais, o uso comum reduz seu valor. A moradia é um exemplo disso. A propriedade associada está disponível individualmente, mas o uso comum aumenta o valor. Exemplo disso é um agricultor que adquire um trator, que pode ser usado associado com outros. Esta deci-

²⁰ Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, **O Leviatã** (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford, tendo sido secretário de Sir Francis Bacon. (Nota da **IHU On-Line**)

são, se é individual ou comum, não deve ser tomada pelo governo nem por organizações internacionais. Há que buscar sempre ser iguais na liberdade e livres na igualdade.

IHU On-Line – Qual é o trabalho do Instituto Rosa Luxemburgo?

Michael Brie – O Instituto Rosa Luxemburgo está perto do Partido do Socialismo Democrático, herança da República Democrática Alemã. É um chamado partido pós-comunista, sob o patronato de “Santa” Rosa Luxemburgo. Ela está observando nosso pensamento. Rosa fundou o Partido Comunista Alemão. Ela quis um socialismo democrático e fez uma crítica muito forte em relação ao comunismo. Algumas de suas frases: “A liberdade sempre é liberdade de outro pensamento”, ou

“Ninguém pode ser livre, quando os outros podem ser livres”. Ela não pensava que, se um é livre, o outro não o toca. É uma liberdade baseada na democracia.

IHU On-Line – Que parcerias o Instituto tem com países da América Latina?

Michael Brie – A Associação RL tem um trabalho bastante amplo. No momento, existem parcerias com mais de 20 países da América Latina, apoiando projetos emancipativos. No Brasil, há três projetos em parceria. Em Porto Alegre, com a UERGS, temos uma pesquisa em conjunto sobre educação e orçamento participativo. Há dois projetos em São Paulo sobre agentes de desenvolvimento solidário e outro no Espírito Santo e Pernambuco sobre indicadores sociais.

Reinventando o Bem Comum

Entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida

Dom Luciano Mendes de Almeida, jesuíta, é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana e, por longos anos, professor de Filosofia e de Ética nas Faculdades Anchieta (FASP), em São Paulo. Dom Luciano foi presidente da Comissão da CNBB Exigências éticas e evangélicas de superação da miséria e da fome, arcebispo de Mariana (MG), secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1979 a 1987, e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1987 a 1994. Dom Luciano faleceu em 27 de agosto de 2006.

No dia 27 de junho de 2002, na Unisinos, Dom Luciano proferiu a conferência de encerramento do Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil, com o tema A reinvenção do Bem Comum e o ensino social da Igreja.

*Sua conferência trouxe presente a realidade sócio-econômico-política brasileira e apontou para a necessidade da construção de um país economicamente justo, politicamente democrático, socialmente solidário, culturalmente plural e ecologicamente sustentável. Numa linguagem simples, convocou os presentes a aprofundar o conceito de bem comum como princípio e instrumento operacional concreto. A **IHU On-Line** conversou com Dom Luciano sobre esses assuntos, no dia 27 de junho de 2002.*

IHU On-Line – Como o senhor entende a questão da reinvenção do bem comum?

Dom Luciano Mendes de Almeida – A palavra reinventar desperta atenção e até curiosidade, como se tivéssemos perdido a noção do bem comum. Parece-me que não se trata de reencontrar a noção, mas de aplicá-la com coerência. Há um

desajuste entre a concepção de bem comum e, portanto, de suas exigências e a realidade de uma sociedade na qual há uma forte desigualdade social e, conseqüentemente, exclusão. Dessa forma, reinventar o bem comum é mais do que um ato cognoscitivo; é um empenho organizativo e também efetivo. Isso é como, de fato, tender, concretamente, ao bem comum de nosso povo.

IHU On-Line – A ausência do Bem Comum, então é fruto da incoerência?

Dom Luciano Mendes de Almeida – É necessário constatar que houve falhas, e graves, na prossecução do Bem Comum. Por exemplo, quando aqueles que exercem o poder do estado visam a vantagens pessoais, familiares, grupais e perdem de vista a promoção do bem do povo. Outra conseqüência é a do exercício do poder, como procurar vantagens pessoais de permanência no poder, mesmo quando não há mais condições para exercer o cargo com eficiência. Assim, a reinvenção do Bem Comum coincide com a clareza na determinação desse bem comum e a coerência na promoção daquilo que se pretende.

IHU On-Line – Que caminhos concretos a Igreja está tomando nesse processo de reinvenção do Bem Comum?

Dom Luciano Mendes de Almeida – Exemplo concreto, na atual conjuntura do Brasil, é o empenho, para que se promova a superação da miséria e da fome. Por que esse empenho? Porque constatamos que grande parte da população não tem alimento em quantidade e qualidade suficiente para se desenvolver. Então, promover o Bem Comum, como uma exigência primária, é garantir esse alimento e os caminhos que a ele levam na

sociedade. O mutirão nacional torna-se um exemplo de como buscar, reinventar, assegurar o Bem Comum. Isso vale, também, para a área da saúde, da educação, da segurança pessoal e, portanto, das condições habitacionais, terra, água.

***IHU On-Line* – Qual seria a missão da universidade na construção do Bem Comum?**

Dom Luciano Mendes de Almeida – O atual Simpósio, que está sendo promovido pela Unisinos, demonstra uma oportunidade, para que os universitários possam se comprometer com a promoção do bem comum. Os conhecimentos de ordem intelectual, técnica e as experiências de nível de vivência comunitária, as ocasiões de desenvolver a pesquisa científica, tudo tem motivação razoável e pertence à finalidade da universidade. No entanto, a própria universidade está voltada para o serviço da população. A edificação de uma sociedade fraterna, a consolidação da justiça. Isso é a universidade, lugar prioritário de integração entre os fatores de aprimoramento intelectual da pessoa, concretamente a comunidade universitária, e a corresponsabilidade na promoção das condições dignas de vida para a população. Muito se tem feito, nos últimos anos, para explicitar a dimensão de serviço que cabe à universidade em relação à totalidade do povo. Isso vale mais ainda onde a desigualdade é gritante e para ser superada requer uma dedicação e uma competência maior daqueles que têm acesso à cultura e aos meios para promovê-la no país.

***IHU On-Line* – O senhor vê que há uma tendência para essa missão nas universidades brasileiras?**

Dom Luciano Mendes de Almeida – Em muitos setores, nestes últimos anos, a universidade tem se adiantado a outros setores da sociedade. Por exemplo, em estudos habitacionais, de pesquisa nutricional, de promoção de uma economia ecologicamente sustentável, de aprimoramento das relações sociais, em especial na busca de formas mais interativas da democracia participativa e outras iniciativas. Essas têm sua origem e seu incremento exatamente no ambiente universitário. Uma universidade a serviço é sempre uma univer-

sidade, com os olhos voltados para a dignidade da pessoa e a promoção e resgate dessa dignidade onde estivesse prejudicada e vilipendiada. Acredito que, no Brasil de hoje, cabe à universidade, e a Unisinos nos oferece um exemplo disso, uma missão de vanguarda na construção da sociedade solidária.

***IHU On-Line* – Há quem veja na Igreja Católica no Brasil uma forte influência sobre a sociedade, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos e corresponsabilidade na criação e ação de tantos movimentos sociais e políticos. O senhor concorda?**

Dom Luciano Mendes de Almeida – Não se trata de colocar em evidência a atuação da Igreja, mas de observar e constatar objetivamente os agentes, e agentes transformadores, da nossa sociedade nos últimos decênios. É preciso recordar os tempos de restrição da liberdade durante o período do governo militar e captar a ânsia de liberdade e de reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Entretanto, mesmo com tortura e com perseguição foi preciso seguir se empenhando na realização de uma sociedade de direito. Todos aqueles decênios procuraram fazer a sua parte.

***IHU On-Line* – Destacaria alguém em especial?**

Dom Luciano Mendes de Almeida – Os tempos são ainda recentes. Temos presentes alguns nomes. Lembramos a pessoa de Dom Hélder Câmara, Dom Avelar Brandão, Dom Paulo Evaristo Arns e outros do clero e do laicato cristão. Constato, com gratidão a Deus, que muitos dos agentes transformadores daquela situação eram pessoas comprometidas com a sua fé e o testemunho cristão. Deram prova de coerência na sua cidadania à luz do evangelho. Esta atuação da Igreja aconteceu em comunhão com a dedicação corajosa de vários outros setores da sociedade. De minha parte, agradeço a Deus por aqueles tempos. Pude verificar a coragem e o empenho que nasce da fé em Jesus Cristo e das convicções que esta fé desperta no coração dos que querem viver a radicalidade do compromisso fraterno. Isso nos faz pensar naqueles que passaram pela perseguição, pela

incompreensão e que estão na base destes anos atuais. Mesmo com muitas limitações, temos que nos alegrar com a efetivação dos processos democráticos, de eleição, de participação política, de liberdade de expressão e também da força dos movimentos populares. Eles, realmente, foram os grandes protagonistas destas conquistas. Neles, como a história o demonstra, sempre houve a participação da militância cristã.

IHU On-Line – Como o senhor vê o processo eleitoral que se aproxima?

Dom Luciano Mendes de Almeida – Penso que é opinião comum que, apesar da proximidade da data das próximas eleições, estamos em

atraso quanto à definição dos programas partidários, para que possam ser analisados pela sociedade e por cada eleitor. É, sim, um tempo de democracia, mas como se trata de um terreno preparado para a semente parece que esta ainda é parca e não cresceu suficientemente. É o momento de unir forças de inteligência, de devotamento patriótico, para, a curto prazo, criar as condições de trabalho e de participação política, de redistribuição de renda e de acesso da população a condições dignas de habitação e saúde. Isso tudo evitando aspectos de dominação econômica e também garantindo os valores culturais próprios de nosso povo.

Como fazer surgir hoje o tema do Bem Comum na sociedade civil?

Entrevista com Michel Hansenne

*Michel Hansenne é doutor em direito e licenciado em Ciências Econômicas e Financeiras. Hansenne é também deputado do Parlamento Europeu (Bruxelas – Bélgica) e ex-diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil, Hansenne proferiu a conferência de abertura, dia 25 de junho de 2002, discorrendo sobre a Crise socioeconômica do mundo, hoje: desafios e perspectivas. Para o parlamentar belga, vivemos uma época de mundialização, com um único modelo econômico. Neste processo, um dos desafios é encontrar instâncias controladoras, que assegurem o que ele chama de “governança mundial”. Na entrevista concedida à **IHU On-Line**, no dia 25 de junho de 2002, Hansenne apresenta sua visão das transformações no mundo do trabalho, o que isso acarreta ao trabalhador e do que ele resente nos atuais discursos sociais, em termos de política.*

IHU On-Line – Quais são as causas da crise socioeconômica do mundo de hoje?

Michel Hansenne – O que é crise? Se considerarmos crise como o conjunto de transformações tecnológicas, sociais e ecológicas, hoje suas causas são as transformações internacionais: a mundialização da economia. As causas da mundialização são o final da Guerra Fria, um único modelo econômico adotado por todos os países (economia de mercado), todas as transformações tecnológicas e a transmissão de informações (modelo que favoreceu essa evolução). Muitos países consideraram que, para eles, seria interessante a abertura de suas fronteiras, fortalecimento da OMC. Tudo isso está criando uma economia de mercado com dimensões mundiais. Os países que prati-

caram a economia de mercado sabem há um século que isso traz vantagens e desvantagens. Não se conhece outro modelo para a produção de riqueza. Não atentos, isso cria mais desigualdades de renda, de poder, criando crises. O desafio de hoje é como chegar a um controle suficiente dessa economia mundializada. Como chegar a uma governança mundial?

IHU On-Line – Como a governança mundial pode ser uma perspectiva alentadora?

Michel Hansenne – Ela se refere à idéia de um governo mundial sem governo. Um problema que se apresenta é fazer os países aceitarem certa perda de soberania e uma série de exigências mundiais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ser apontada como um exemplo. Os membros da OMC decidiram aceitar algumas regras comuns e têm um organismo que permite superar os conflitos e tensões por meio do direito. Essa instância dá uma idéia do que poderia representar uma governança mundial. Porém, resolver somente os problemas do comércio é insuficiente. Muitas manifestações mundiais, como o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, mostraram que as organizações querem mais que a regulação dos fluxos comerciais e que seriam necessárias regras comuns no campo do trabalho, do meio ambiente e outros. Mas esses organismos precisam ser criados. Resumindo, diria que precisamos encontrar valores comuns para o conjunto da humanidade. Isso é um desafio para o século XXI: construir um conjunto de instrumentos que permitam um melhor controle da economia mundial. Precisamos estabelecer um grupo de pilotagem da governança mundial. Atualmente, são oito, mas não representam o conjunto do planeta.

Teríamos de ampliar o G-8 para 25. Alguns pensam na criação de um conselho de segurança econômica. Esse grupo não tomaria decisões, mas apontaria direções.

IHU On-Line – Que leitura o senhor faz da transformação da estrutura do trabalho?

Michel Hansenne – É difícil dar uma resposta séria a uma questão tão ampla. Hoje temos uma multidão de mercados de trabalho com seus problemas específicos. Duas palavras. A primeira: não existe razão para não crermos que o pleno emprego seja um objetivo tangível. Cada país e cada região precisam ver o que podem fazer. A segunda: nos países industrializados e países emergentes, como o Brasil, vivem-se transformações profundas no trabalho. O modelo da sociedade industrial está desaparecendo.

IHU On-Line – Quando o senhor fala de transformação profunda do trabalho, o que quer dizer?

Michel Hansenne – Veja. Presenciamos a terceirização da sociedade, os empregos novos e os empregos de amanhã são e serão empregos de serviços, tanto para as pessoas quanto para as empresas. Eles correspondem a uma demanda dos consumidores que podem pagar. Esses se tornam exigentes e exercem pressão no mercado do trabalho para serem satisfeitos. Para responder a essas demandas, as empresas se reorganizam e centram-se sobre o núcleo da sua especificidade e produção. Querem responder com mais velocidade e qualidade. Essa pressão do mercado recai não apenas sobre a empresa, mas também sobre o trabalhador.

IHU On-Line – Em que aspectos aparece essa pressão sobre o trabalhador e o que acarreta?

Michel Hansenne – Na sociedade industrial, a pressão era sobre o conjunto da empresa. Era o grupo que respondia como conjunto, e cada empregado tinha um trabalho integrado. Hoje, a pressão é sobre cada trabalhador. Significa uma desigualdade nas rendas, porque se trata de valorizar o valor agregado de cada trabalhador. Os

elementos que tentavam favorecer a integração e a homogeneização vão desaparecendo. Significa uma ampliação da desigualdade entre os trabalhadores. As relações entre trabalhadores e empresa diversificam-se muito neste tipo de contexto. Antes, o modelo era o trabalho para tempo indeterminado. Hoje, temos grande diversificação no estatuto do trabalho. Outro elemento é que, no contexto da terceirização ampliada, a exigência de qualificação cresceu e, com ela, a boa utilização do capital humano. Neste sentido, a administração dos recursos humanos é uma nova dimensão na organização do trabalho. Todos os que não têm capacidade de se formar ou adaptar são excluídos. Se, no começo da sociedade industrial, o principal era a utilização de grande massa de trabalhadores e a exploração dessa força de trabalho, hoje o perigo é dispensar grande número de trabalhadores sem qualificação. Com isso, neste contexto de transformação do trabalho, a responsabilidade dos estados é mais importante que no passado.

IHU On-Line – Em termos políticos, quais são os grandes temas que estão fora dos discursos sociais?

Michel Hansenne – Um dos grandes temas é a articulação entre o nacional e o internacional e a responsabilidade do Estado, como ator nacional e elemento do internacional. A questão é como articular essas dimensões. Para representarmos o Estado atual, usamos como exemplo a imagem mitológica de Janus, que tem dois rostos: um para dentro e outro para fora. Mas é o mesmo, sem ignorar o outro. O Estado não pode dizer: a causa é o mundial. Hoje, o desafio é mostrar aos cidadãos que o Estado tem uma responsabilidade nacional, mas precisa situar-se no contexto mundial.

IHU On-Line – A ação política tem espaço neste novo desenho?

Michel Hansenne – O que me impressiona é ver que a maioria dos estados e suas forças políticas, salvo algumas exceções, integraram mal essa nova dimensão mundial. Isso não significa que estão atrasados em termos de política externa. O problema é que eles não sabem administrar a eco-

nomia mundial. É surpreendente ver que, em quase todos os países, é a sociedade civil que explica à opinião pública o que é essa economia mundial. Além disso, as pessoas têm o sentimento de que os governos não levam em conta suas preocupações e medos; de que as ONGs são as únicas capazes de atendê-las e considerá-las. Isso fomenta um descrédito em relação à política. Por isso, um dos desafios da democracia no século XXI é integrar esses novos elementos e atores da socieda-

de civil. Por isso, como fazer surgir o tema do Bem Comum na sociedade civil, hoje?

IHU On-Line – Em que essa problemática desafia as universidades?

Michel Hansenne – O desafio de uma universidade é entender os problemas da sociedade. Diante das mudanças, uma universidade deve promover reflexões e estudos para adaptar-se às transformações que estão ocorrendo.

A economia e o Bem Comum: por uma sociedade economicamente justa

Entrevista com Armando de Melo Lisboa

Armando de Melo Lisboa é economista e professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No Simpósio Nacional do Bem Comum e Solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil, no dia 26 de junho de 2002, Armando de Melo proferiu a conferência sobre o tema A economia e o bem comum. Por uma sociedade economicamente justa. Armando de Melo contextualizou o atual panorama de crise do sistema capitalista e problematizou o termo economia solidária. Para o conferencista, é necessário uma socioeconomia solidária e que, no novo paradigma civilizacional, um dos eixos deve ser a solidariedade.

*Na entrevista concedida à **IHU On-Line** em 26 de junho de 2002, Armando de Melo fala sobre Economia Solidária, o desafio de construir categorias que dêem conta das práticas alternativas de produzir, consumir e viver postas há muito tempo e as suas esperanças de um futuro melhor.*

IHU On-Line – O que é Economia Solidária?

Armando de Melo Lisboa – Ela se refere a práticas de produção e consumo, práticas econômicas, que procuram ter um caráter mais humano e assumir uma dimensão de autogestão para o interior dessa prática, democracia radical. Internamente, é uma dimensão de autogestão. Externamente, uma procura de mais interfaces, parcerias, de trabalhar em redes contadas em empreendimentos semelhantes, para a construção de uma rede de empreendimentos que teriam essa experiência de autogestão. Em essência, economicamente, é uma forma de economia em que a dimensão humana e ética estão fortemente presentes.

IHU On-Line – Em que essa economia se diferencia da economia capitalista?

Armando de Melo Lisboa – A economia capitalista típica despreza esse tipo de preocupação e busca puramente a lucratividade e eficiência. A Economia Solidária não despreza a busca de eficiência, mas a relativiza, em termos sociais e éticos.

IHU On-Line – Podemos dizer que a Economia Solidária é um tipo de comunitarismo?

Armando de Melo Lisboa – Comunitarismo é uma palavra sujeita a várias conotações. O comunitarismo, movimento filosófico, que vem dos países de Primeiro Mundo, tem reflexões mais conservadoras. O comunitarismo da Economia Solidária não se confunde com isso. A Economia Solidária tem uma dimensão mais comunitarista, porque, numa vida comunitária, brota mais facilmente a dimensão da solidariedade. As experiências das práticas econômicas solidárias populares – que constitui, digamos, a vertente popular da Economia Solidária – nascem de práticas comunitárias, de pessoas que têm uma dimensão comunitária em suas vidas, seja religiosa, seja cultural, seja regional. Uma cabeça mais espacial ou cultural. Então, podemos dizer que a Economia Solidária se alavanca numa vida mais comunitária e cruza-a. Ela quase que exige a recolocação do indivíduo como pertencente a um grupo, a uma tribo. O indivíduo não está mais isolado como acontece na economia capitalista típica.

IHU On-Line – A Economia Solidária é uma alternativa para a crise do capitalismo ou é um voltar a uma economia pré-capitalista?

Armando de Melo Lisboa – Diria que, na Economia Solidária, há uma recuperação de elementos de práticas antigas. Por exemplo, ela está em linha direta com o movimento socialista, com o movimento cooperativista e com as práticas de autogestão. Socialismo, cooperativismo e autogestão já aconteceram na primeira metade do século XIX. São reações ao capitalismo já no seu nascimento. O que nós chamamos de Economia Solidária tinha esses nomes. Ela está em linha direta com práticas e tradições que existem há 200 anos. Porém, por estarmos reconstituindo isso como Economia Solidária, sinaliza que há insuficiências nas antigas denominações para rotular, qualificar, denominar o que hoje estamos fazendo. Inclusive para denominar o peso que carrega a palavra Socialismo e as controvérsias que essa expressão acarreta. Há elementos novos que não foram pensados pelas tradições antigas e novos desafios aos quais as experiências antigas não dão respostas. É daí que a expressão Economia Solidária surge, reconceituando antigas tradições. É uma resposta a novos desafios.

IHU On-Line – Poderíamos dizer que Economia Solidária ou solidariedade poderia ser um eixo dentro do que vem sendo apontado como novo paradigma civilizacional?

Armando de Melo Lisboa – É neste contexto que a Economia Solidária se apresenta. Ela não é uma mera resistência ao desemprego, ao setor da crise, uma reação à exploração, colocada nos interstícios do capitalismo que não permite a inclusão das maiorias. Na verdade, ela se apresenta como eixo de uma outra economia, de uma outra sociedade, de uma outra civilização. Nós vivemos uma transformação civilizacional decorrente dos novos paradigmas tecnológicos, científicos, de uma nova subjetividade, relações insustentáveis entre nações, possibilidade da destruição de tudo. Isso configura uma transição civilizatória. Economia Solidária e solidariedade se tornam eixo de uma nova cultura, de uma outra economia e de uma outra civilização. Solidariedade é uma palavra de muita ressonância. Trata-se de um conceito complexo, que diz respeito a segredos profundos do ser humano. Mas é importante perceber que a

civilização que está emergindo não será puramente solidária.

IHU On-Line – Na sua opinião, quais seriam outros eixos importantes nesta nova configuração?

Armando de Melo Lisboa – A trilogia colocada pela Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) são os eixos já colocados no final do século XVIII. O que chamamos de solidariedade é uma forma secular do que antigamente se chamava fraternidade. A liberdade possibilita práticas de mercado, competição, afirmação do indivíduo, liberdades individuais e sociais. A igualdade permite a dimensão da sociedade, da comunidade, do estado, das políticas públicas. A fraternidade faz com que o ser humano possa se inserir comunitariamente, desenvolvendo-se a reciprocidade vital, o elo entre a liberdade do indivíduo e a igualdade social mais ampla.

IHU On-Line – Está sendo elaborado um dicionário com verbetes relacionados à temática da Economia Solidária. O que traz de desafios para a academia a temática Economia Solidária?

Armando de Melo Lisboa – É verdade que o dicionário *A outra economia* está sendo elaborado. E a Economia Solidária é uma das práticas, talvez a mais relevante dessa outra economia. Porém, ela não é a única, até porque há as práticas do cooperativismo, da autogestão e outras que não se reconhecem neste conceito de Economia Solidária. Quanto aos desafios para a academia, diria que é construir essas categorias, porque as práticas alternativas de produzir, consumir e viver existem há muito tempo. O que não existe ou está debilmente colocado são os conceitos que dão suporte e força a essas práticas. A teoria econômica e o pensamento social acumulado, de modo geral, são forjados de acordo com a visão racional moderna. Têm pouco presente, refletem pouco essas práticas alternativas, carecem de um paradigma teórico que esteja em contato com elas, que ajude abrir caminho para elas e fortalecê-las. Precisamos de uma economia que conjugue a ambígua condição humana (ser humano que tem forte

mente presente a animação do indivíduo, e de um certo egoísmo, por um lado, e da fraternidade, da generosidade, por outro) e não só a dimensão competitiva.

IHU On-Line – Você é otimista em relação à possibilidade de um outro mundo?

Armando de Melo Lisboa – Sem dúvida. Onde está presente o ser humano, está presente a espe-

rança. Se não acreditarmos num outro mundo nos asfixiaremos num mundo sem sentido. É evidente que o nosso mundo não nos satisfaz. Sabemos do absurdo dele e acreditamos em algo melhor, apoiado na esperança mais ampla e nas práticas, ainda que pequenas e frágeis. E a essas eu e você já podemos aderir e participar.

A política e o Bem Comum: por uma sociedade politicamente democrática

Entrevista com Renato Janine Ribeiro

Renato Janine Ribeiro é professor de Filosofia da Universidade São Paulo (USP), com mestrado na Sorbonne, França e doutorado na USP. É autor de livros como **Ao leitor sem medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo** (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999). Outro livro importante sobre o tema da conferência do Simpósio é **A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil** (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000). Renato Janine Ribeiro também publicou dois opúsculos na coleção Folha Explica. Um é **A democracia**, e o outro, **A República**. Os dois foram publicados pela Publifolha, de São Paulo, em 2001.

No dia 27 de junho de 2002, no Simpósio Nacional Bem Comum: por uma ética na economia e na política do Brasil, Renato Janine Ribeiro apresentou o tema “A política e o Bem Comum: por uma sociedade politicamente democrática”. No mesmo dia, o filósofo conversou com a **IHU On-Line** sobre os diversos assuntos abordados no Simpósio.

IHU On-Line – A Política o levou à Filosofia ou a Filosofia o fez entrar na Política?

Renato J. Ribeiro – As duas coisas vieram juntas. Quando comecei a cursar Filosofia, em 1968, me apaixonei pelas aulas sobre Tomas Hobbes. Ele não diz que o poder é maravilhoso e vai deixar todo o mundo feliz, e sim que o poder é um monstro. O poder vai contra a natureza humana, mas

ele é a condição necessária para que nós sobrevivamos. Então, não existe nisso nenhum embelezamento, como dará a entender depois John Locke²¹. É uma lição muito dura, expressa com todas as letras, sem nenhum disfarce. Por isso, achei fascinante. E, desde então, as questões do poder me interessaram muito. Na verdade, eu estou colocando um pouco disso em cheque. Estou me perguntando se, no tempo em que estamos vivendo, a política terá lugar, que tipo de política seria. Pode ser que mude.

IHU On-Line – Como poderia caracterizar essa nova política?

Renato J. Ribeiro – Nós vivemos numa sociedade muito avançada naquilo que chamamos de vida privada, mas que é muito mais complexa do que “vida privada”. Essa palavra para muitos têm até um sentido pejorativo. No meio em que vivo, entre o público e o privado, a maioria das pessoas acha o público superior ao privado. Não deixa de ser verdade que o lugar em que as pessoas se recompõem das agruras da vida é o lar, a vida privada, o espaço íntimo, a solidão. Há muito do que a gente chama de vida privada que pode não ser vida privada e sim vida íntima, mais calorosa, mais afetuosa. O que eu estou me perguntando é o que está mudando nisso tudo e qual é o processo pelo qual a dimensão pública está perdendo seu alcance. Não posso defender a esfera pública como um fim em si. Eu defendo a coisa pública,

²¹ John Locke (1632-1704): filósofo inglês, predecessor do Iluminismo, que tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída, e, o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade. Como David Hume e George Berkeley, era considerado empirista. (Nota da **IHU On-Line**)

quando produz determinados resultados positivos para a sociedade. O desafio hoje seria: é possível chegar a esses resultados sem ser pela coisa pública? É possível eu produzir mais felicidade? Não estou falando de produtos materiais, morais. É possível alcançar outra via? Não sei. Estou com muita dúvida em relação a isso. O público é um lado que possibilita um contato com o outro, num espaço que não é nem meu nem seu e desenvolve uma sensação de pertencermos todos à mesma coisa, e isso é muito positivo do ponto de vista da felicidade das pessoas.

IHU On-Line – O senhor faz uma crítica aos estudiosos que só se preocupam com a eficiência das instituições democráticas, mas não têm um projeto. Qual seria o seu projeto e qual a sua viabilidade?

Renato J. Ribeiro – Eu não sei quanto possa ser viável, mas sei que é necessário. Eu acho que o autoritarismo tem um impacto afetivo muito grande. O afeto, na sociedade brasileira, funciona muito bem pela via autoritária. É muito comum dizer que crianças, empregados, alunos, subalternos em geral preferem uma autoridade forte à liberdade. É muito comum dizer: “Este aqui está querendo limite, um poder acima dele”. Isso converge com o modelo de muitas figuras políticas muito fortes no Brasil. Figuras que representam uma ligação fortemente afetiva e autoritária. É o caso típico de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, talvez o de Paulo Maluf, em São Paulo. Figuras políticas relevantes no país que conseguem uma ligação afetiva muito grande dos seus eleitores com eles, mas só o conseguem por meio do autoritarismo. Se você olhar por outro lado, o PSDB é um partido que sempre coloca no seus cartazes: seriedade, honradez, competência. Nada disso é afetivo. Isso é muito prosaico, muito racional. Ele não consegue entusiasmo com seus candidatos, mas os autoritários conseguem.

IHU On-Line – Haveria, então, uma ligação entre afeto, autoritarismo em oposição à democracia?

Renato J. Ribeiro – Eu acho que existe uma ligação entre afeto e autoritarismo na nossa experiência histórica. Para quebrar essa relação e proporcionar uma ampliação da democracia, parece-me que nós deveríamos produzir uma ligação entre afeto e democracia. É por isso que vale a pena pesquisar intensamente o que há de autoritário no afeto. Ora, há afetos públicos e afetos privados, mas são todos afetos. Por isso, é importante trabalhar no campo do afeto privado, das relações de amor, de amizade na família, porque, se enfrentarmos isso, teremos mais condições de minar as bases do afeto autoritário na vida pública.

IHU On-Line – Durante sua conferência o senhor mencionou a ineficácia dos presídios e sistemas de punição. Essa ampliação da democracia teria uma outra proposta?

Renato J. Ribeiro – Parece-me que o sistema punitivo é demasiado punitivo e pouco educativo. Há uma observação de Lévi-Strauss²² que diz o seguinte: “As sociedades modernas são antropoémicas (a palavra correspondente é emético), e os índios são antropofágicos”. Antropoémico quer dizer alguém que expela, como emético, como vomitivo. É o que nós fazemos com o delinqüente: nós o expelimos, o excluimos, o trancafiamos. A sociedade de origem antropofágica incorpora o delinqüente. Por exemplo, em certas sociedades indígenas, quando alguém mata uma pessoa, esse alguém recebe em casamento uma parenta daquele que matou para gerar um filho no mesmo clã dela. Ele é integrado, em vez de ser excluído.

IHU On-Line – Seria uma forma autoritária de resolver os conflitos?

²² Claude Lévi-Strauss (1908): Antropólogo belga que dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na lingüística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para o progresso da antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente à tradição humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro **Les Structures élémentaires de la parenté** (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na USP. Interessado em etnologia realizou um trabalho de pesquisa em aldeias indígenas do Mato Grosso. A experiência foi sistematizada no livro **Tristes Trópicos**, publicado em 1955 e considerado um dos mais importantes livros do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

Renato J. Ribeiro – Por isso, cabe a pergunta: “Como nós podemos fazer para resolver conflitos e até crimes de uma maneira que integre em vez de excluir, não chegando ao ponto de premiar?”. Aqui, entra de novo o autoritarismo nas relações e a questão da violência doméstica. Lida-se muito mal com a violência doméstica, porque se uma mulher apanha e vai à delegacia já está desfazendo o laço conjugal, que pode existir apesar da surra. A mulher, que é a vítima, fica com um peso tremendo para escolher. Se ela faz o caminho “certo”, ela vai pôr fim ao casamento. Ou seja, uma pessoa que está fragilizada tem, ainda por cima, que tomar uma decisão difícil. Nesses casos, deveríamos ter instâncias mais informais e não punitivas de solução de conflitos. Acho que, de alguma maneira, todos os procedimentos de conciliação e arbitragem vão numa direção próxima. Como pensar um outro paradigma para as situações conflitivas que, em vez de agravar, ajudem nos relacionamentos?

IHU On-Line – Uma de suas afirmações durante o Simpósio foi a necessidade de substituir uma moral kantiana por uma moral que se preocupe com os resultados, que se preocupe não somente as ações, e sim com os resultados dessas ações. Trata-se de uma nova percepção compartilhada por outros pensadores?

Renato J. Ribeiro – Na verdade, está havendo uma mudança na leitura de Maquiavel. Até metade do século XX, é um autor associado à defesa da

amoralidade. Diz que a política é contrária à moral. De repente, por meio de alguns autores, muda-se essa perspectiva de Maquiavel e passa-se a pensar que ele defende, sim, uma moral. O que me chamou muito a atenção foi o comentário de Maurice Merleau-Ponty²³, segundo o qual nenhuma moral conseqüente de nosso tempo pode abrir mão de levar em conta os resultados prováveis dessa ação. Não simplesmente dizer: “Não matarás, Não furta-rás etc.” e sim me perguntar pelos resultados dessa ação. Sou responsável não só pelo ato imediato, mas pelos resultados. E aí, de fato, Kant²⁴ tem um oponente em Benjamin Constant²⁵, que dá o exemplo do assassino que pergunta a alguém onde está a pessoa que ele quer assassinar. Constant diz que a pessoa, se é interrogada, deve mentir, e Kant tem dificuldade de lidar com esse problema e diz que a pessoa não deve mentir, porque a mentira violaria as bases das relações sociais que é a confiança. Assim, entrega uma vítima ao seu assassino. O interessante dessa nova leitura de Maquiavel é que se eu sou responsável pelas conseqüências, agir moralmente fica muito mais difícil, porque eu preciso não só fazer o imediato, mas pensar no que vai acontecer depois. É uma postura mais madura, mais responsável.

IHU On-Line – E como deveriam ser as universidades para que as pessoas que nelas estudam aprendam a viver em democracia e a construam?

Renato J. Ribeiro – Eu acho que as universidades devem dar uma formação menos profissiona-

²³ Maurice Merleau-Ponty (1908-1961): escritor e filósofo líder do pensamento fenomenológico na França. Professor da Universidade de Lyon e na Sorbone, em Paris. De 1945 a 1952 foi co-editor (com Jean-Paul Sartre) do jornal *Les Temps Modernes*. Voltando sua atenção para as questões sociais publicou um conjunto de ensaios marxistas, em 1947, *Humanisme et terreur* (“Humanismo e Terror”), a mais elaborada do comunismo soviético no final dos anos 1940. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁴ Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo Alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. A *IHU On-Line* número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador. Também sobre Kant foi publicado este ano o *Cadernos IHU em formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*. Os *Cadernos IHU em formação* estão disponíveis para *download* na página www.unisinos.br/ihu do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si (*noumenon*) não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁵ Benjamin Constant (1767-1830): pensador, escritor e político suíço. Escreveu *Sobre a liberdade dos antigos comparada com a dos modernos*. (Nota da *IHU On-Line*)

lizante. O profissionalizante deveria ser restrito àquelas dimensões em que ele é realmente imprescindível. Um médico ou um engenheiro devem ser muito bons na sua profissão. Agora, em outras profissões, às vezes é mais importante a pessoa ter uma capacidade de orientar-se em geral, do que o detalhamento da rotina. Alguns cursos levaram a rotina a um detalhe muito grande. É o caso do jornalismo, por exemplo: ensinam-se técnicas de trabalho que variam de empresa para empresa. Depois de formado, a empresa que contratar o profissional vai ensinar-lhe, em um mês, a técnica. Acho que o ensino universitário deve apontar mais para a formação do que para o treinamento. E deveria ser uma formação muito crítica, muito escorada em grandes autores para formar pessoas que sejam capazes de contestar e contextualizar as suas experiências do mundo.

IHU On-Line – Em que se diferencia a situação atual da Argentina da realidade brasileira? O que pode ter ajudado o Brasil a não ir tão longe?

Renato J. Ribeiro – É assustador ver que a Argentina é um país de um nível cultural muito alto, bem superior ao do Brasil, na média. Isso indica que todo o discurso corrente sobre a importância da educação não é verdadeiro. Tentamos dizer aos jovens que eles precisam estudar. Temos que capacitar as novas gerações. Isso tudo a Argentina fez. Há um problema econômico sério no país, mas, acoplado a isso, há um problema de outra ordem, de dependência mesmo. As pessoas aceitaram o que os consultores internacionais mal intencionados ou mal informados pregavam, engoliram tudo isso e venderam todo o seu patrimônio. O Brasil não cometeu esse erro.

IHU On-Line – Como caracterizaria o cenário eleitoral atual?

Renato J. Ribeiro – É inegável que o candidato Lula está conseguindo um arco de apoio maior e uma resistência menor. Isso é interessante, porque significa que, no Brasil, o preconceito de classe está diminuindo, a esperança de mudança está crescendo e o medo de que essa mudança seja catastrófica está se perdendo. Agora, não deixa de

ser verdade que, com a crise econômica, sobretudo com os ataques especulativos ao real, muita gente passa a ter medo do que possa acontecer se esses ataques se generalizarem no caso de um Governo Lula. A isso eu respondo que o ataque especulativo não é político, e sim um ataque de especuladores. Provavelmente, eles atacam Lula se acharem que ele deu calote etc. Mas, provavelmente, também atacam o Serra, se for eleito. Por isso, acho que não devemos levar muito a sério as especulações.

IHU On-Line – O senhor vê propostas claras e diferenciadas nos diversos candidatos?

Renato J. Ribeiro – Os projetos dos candidatos Serra, Lula e Ciro Gomes são projetos bastantes consistentes. O projeto do Serra é de redução da vulnerabilidade externa, que é um dos erros de Fernando Henrique. É um projeto de maior investimento no setor social, mas sem quebrar o que Fernando Henrique trouxe de estabilidade monetária e de vínculo comum empresarial. Claramente o governo que se está encerrando celebrou uma aliança entre a antiga esquerda, cada vez mais moderada, com o mundo do capital. O passo adiante que Serra pretende é o de transferir esses eixos monetários para as esferas econômica e social. Certamente, o Governo Serra vai estar mais ligado ao capital que o Governo Lula. O Governo Lula estará mais ligado ao trabalho e ao pequeno capital. Ele pretende utilizar as instituições públicas de fomento para financiar pequenas empresas, o que o Governo Federal não está priorizando atualmente. E, se você pedir dinheiro aos bancos oficiais, o mesmo dinheiro que usaria para comprar uma estatal, você emprestar para uma multidão de pequenos e médios empresários, haverá um efeito multiplicador muito maior. Nesse sentido, o projeto do PT é, claramente, mais social que o projeto de Serra. Devagar, sem exagero, sem romper com o que hoje existe, fazer coisas que talvez sejam poucas, mas são melhores do que nada. E fazer com segurança. O que o PT disse é: “Não vamos fazer pouca coisa; vamos fazer tudo o que pudermos”. São dois bons candidatos. Nenhum deles é um Collor, nem um bandido, nem um autoritário.

IHU On-Line – E o que o Sr. acha de Ciro Gomes e Anthony Garotinho?

Renato J. Ribeiro – O discurso de Ciro Gomes lembra muito, sob vários aspectos, o discurso dos tucanos, só que com uma promessa de mais competência e mais arrojo. Parece pouco. Ele tem formação econômica, fala bem, aparentemente conhece o assunto. Temos dois, talvez três candidatos capacitados. Garotinho eu não acho um bom candidato. Tem, realmente, muito elemento populista, com um elemento autoritário embutido. E o que ele fez na segurança no Estado de Rio, demitindo o colaborador mais cheio de idéias que ele tinha, Luis Eduardo Soares, que veio para cá, para o Rio Grande do Sul? Isso achei muito ruim.

Entre os candidatos, há propostas claras. Agora, está havendo um ataque especulativo contra o real e provavelmente se acirrará se Lula for eleito, mas isso ocorreria e continuará ocorrendo em qualquer circunstância.

IHU On-Line – E a sua estadia na Unisinos?

Renato J. Ribeiro – É a segunda vez que venho a esta universidade. Desta vez, pude acompanhar mais os trabalhos que da primeira vez. Gostei muito do Instituto Humanitas Unisinos, ou seja, da idéia de um instituto que procure examinar as questões da ética e do mundo do trabalho e pensar a Teologia em relação com o social. É uma posição muito positiva.